

Esta citação em que se achão os negocios do Estado por esta banda nos abre as portas para grandissimas conveniencias. Se V. Ex.<sup>a</sup> for servido querer-me ajudar com toda a promptidão e largueza correspondente a esta idéa, porq.<sup>to</sup> tendo nós huma Praça de Armas, como temos sobre o Rio Guatemy em o Sertão de Way aonde as nossas bandeiras se vão refazer de mantimentos e muniçoens e refrescar de tudo o necessario, he egualmente indispensavel que haja outra da mesma importancia no Sertão do Tibagy para o mesmo effeito.

Com estas duas praças e alguns fortes nas passagens dos Indios, que eu sei perfeitamente, nos cobrimos e fortificamos de sorte que ficam impenetraveis os nossos Sertoens para podermos desfrutar seguramente as inconsideraveis riquezas de q.<sup>l</sup> elles abundão e já são manifestas. Com a pequena guarnição de seiscentos homens que Sua Magestade mande pagar nesta Fronteira fica senhor não só de quazi tudo o que se lhe cedia pelo Tratado de Limites, mas posso segurar a V. Ex.<sup>a</sup> que dispostas mais algumas cousas com bem limitado gasto, que eu poderei explicar e demonstrar com muita facilidade, ficará acabada a guerra que os Castelhanos nos possão fazer pelo Matto Grosso, Colonia e Rio Grande, e em grandissimo risco de perderem todos os seus Dominlos que tem da parte de cá do Rio da Prata se acazo a intentarem.

Persuado-me que não erro neste projecto e estimaria eu ter occasião de o comunicar pessoalmente a V. Ex.<sup>a</sup> para que illustrado com as claras luzes dos seus conhecidos acertos podessem lograr-se estas disposiçoens com aquella felicidade e gloria que tanto apeteço para realce do grande e muito distincto Governo de V. Ex.<sup>a</sup> Deos G.<sup>de</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. S. Paulo 8 de Novembro de 1770. — *D. Luiz Antonio de Souza*<sup>1</sup>.

XIV

Carta de D. Luís António de Sousa ao Conde de Oeiras,  
datada de S. Paulo, em 15 de Novembro de 1770

«Tenho dado conta a V. Ex.<sup>a</sup> dos grandes e muitos uteis descobrimentos que nos dous certoens do Way e do Tibagy fizerão as Bandeiras desta Capitania. As esperanças das utilidades que podem rezultar aos Vassallos de Sua Mag.<sup>e</sup> e ao seu Real Erario, conhece V. Ex.<sup>a</sup> melhor do que eu sem que seja preciso o expressal-as; mas como se não podem colher as palmas sem risco, nem alcançar victorias sem victimas, os Officiaes e Soldados que trabalharão e morrerão nestas conquistas me parece se fazem dignos da lembrança de V. Ex.<sup>a</sup>

.....  
O Capitão Antonio da Silveira Peixoto, que deixou o seu negocio na Villa de Paranaguá, onde se achava estabelecido com huma loja de Fazenda das melhores da Terra, e abraçando o Real Serviço com tanto valor e constancia, como tenho mostrado pelo discurso das minhas cartas, embarcando aos 20 e 25 de Setembro no Porto da Conceição do Rio do Registo, tendo lidado ha hum anno com ás grandissimas dificuldades do dito Rio, abriu caminho franco por espaço de quatrocentas legoas emthé a sua barra, onde se acha ainda vivo, mas cortado dos trabalhos e achaques.

Os dous Tenentes Bruno da Costa e Manoel Felix Bitancourt, que o acompa-

<sup>1</sup> *Ob. cit.*, págs. 281 a 283.

nharão na sua viagem, morrerão de desgraças nas caxoeiras, ajudando a vencer as dificuldades desta empreza.

Todos estes me parece se fazem dignos de algum premio, especialmente por terem deixado suas mulheres viúvas, filhos dezamparados e suas mãis velhas, e havendo Sua Magestade assim por bem me parecia que se podiam remunerar mandando-lhes S. Mag.<sup>o</sup> que D. G.<sup>o</sup> continuar com a metade do seu soldo por hua vida ou para suas mulheres viúvas ou para casamento de algum de seus filhos. E para o Capitão Silveira, que se acha vivo, o soldo por toda a vida, com a mercê de habito, pago tudo pela Real Fazenda»<sup>1</sup>.

## XV

Para o Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Estado,  
sôbre o descobrimento dos campos de Guarapuava (em 19 de Novembro de 1770)

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup>: — Depois de ter escrito a V. Ex.<sup>a</sup> em carta de 8 do corrente os grandes descobrimentos que se tinhão feito pela parte do Rio D. Luiz, em Tibagy, agora me chega neste instante a gostosa noticia dos grandes descobrimentos que se tem feito iguالم.<sup>o</sup> pela parte do Rio do Registo, do mesmo Certão.

Afirmão as cartas do Tenente Candido Xavier de Souza que depois de vencidas as grandes deficuldades daquelle valente e precipitado Rio descobrirão abaixo do Porto, a que se deu o nome *do Funil*, as celebres e deliciosas Campanhas de Guarapuaba, em as quaes as nossas gentes ficão já situadas e fortificadas com hum Forte, a q.<sup>o</sup> se deu o nome de N. Snr.<sup>a</sup> do Carmo, do qual remeto a V. Ex.<sup>a</sup> planta.

As cartas escritas nas datas de 22 de 7br.<sup>o</sup> afirmão que a 7 do dito mez, vespera de N. Senhora, a noite por hum grande clarão que virão de muitos fogos que estavam fazendo os Indios, cujas cinzas lhe estavam cahindo por cima, tomarão o acordo de mandar observar as cauzas e foi o Sargento Jozé Lourenço das Neves, com huma escolta de Soldados, a este descobrimento e achou os referidos campos plantados de muitas rossas de feijão e milho, Payoes grandes e cheyos do referido fructo, recolhido em certosens, Ranchos feitos com muita curiozidade, muitas pilhas de setas secando ao sol, estradas abertas com pizadas frescas, e dando disto noticia partirão todos e se forão fortificar nos ditos campos, á vista do gentio duas legoas, e que ficavão cuidando em abrir estradas por vereda mais certa e mais directa para serem socorridos de Coritiba. As mesmas cartas afirmão que o Capitão Silveira se tinha adiantado muito e hia já a grande distancia delles mesmos para a parte da Barra do Rio do Registo»<sup>2</sup>.

## XVI

«Officiaes que pelas circumnstancias abaixo mencionados se fazem dignos de serem reformados e p.<sup>a</sup> cujo fim os proponho a V. A. R.

<sup>1</sup> Não sómente não teve o capitão Silveira a recompensa pedida pelo capitão general, como nessa occasião foi elle preso pelos hespanhoes na barra do rio Iguassú, levado a Buenos Ayres e submettido a carcere duro durante sete annos sem que o governo portuguez tratasse seriamente do seu resgate. Voltou a Paranaguá em 1777, achando a sua casa arruinada, a sua fortuna desbaratada e ainda em 1800 vivia pobre, segundo afirmou o capitão general Mello e Castro.

<sup>1</sup> *Ob. cit.*, págs. 333 a 335.

<sup>2</sup> *Ob. cit.*, págs. 288 a 289.

Na Brigada de Cavallaria.

Para Sargento-Mór reformado, com soldo de Capitão de Cav.<sup>a</sup> que actualmente recebe, o Capitão Aggregado á Cavallaria Antonio da Silveira Peixoto. Este Official sendo Cap.<sup>m</sup> de Milicias, passou para Capitão de Aventureiros e foi ás expediçoens do Sertão no anno de 1767, onde sendo aprisionado pelos Hespanhoes e mettido em prizão, mereceu depois, em contemplação aos seus serviços ser Aggregado á Legiam de Voluntarios Reaes, sem que as molestias adquiridas pelos annos e mao tratamento de prizão, lhe permittissem passar a effectivo; e porque não se acha em estado de continuar no Real Serviço de Vossa Alteza Real, em que conta de 30 a 35 annos; e pede a sua reforma, o proponho para ella na forma das Leys.

.....  
S. Paulo 13 de Maio de 1801 — Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça<sup>1</sup>.

(Continúa).

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

---

<sup>1</sup> *Ob. cit.*, págs. 99 a 100.

## A versão portuguesa das «Flores de las leyes» de Jácome Ruiz

Existe no nosso Arquivo Nacional um precioso exemplar — o único conhecido — da versão portuguesa das *Flores de las leyes* de JÁCOME RUIZ. A extraordinária importância desta obra e do seu autor na história do direito peninsular seria, se outras razões não houvesse, motivo mais que sobejo para que se desse publicidade à dita versão; e todavia, como acontece com tantos outros monumentos valiosos do nosso direito, ela conserva-se ainda inédita, sendo diminutas e imperfeitas as referências que a seu respeito se encontram nos nossos escritores. Tencionamos publicá-la, dentro em muito breve, nesta *Revista*, e é a êsse trabalho que as presentes linhas se destinam a servir de introdução <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Nos *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, t. 1, pág. v, indica-se esta obra como devendo constar da segunda parte da publicação. A ilustre escritora D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS — a quem, aproveitando êste ensejo, desejamos exprimir o mais vivo reconhecimento pelo acolhimento gentilíssimo que se dignou dispensar-nos e pela prontidão e generosidade com que pôs à nossa disposição os subsídios da sua rica livraria — possui uma cópia que mandou extrair do manuscrito existente na Torre do Tombo. Esta e a nossa são as únicas de que temos conhecimento. Soubemos também por S. Ex.<sup>a</sup>, e folgamos de tornar notório, que S. Ex.<sup>a</sup> formava já de há muito o projecto de publicar a versão portuguesa das *Flores*, o que todavia lhe não foi consentido pela multiplicidade dos seus afazeres. É para lamentar que S. Ex.<sup>a</sup> não chegasse a pôr em prática a sua idéa, pois certamente acompanharia a publicação de preciosos comentários filológicos e históricos. Conservamos a esperança de que a distintíssima professora nos não deixará privados do socorro da sua erudição, e de que tais comentários, mais tarde ou mais cedo verão a luz pública... E, entretanto, que S. Ex.<sup>a</sup> nos releve o anteciparmo-nos na publicação, que consideramos necessária, da tradução das *Flores*, empresa para a qual, de resto, não foram pequeno estímulo as exortações de S. Ex.<sup>a</sup> e o seu decidido apoio.

Aproveitamos também a ocasião para testemunhar a nossa gratidão ao grande mestre da história do direito peninsular que é RAFAEL DE UREÑA Y SMENJAUD, sempre inexcusável de gentileza na forma por que acolhe e atende as nossas impertinências

As *Flores de las leyes*, compêndio de direito processual também conhecido pelo nome de *Suma*, são, sem sombra de dúvida, uma das obras mais importantes da literatura jurídica medieval. Colhidas em grande parte — directamente ou através dos glosadores — nas compilações de JUSTINIANO<sup>1</sup>, representam uma das manifestações mais nítidas e directas do renascimento do direito romano na Península, podendo dizer-se que são o primeiro livro em que se revela já florescente a cultura do direito justinianeu. Delas foram extraídas numerosas passagens para o *Fuero Real* e para o célebre código das *Partidas*, e a sua autoridade não se confinou dentro dos limites de Castela, pois delas se conhece, além da versão portuguesa, uma tradução catalã do fim do século XIV ou princípios do XV<sup>2</sup>.

Discutiram-se, em tempos, a data e a autoria das *Flores de las leyes*, e, porque essa doutrina, apesar de abandonada, não deixa de ter interesse para o nosso propósito, referir-nos-emos à opinião emitida pelo conhecido RODRIGUEZ DE CASTRO na sua Biblioteca Rabínica<sup>3</sup>.

RODRIGUEZ DE CASTRO atribuíra as *Flores de las leyes* ao judeu R. MOSE ÇARFATI, castelhano, do século XIV. Levára-o a essa conclusão o facto de o código escurialense que êle analisara<sup>4</sup> conter duas dedicatórias: uma de MOSE ÇARFATI e a outra de Mestre JACOB. Segundo o bibliógrafo, na primeira dedicatória MOSE ÇARFATI oferecia as *Flores*, como fruto do seu engenho, a Mestre JACOB; na segunda êste úl-

---

de discípulo, e aos Ex.<sup>mos</sup> Srs. António Baião e Pedro de Azevedo pelas facilidades que nos proporcionaram dentro do Arquivo Nacional e pelos esclarecimentos que tiveram a bondade de ministrar-nos.

<sup>1</sup> O autor, obedecendo à tendência da época, aproveitou-se também, conquanto em menor escala, das Decretais e do Decreto, bem como do *Fuero Juzgo*.

<sup>2</sup> A tradução catalã — *Obra dels alcayts e dels iutzes que deven iutgar* — encontra-se no Ms. 865 da Biblioteca Nacional do reino vizinho — UREÑA, *Discurso leydo en la solemne inauguracion del curso académico de 1906 a 1907* (Madrid, 1906), pág. 21, nota. CLEMENTE DE DIEGO (*Instituciones de derecho romano*, pág. 411) afirma, pelo seu lado, supomos que inspirado em HINOJOSA, que no Arquivo do reino de Maiorca existe um manuscrito do século XIV, duma obra intitulada *Flors des leys*, que verosimilmente não é senão a tradução catalã da de Mestre JACOB. Não pudémos obter a *Historia del derecho Romano* de HINOJOSA, e a parte que se refere directamente à versão portuguesa devemo-la ao prof. UREÑA, que levou a sua amabilidade ao ponto de a transcrever e de no-la enviar.

<sup>3</sup> JOSÉ RODRIGUEZ DE CASTRO, *Biblioteca Española*, t. I, Madrid, 1781, fl. 258, col. 1.<sup>a</sup>

<sup>4</sup> É o código B, IV, 15, que nem sequer é do século XIV, mas sim do século XV. Vid. *Memorial Histórico Español, colección de documentos... que publica la Real Academia de la Historia*, t. II, Madrid, 1851, pág. 140.

timo oferecia a obra, como se fôra sua, a Alfonso Fernandez, *el Niño*, filho do rei Afonso o Sábio. *El Niño* teria encomendado a obra a Mestre JACOB, e êste teria encarregado do trabalho o seu valido ÇARFATI, limitando-se a sua intervenção a mandar copiar o manuscrito do judeu, tirando-lhe a dedicatória dêste, para o oferecer ao filho de Afonso o Sábio.

Das duas asserções de RODRIGUEZ DE CASTRO — que o verdadeiro autor das *Flores* foi o judeu ÇARFATI (século XIV) e que a obra foi oferecida a Alfonso Fernandez, *el Niño*, filho bastardo de Afonso o Sábio —, a primeira não tem o menor fundamento. O equívoco de RODRIGUEZ DE CASTRO proveio do pouco cuidado com que examinou o códice e as duas dedicatórias: é evidente que ÇARFATI se limitou a oferecer a um grande senhor, de quem se declara vassalo, uma cópia das *Flores*, obra composta muito tempo antes pelo Mestre JACOB das Leis<sup>1</sup>.

A segunda afirmação é mais séria. RODRIGUEZ DE CASTRO, que apenas conhecia o citado códice escurialense e um códice com data de 1404, da livraria do mosteiro de San Martin, encontrando em ambos as palavras «al señor don Alfonso Fernandez, hijo del señor don Alfonso, por la gracia de Dios Rey de Castilla y de Leon», concluiu, não sem verosimilhança, que se tratava de *el Niño*<sup>2</sup>.

Mas, em contrário, já FLORANES<sup>3</sup> fez notar que as *Flores de las leyes* não podiam ter sido oferecidas a Alfonso Fernandez, filho bastardo do rei Sábio, visto que certas passagens da obra<sup>4</sup> indicam cla-

<sup>1</sup> Vid. o prólogo de FLORANES ap. *Memorial* cit., pág. 155. Cf. MARINA, *Ensayo historico-critico sobre la antigua legislacion*, ed. 1808, § 315. Segundo ASSO E MANUEL, na 6.ª ed. das *Instituciones del derecho Civil de Castilla* (1805, pág. LI), a obra foi escrita em latim por Mestre JACOME e depois vertida para castelhano pelo judeu ZARTAFY (*sic*); esta afirmação também carece em absoluto de fundamento.

<sup>2</sup> A mesma doutrina encontramos em ASSO E MANUEL, *ob. e ed. cit.*, pág. LI. Entre nós, emitiu idêntica opinião a sr.ª D. CAROLINA MICHAËLIS, sem dúvida porque os códices antigos que foram utilizados pela Academia de la Historia na edição de 1851 — e que, por serem os únicos divulgados até então pela imprensa, eram os únicos que S. Ex.ª conhecia — continham todos a mesma dedicatória: «al señor don Alfonso Fernandez, hijo del señor don Alfonso» — Vid. *Cancioneiro da Ajuda*, t. II, pág. 155, nota e o *Memorial* cit., t. II, pag. 167. Sabemos, de resto, porque no-lo disse a ilustre escritora, que sobre o assunto — então versado acidentalmente numa nota do seu *Cancioneiro* — não tem opinião formada. É de supôr que S. Ex.ª, voltando a ocupar-se do assunto, abandone a sua primitiva idéa.

<sup>3</sup> *Memorial* cit., t. II, pág. 156. Cf. MARINA, *Ensayo* cit., § 315.

<sup>4</sup> Liv. I, tit. I, lei 1: «E ayades siempre vuestros escribanos que sean á vuestros pies é porteros é monteros», e lei 3: «Otro si los abogados que pleytearen con los dueños.. non deven alegr en vuestra Corte».

ramente ser ela dedicada a uma pessoa destinada a exercer a realeza <sup>1</sup>. A dedicatória de Mestre JACOB dirige-se ao infante D. Afonso, filho de D. Fernando, — mais tarde Afonso X, o Sábio —, por cuja encomenda o juriconsulto empreendeu a compilação <sup>2</sup>. É o que se infere claramente da linguagem do código de 1289, a que adiante nos referiremos, e do qual FLORANES se aproveitou para o seu estudo: «Al muy noble é mucho ondrado sennor Don Alfonso Fernandez fijo del muy noble é bien aventurado sennor *Don Fernando* por la gracia de Dios Rey de Castilla é de Leon...» <sup>3</sup>.

É esta a opinião correntemente professada pelos escritores espanhóis. Depois de FLORANES, exprimiu-a o grande MARTINEZ MARINA no seu *Ensayo* <sup>4</sup>. Perfilharam-na também os editores da obra de JÁCOME RUIZ no *Memorial Histórico* <sup>5</sup>, e não tem hoje, que saibamos, contraditores <sup>6</sup>.

JÁCOME RUIZ, ou JACOBO RUIZ, — também conhecido por Mestre JACOB *das leis*, em virtude da sua profissão e conhecimentos —, que nos aparece no reinado de D. Fernando como autor duma obra dedicada ao príncipe herdeiro, era, ao que parece, aio dêste <sup>7</sup>.

Sabe-se, por documentos fidedignos, que a sua vida alcançou a maior parte do reinado de Afonso o Sábio <sup>8</sup>, e tudo leva a supôr que, dada a

<sup>1</sup> Contra, mas sem argumentos que convençam, MARICHALAR e MANRIQUE, *Hist. de la leg.*, vol. III, pág. 76.

<sup>2</sup> *Memorial*, II, pág. 148.

<sup>3</sup> *Memorial*, II, pág. 148. Cf. AMÉRICO CASTRO e FEDERICO DE ONÍS, *Fueros Leoneses de Zamora*, etc., I (Madrid, 1916), pág. 2, nota. Na transcrição dos srs. CASTRO e ONÍS lê-se «sennor don Alfonso Perez fheréz». O patronímico *Perez* é certamente um erro, como nos fez ver a sr.<sup>a</sup> D. CAROLINA MICHAËLIS. Em carta enviada do Pôrto dizia-nos, a êste respeito, a ilustre professora: «¿O copista antigo, tendo diante de si a abreviatura *Ffz* — hesitando entre a resolução *Perez* e *Fernandez* — escreveria, à cautela, ambas? Talvez!»

<sup>4</sup> Edição de 1808, § 313.

<sup>5</sup> *Memorial*, II, pág. 139 (isto apesar de os editores não ligarem grande importância à cópia de FLORANES).

<sup>6</sup> Vidê, recentemente, a obra citada de CASTRO e ONÍS, *Fueros leoneses*, pág. 2.

<sup>7</sup> FLORANES (*Memorial*, II, pág. 147) aventa a hipótese verosímil de as *Flores de las leyes* terem sido compostas a pedido de D. Afonso numa das longas ausências de seu pai nas conquistas da Andaluzia, durante as quais êle ficava governando os reinos de Castela e Leão, e sentia a necessidade, para o correcto desempenho dêsse cargo, de ter algumas instruções jurídicas. MARTINEZ MARINA (*ob. cit.*, § 313) declara ser um «facto incontestável» que JÁCOME RUIZ foi aio do infante D. Afonso, e que nessas circunstâncias compôs a *Suma*.

<sup>8</sup> Vid. *Memorial Histórico*, vol. I, pág. 312, e vol. II (prólogo de FLORANES), pág. 151 e segs.

consideração de que merecidamente gosava e os conhecimentos que revelara nas suas obras, fôsse êle um dos jurisconsultos que maior ingerência tiveram no *Fuero Real* e na grandiosa compilação das *Partidas*<sup>1</sup>, às quais, como dissemos, serviram de fontes as *Flores de las leyes*.

Segundo uma tradição que encontrámos exposta em mais dum autor<sup>2</sup>, e que supomos fundar-se na *História de Múrcia* de CASCALES, JÁCOME RUIZ não era castelhano originário, mas sim genovês — Paganis de apelido —, naturalizado em Espanha<sup>3</sup>.

Além das *Flores de las leyes*, o mesmo JÁCOME RUIZ compôz o *Doctrinal de los pleytos*, para leccionação de seu filho Bonaiunta, e os *Nueve tiempos del juicio*<sup>4</sup>.

Do original castelhano das *Flores de las leyes* sabemos que existem, além de várias cópias<sup>5</sup>, seis codices escurialenses<sup>6</sup> e um que é propriedade do sr. Eloi Garcia de Quevedo y Concellon, residente em Burgos<sup>7</sup>.

Os códices escurialenses pertencem aos séculos XIII a XV<sup>8</sup>. Alguns dêles foram utilizados pela *Academia de la Historia* na publicação, feita em 1851, das *Flores de las leyes*. Dois são do século XIV<sup>9</sup>: um dêles (Z. III, 13)<sup>10</sup> serviu de texto para a referida edição, o outro

<sup>1</sup> Vid. sôbre os calaboradores do rei Sábio na obra legislativa — Mestre JÁCOME RUIZ, Mestre ROLDAN, Mestre FERNANDO DE ZAMORA — UREÑA, *Discurso* cit., págs. 20 e 21.

<sup>2</sup> Vid. especialmente ASSO e MANUEL, *Instit.*, 6.ª edição (1805), pág. li. Cf. LA SERNA, introdução à edição das *Partidas* nos «*Códigos españoles concordados y anotados*».

<sup>3</sup> Os editores do *Memorial* dão-no simplesmente como castelhano.

<sup>4</sup> O *Doctrinal de los pleytos* só há pouco tempo é conhecido, graças a uma feliz descoberta de ADOLFO BONILLA, e conserva-se inédito. Os *Tempos dos preitos* acham-se, vertidos para português, nos *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, I, págs. 330-332, e também nos *Inéditos da Academia*, t. v.

<sup>5</sup> Na Biblioteca Nacional (Espanha) existem cópias preparadas por FLORANES e outras de diversa proveniência. Existe também uma cópia no códice 43, 22 da Biblioteca do Cabido de Toledo (UREÑA, *Discurso* cit., pág. 21, nota). No *Memorial Historico*, II, pág. 140, faz-se referência a um códice do século XV existente na Biblioteca Nacional (D, 56). RODRIGUEZ DE CASTRO viu na livraria do mosteiro de San Martin um códice com a data de 1404. Vid. ainda CASTRO e ONÍS, *ob. cit.*, págs. 5 e 6.

<sup>6</sup> UREÑA, *Discurso* cit., loc. cit. Cf. CASTRO e ONÍS, *ob. cit.*

<sup>7</sup> CASTRO e ONÍS, cit. *Fueros leoneses*, pág. 2, nota.

<sup>8</sup> UREÑA, *Discurso* cit., loc. cit.

<sup>9</sup> UREÑA, *Discurso* cit., loc. cit.

<sup>10</sup> Descrito no prólogo dos «*Opusculos legales del Rey don Alfonso el Sabio*», 1836 (cit. no *Memorial Historico*, II, pág. 140).

(Z, III, 11) contem apenas uma parte da obra — até ao fim da lei 3.<sup>a</sup> do título XIII do livro 1 — e serviu para notar as variantes. Um terceiro códice escurialense (B, IV, 15)<sup>1</sup> é do século XV, e, pelo facto de o copista ter acomodado a linguagem do códice à da época em que escrevia, não foi aproveitado pela corporação editora senão para notar algumas variantes<sup>2</sup>. Os três restantes (Z, III, 21; P, III, 2; M, II, 18) não foram compulsados nessa ocasião. Ignoramos a data de cada um deles, mas, em vista do que escreve o Prof. UREÑA<sup>3</sup>, um deles, pelo menos, remonta ao século XIII.

O códice hoje existente em Burgos tem a data de 1289 (era cristã), e foi dêle que FLORANES — mais tarde seu proprietário (?) — extraiu a cópia que serviu de base aos seus comentários à obra de JÁCOME RUIZ<sup>4</sup>.

A única edição impressa das *Flores de las leyes* é a do *Memorial Historico Español*<sup>5</sup>, publicação interessantíssima da *Academia de la Historia* a que já por várias vezes nos referimos. Como dissemos, escolheu-se para texto o códice escurialense Z, III, 13, e utilizaram-se para variantes o códice Z, III, 11<sup>6</sup> e a cópia de FLORANES feita sobre o códice de 1289 — «incorrecta e cheia de erros», dizem os editores<sup>7</sup>. O texto das *Flores* é acompanhado de notas de FLORANES, em que êste distintíssimo cultor da história do direito espanhol determina as fontes da obra de JÁCOME RUIZ, e precedido dum prólogo do mesmo com o título de «Noticias literarias de Mestre Jacobo de las Leyes».

Torna-se absolutamente necessária uma nova edição, para a qual se aproveitem os elementos que os editores do *Memorial* não conheciam, e em que todos os códices sejam submetidos a um acurado exame crítico. A tarefa não pode estar melhor confiada. BONILLA (ADOLFO) e UREÑA (RAFAEL DE), os dois eminentes professores da Universidade de Madrid, há anos já que veem prometendo a publicação, não só das *Flores de las leyes*, mas de todas as obras conhe-

<sup>1</sup> Descrito por RODRIGUEZ DE CASTRO, *ob. cit.*, pág. 258, mas incorrectamente, porquanto a letra não é do século XIV.

<sup>2</sup> *Memorial*, II, pág. 140.

<sup>3</sup> UREÑA, *Discurso cit.*, loc. cit.

<sup>4</sup> *Memorial*, II, pág. 154; CASTRO e ONÍS, *Fueros cit.*, pág. 3 (com a indicação das fontes).

<sup>5</sup> Tomo II (1851), págs. 137 a 248: «*Flores de las leyes: Suma legal del Mestre Jacobo Ruiç, llamado de las Leyes, jurisconsulto castellano de la epoca del Santo Rey Don Fernando y de su hijo don Alfonso el Sabio.*»

<sup>6</sup> Indicado pela abreviatura *Esc.*

<sup>7</sup> *Memorial*, II, pág. 140.

cidas de JÁCOME RUIZ. Oxalá não se faça esperar muito essa publicação<sup>1</sup>!

Falemos agora da versão portuguesa.

Os primeiros dos nossos antiquários que do assunto se ocuparam desconheceraam que se tratava duma tradução. Assim, JOSÉ ANASTÁCIO DE FIGUEIREDO, na sua bem conhecida «Memória sobre qual foi a época certa da introdução do direito de Justiniano em Portugal»<sup>2</sup>, supõe que o compêndio do *Mestre Jacobe das Leis* foi escrito em português por encomenda e insinuação de *Affonso Fernandes, filho de D. Affonso rei de Castella e Leão*, a quem o mandou e dirigiu. Não se pode afirmar que FIGUEIREDO, ao reproduzir os termos da dedicatória, tais como constam da tradução<sup>3</sup>, tivesse na mente determinadas personagens; admitindo, porém, que se quizesse referir a pessoas determinadas, essas pessoas não podem ser outras senão o rei Afonso o Sábio e seu filho bastardo Alfonso Fernandez, *el Niño*, morto em 1281. Efectivamente, FIGUEIREDO é de opinião que a *Suma* de Mestre JACOB deve ser reportada ao tempo de D. Sancho II ou D. Afonso III de Portugal<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Vid. por exemplo, UREÑA, *Discurso* cit., pág. 21, nota; BONILLA, tradução espanhola da *Historia da Literatura Espanhola* de FITZ MAURICE KELLY, pag. 104, nota. Em carta recentemente recebida dizia-nos o eminente professor, a quem tanto devem os estudos de história do direito peninsular: «Mucho me alegraria que V. la publicase [a versão portuguesa] enseguida para tenerla en cuenta (juntamente con la version catalana) en nuestra futura obra». Ao forte desejo que já tínhamos de empreender a publicação vem, pois, juntar-se a exortação do illustre professor madrilenho.

<sup>2</sup> Ap. *Memorias de litteratura portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. 1 (Lisboa, 1.ª ed., 1792), pág. 275.

<sup>3</sup> «Ao muito onrrado senhor don Alfonso fernandez filho do muy noble e ben aventurado senhur don Alfonso pella graça de deus Rey de Castela, e de leon...». (Maço 6.º de *Foraes Antigos*, n.º 4, fl. 18).

<sup>4</sup> Pouparemos trabalho ao leitor apresentando o seguinte quadro cronológico:

<i>Castela</i>	<i>Portugal</i>
1221. Nascimento de Afonso X (o Sábio)	
1223. . . . .	Subida ao trono de D. Sancho II
1245. . . . .	Regência de D. Afonso, irmão de D. Sancho
1248. . . . .	D. Afonso III, rei
1252. Subida ao trono de Afonso X	
1279. . . . .	Subida ao trono de D. Dinís
1281. Morte de Afonso Fernandez ( <i>el Niño</i> )	
1284. Morte de Afonso X.	

Nos *Inéditos da Academia*, T. v, pág. 454 (Lisboa, 1824) também se parte da

A. HERCULANO já não caiu no mesmo erro: nos *Portugaliae Monumenta Historica*<sup>1</sup> apresenta-se a verdadeira doutrina quanto à indole da obra, dizendo-se que é uma versão da *Summa* ou *Flores de Direito* de Mestre JACOB das Leis<sup>2</sup>.

Os escritores espanhoes referem-se, por vezes, à tradução portuguesa das *Flores de las leyes*, mas todos, segundo supomos, sem conhecimento directo do nosso códice. HINOJOSA<sup>3</sup>, por manifesta deficiência de informes, pretende que a tradução foi feita a instâncias de «Afonso Fernandez, filho do rei D. Afonso III»<sup>4</sup>. Tal personagem nem sequer existiu!

Dêmos, pois, como assente que a obra portuguesa é uma tradução das *Flores de las leyes*, que JÁCOME (ou JACOBO) RUIZ, o célebre juriconsulto de Afonso o Sábio, escreveu em castelhano e ofereceu ao dito Afonso quando ainda era infante, portanto não posteriormente a 1252.

Faz parte esta tradução dum códice em 4.º, composto de 155 fôlhas de pergaminho<sup>5</sup>, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*Fozaes Antigos*, maço 6.º, n.º 4), conhecido pela designação de «Fozos da Guarda» e assás conhecido dos nossos historiadores<sup>6</sup>. É um volume bem conservado, protegido por uma encadernação característica do estilo renascença. As dimensões *actuais* das fôlhas — que foram cerceadas, tanto em altura como em largura — são 219 × 163 milímetros. Foi paginado por fôlhas posteriormente ao meado do século xv<sup>7</sup>. Na terceira fôlha (fl. 1, segundo a paginação) lê-se o seguinte: «Fozoes antigos da garda he leis átigas do Reino».

---

falsa suposição de que se trata dum original português. No mesmo erro caíram mais tarde SCHAEFFER (*Geschichte von Portugal*, II Band, Hamburg, 1839, pag. 83) — o qual, baseando-se em FIGUEIRELO, se refere, todavia, expressamente a um filho de Afonso X, — e o sr. TEÓFILO BRAGA, que, na sua *Historia da Universidade de Coimbra*, vol. I, pág. 68 e nota, reproduziu textualmente a FIGUEIREDO.

<sup>1</sup> *Leges et Consuetudines*, I, pág. vi e 155.

<sup>2</sup> Cf. D. CAROLINA MICHAËLIS, *Cancioneiro da Ajuda*, II, pág. 155.

<sup>3</sup> HINOJOSA (EDUARDO), *Historia del derecho romano segun las mas recientes investigaciones* (Madrid, 1880-1889), II, pág. 293. Vid. a nota 2 de pág. 2.

<sup>4</sup> Cf. DE DEGO, *Introduccion al estudio de las instituciones de derecho romano* (Madrid, 1900), pág. 411.

<sup>5</sup> Não contamos as que estão coladas à encadernação.

<sup>6</sup> Uma grande parte do códice acha-se publicada nos *Inéditos da Academia*, t. v, e mais acuradamente nos *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, t. I e II. A parte, porém, que nos interessa, supômo-la inédita.

<sup>7</sup> Efectivamente, a numeração abrange a certidão de 1449 a que nos referimos no texto.

O seu conteúdo, que já foi cuidadosamente descrito nos *Portugaliae Monumenta Historica*<sup>1</sup>, é, em resumo, o seguinte:

a) Certidão do foral latino e doutros documentos pertencentes ao concelho da Guarda, passada em 1449 dos livros e registos da Torre do Castelo de Lisboa (Torre do Tombo) a petição daquele concelho (fl. 2 a 12 v.º);

b) Versão portuguesa das *Flores de las leyes*, pela qual começa o texto original da compilação, como em breve mostraremos (fl. 18 a 40);

c) Foral da Guarda traduzido em vulgar (fl. 41 a 43 v.º);

d) Costumes municipais do mesmo concelho (fl. 44 a 60 v.º);

e) Leis gerais do reino (fl. 61 a 67 v.º);

f) «*Tempos dos preitos*» de JÁCOME RUIZ (fl. 67 v.º a 70);

g) Tradução portuguesa do *Fuero Real* (fl. 70 v.º a 149).

A certidão do século xv, com que abre o volume, é escrita em caracteres cursivos muito mais modernos que a letra do códice original. Êste é escrito em letra gótico-francesa<sup>2</sup> — preta, com excepção das iniciais com que abre cada parágrafo, e dos títulos, pois em tais casos o artista recorreu ao vermelho. Na parte inferior da fl. 70 aproveitou-se um espaço em branco para inserir uma lei de D. Dinís. No fim do volume lançou-se, em letra porventura mais moderna, uma cópia da «lei da avoenga» de Afonso III.

A parte do volume que neste momento nos interessa — a tradução das *Flores de las leyes* — abrange desde o alto de fl. 18 até um pouco antes do meio de fl. 40. É, como se vê, a primeira parte do códice propriamente dito, pois devemos abstrair das fl. 1 a 17, mais modernamente acrescentadas. Cumpre, todavia, observar que a sua colocação em primeiro lugar não pode atribuir-se com segurança ao próprio escrevente, porquanto o resto de fl. 40, bem como o verso, se acham em branco, e com o foral que vem a seguir inaugura-se um novo caderno de pergaminho.

A versão não é precedida de nenhuma introdução nem título, assim como não é acompanhada de nenhuma explicação final. Está dividida em títulos, mas sem numeração. Os títulos não se subdividem em leis, nem se agrupam em livros, não obstante o prólogo nos informar de que a obra compreende três livros<sup>3</sup>.

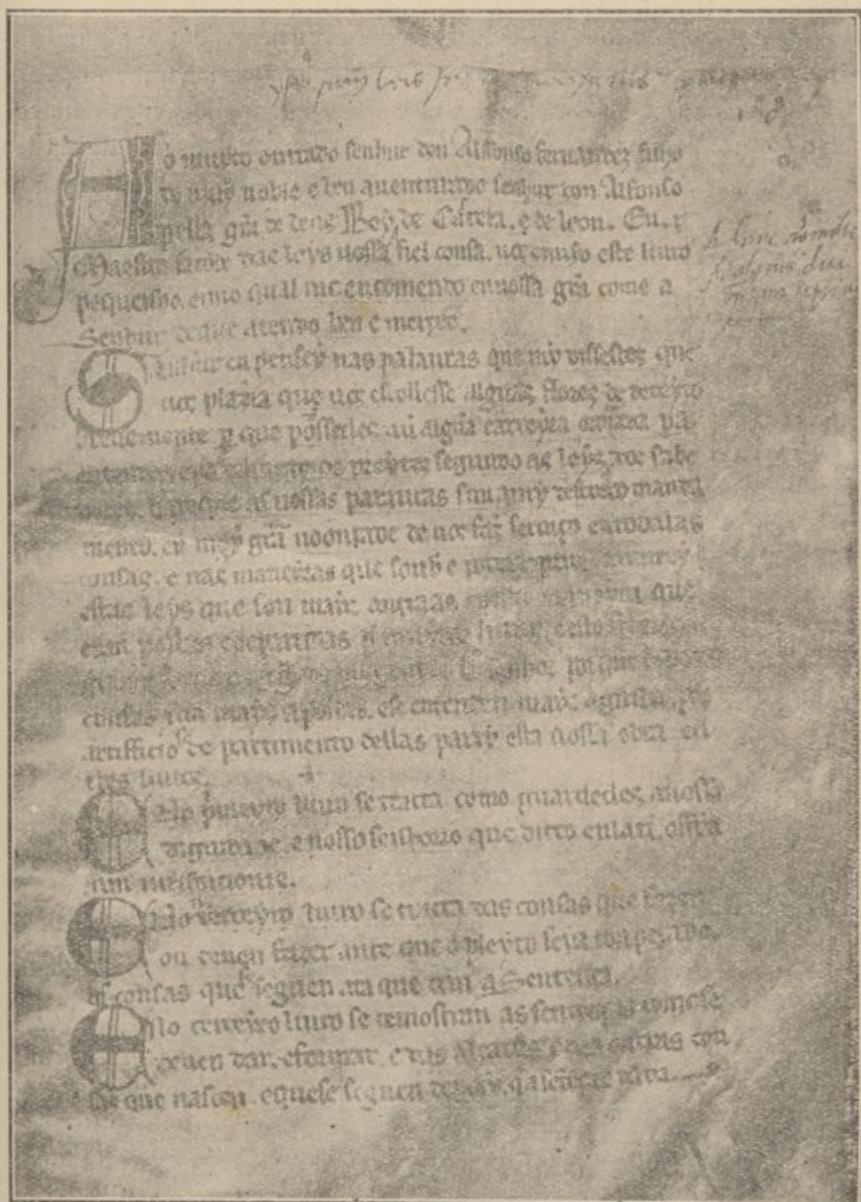
Em cursivo mais moderno — cremos que do século xv — lê-se, no

<sup>1</sup> *Leges*, 1, pág. 155.

<sup>2</sup> Vid. o fac-símile da fl. 18.

<sup>3</sup> «... party esta uossa obra em tres liuros.» (fl. 18). O códice escurialense Z, III, 13, também não numera os títulos, nem os reparte em livros.

alto da primeira fôlha, a seguinte advertência, ligeiramente mutilada pelo encadernador: «ysto sã leis ja nõ necessarias polas do Reyno». No final (fl. 40, a meio), a mesma mão escreveu: «todo ysto destas



«Fores da Guarda», fl. 18 — primeira página da versão das «Flores de las leyes».

leis nõ aproveita Ateequy». Além destas duas advertências similares, o pergaminho apresenta até certa altura breves glosas marginais, em letra bastante mais recente. De ambos os cursivos fornece exemplo o fac-simile que acompanha estas notas.

Qual será a idade dêste documento?

O tipo paleográfico não permite fixar a data, nem sequer aproximadamente, porquanto pode remontar ao século XIII<sup>1</sup> ou estender-se pelo século XIV adiante<sup>2</sup>.

O termo *a quo* não é, todavia, difficil de precisar, já que no mesmo códice — e certamente transcrita pela mesma mão — aparece (a fl. 64 v.<sup>o</sup>) uma lei que se sabe ser de 1273<sup>3</sup>. É esta, das leis com data conhecida, a mais moderna que o códice nos fornece, abstraindo da lei de D. Dinís a que já nos vamos referir.

E o termo *ad quem*?

HERCULANO, que examinou cuidadosamente o códice no seu conjunto, exprimiu a convicção de que êle remonta ao século XIII<sup>4</sup>, e a razão por êle aduzida, e que se nos afigura ponderosa, é a de que mão diversa, mas da época, intercalou, no espaço em branco deixado ao fundo da fl. 70, uma única lei de D. Dinís, começando imediatamente no verso da fôlha a tradução do *Fuero Real*<sup>5</sup>. Parece-nos, por isso, que se pode fixar com certa probabilidade a data do códice entre 1273 e 1282, que tal é a data da lei de D. Dinís<sup>6</sup>.

Resta ainda saber se se trata dum apógrafo — do que parece convencer-nos o descuidado da letra<sup>7</sup> — e, nesse caso, qual a antiguidade da primitiva versão. Não deve, em todo o caso, esquecer-se que esta não pode ser muito mais antiga, porquanto o original castelhano — admitida a possibilidade de ter sido oferecido ao Infante quando êste tinha catorze anos — não remonta além de 1235.

<sup>1</sup> Sabemos que em 1280 um escrevente da Chancelaria régia usava de caracteres minúsculos gótico-franceses (*Mem. Acad.*, 1, 1, pág. 44). A Prof. D. CAROLINA MICHAËLIS aventa com muita verosimilhança ter sido inaugurada em Portugal esta caligrafia por influência de Afonso III. Cit. *Cancioneiro*, t. II, págs. 152 e 153.

<sup>2</sup> «Datas precisas sobre a introdução do novo gosto na arte dos calligraphos e illuminadores da peninsula, não estão por ora fixadas». D. CAROLINA MICHAËLIS, *Cancioneiro da Ajuda*, II (Halle, 1904), pág. 151, citando o *Grundriss der rom. Phil.*, pág. 176.

<sup>3</sup> É a lei reproduzida nos *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, I, pág. 228. HERCULANO atribuiu-a ao mês de setembro, mas não encobrimdo que se não trata duma data segura, porquanto o Livro das Leis e Posturas autoriza a substituição de setembro por dezembro.

<sup>4</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, I, págs. 155 e 156.

<sup>5</sup> Vid. *supra*, pág. 9.

<sup>6</sup> 24 de agosto da era de 1320.

<sup>7</sup> Cf. D. CAROLINA MICHAËLIS, *Cancioneiro*, II, pág. 155. Acresce que o texto apresenta várias lacunas e transposições que deturpam o sentido: vid., por exemplo, no «prólogo», a indicação do conteúdo dos três livros, e cp. com o original castelhano.

Que as «Flores das leis» tiveram aplicação em Portugal, parece-nos fora de dúvida, embora não possamos precisar o âmbito geográfico dessa aplicação; e assim o entendeu HERCULANO quando, no prefácio ao volume das *Leges et Consuetudines*<sup>1</sup> não hesitou em declarar «ser assás provável que tivessem sido direito vigente entre nós». A circunstância de a versão se encontrar, como as leis gerais de Afonso III, junta ao caderno de costumes da Guarda mostra que ela devia servir aos alcaides dêste município<sup>2</sup>, e nada nos proíbe de acreditar, antes tudo leva a crer, que estivesse divulgada pelo país, fornecendo precioso subsídio numa época em que era ainda escassa a legislação processual. Depois, com o desenvolvimento da legislação geral, — que, numa grande medida, tende justamente a precisar a chamada «ordem do juízo» —, o compêndio foi sendo relegado para um plano secundário, até se tornar perfeitamente dispensável. Isto explica, em parte, o não se conhecer outro exemplar, e, porventura, o ter desaparecido o original, se é que se trata dum apógrafo.

Que no concelho da Guarda a compilação de Mestre JACOB foi suplantada pela legislação do reino, mostram-nos à evidência as já citadas indicações em cursivo, das quais uma aparece reproduzida no nosso fac-simile<sup>3</sup>. Sabemos, em todo o caso, por um apontamento manuscrito lançado pelo erudito JOÃO PEDRO RIBEIRO na margem do seu exemplar dos *Inéditos*<sup>4</sup>, que numa sentença do século xv, do Cartório da Câmara do Pôrto, se citam ainda as *leis Jacomeas* — título pelo qual, sem dúvida, se pretendem designar as *Flores de Direito*.

Tal é a obra que nos propomos dar à publicidade, com o mais escrupuloso esmero. Só depois de realizada esta modesta tarefa, e de os ilustres Profs. UREÑA e BONILLA levarem a cabo a prometida edição crítica do texto original castelhano, é que será possível estudar as relações existentes entre êste texto e a nossa versão, e é mesmo provável que o esclarecimento destas relações lance, por sua vez, luz mais intensa sôbre a questão da antiguidade do código português. Não devemos, por enquanto, avançar qualquer conjectura, que seria precipitada, dada a deficiência dos elementos de que dispomos.

<sup>1</sup> Vol. I, pág. vi.

<sup>2</sup> Cf. *Portugaliae Monumenta Historica, Leges*, I, pág. 148.

<sup>3</sup> Vid. *supra*, pág. 10.

<sup>4</sup> Na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Efectivamente, não nos tendo sido possível estender aos arquivos espanhóis as nossas pesquisas, o que lográmos conhecer do original castelhano foi apenas:

a) o texto do códice escurialense Z, III, 13 (*Memorial Histórico*, t. II, págs. 167 a 248);

b) as variantes do códice escurialense (incompleto) Z, III, 11 (*ibid.*);

c) o princípio do texto do prólogo das *Flores* no códice de Burgos de 1289 (CASTRO e ONÍS, *Fueros leoneses*, pág. 2);

d) o texto do prólogo da cópia de FLORANES, feita sôbre o códice de 1289 (*Memorial*, 148) e as variantes de toda a cópia;

e) o texto do prólogo do códice escurialense B, IV, 15 (RODRIGUEZ DE CASTRO).

Da aproximação dêstes mais que escassos elementos e do códice português apenas nos é permitido fazer resaltar a constatação de que a versão portuguesa difere notavelmente do códice Z, III, 13 (século XIV), aproximando-se muito mais dos outros — dos quais todavia também difere mais ou menos. As semelhanças com o códice de 1289 são, às vezes, flagrantes, mas isso não impede que haja importantes divergências, e nomeadamente a da palavra *Alfonso* em vez de *Fernando*. Supomos que nenhum dos códices que conhecemos foi a fonte da tradução portuguesa: ¿será algum dos que se conservam inéditos, ou ter-se-há perdido?

Damos a seguir o quadro comparativo dos «prólogos» nos diversos códices de cujo texto pudémos utilizar-nos.

MANUEL PAULO MERÊA.

## Código escurialense Z, III, 13

Al muy noble<sup>1</sup> sennor Don Alfonso Ferrandez, fijo del muy noble et bien aventurado sennor Don Alfonso por la gracia de Dios Rey de Castiella et de Leon et cetera: yo maestre Jacobo, maestre de las leyes, vuestra fiel cosa, envío vos este libro pequenno, en el qual me acomendo en vuestra gracia, como de sennor, de quien atiende bien et merced. Sennor, yo pensé en las palabras que me vos dixiestes, que vos plazdríe que escogiesse algunas flores<sup>2</sup> breve mientre, por que podiessedes aver alguna carrera de derecho<sup>3</sup> ordenada pora entender et pora alvidriar<sup>4</sup> et pora delibrar los pleytos segund<sup>5</sup> las leyes de los sabios; et por que las palabras vuestras son á mi decreto et mandamiento, et yo que he muy grand voluntad de vos fazer servicio<sup>6</sup> en todas las cosas et en todas las maneras que yo pudiesse et sopiesse, compilé<sup>7</sup> et aiunté estas leyes, que son mas ancianas en esta manera, que eran puestas et departidas por muchos libros de los sabios<sup>8</sup>. Et esto fiz yo con grand estudio<sup>9</sup> et con grand diligencia. Et sennor, por que todas las cosas son mas apuestas et se entienden mas ayna por artificioso departimiento della<sup>10</sup>, partí esta vuestra obra en tres libros.

En el primer<sup>11</sup> libro tracta como guardedes vuestra dignidat, et vuestro sennorio que es dicho en latin *officio et iurisdiccion*. Et otrosi, de las personas por que pasan los pleytos et de las naturas dellas<sup>12</sup>, et de todas las cosas que se fazen ó se deven fazer ante que el pleyto sea comenzado.

En el segundo libro se contiene como se comiençan los pleytos et las cosas que se siguen fasta que den la sentencia<sup>13</sup>.

El tercer libro tracta<sup>14</sup> de las sentencias como se deven dar et formar las alçadas<sup>15</sup>, et de las otras cosas que dent nascen et se siguen<sup>16</sup> despues que la sentencia es dada. = Aquí se acaba el prólogo.

N. B. As chamadas referem-se às variantes do código Z, III, 11.

## Variantes do código Z, III, 11

- <sup>1</sup> noble et mucho onrrado
- <sup>2</sup> flores de derecho
- <sup>3</sup> del. de derecho
- <sup>4</sup> del. alvidriar
- <sup>5</sup> segunt
- <sup>6</sup> discreto mandamiento e he muy grant voluntad de vos faser servir
- <sup>7</sup> entendiense é sopiese, estudie é esco-drunne
- <sup>8</sup> sabidores
- <sup>9</sup> e esto fisse con grant estudio
- <sup>10</sup> artificios ó departimiento dellos
- <sup>11</sup> primero
- <sup>12</sup> dellos
- <sup>13</sup> dan las sentencias
- <sup>14</sup> En el tercero libro se demuestra
- <sup>15</sup> é de las alçadas
- <sup>16</sup> acaescen é que se siguen

## Código de Burgos

(Completado com a cópia de FLORANES)

Al muy noble e mucho ondrado sennor don Alfonso Perez fferēz fijo del muy noble e bienaventurado sennor don Fernando por la gracia de Dios rey de Castiella e de Leon yo maestre Jacobo de las leys vr<sup>a</sup> fiel cosa vos envío este libro pequeno en lo qual me encomiendo en vr<sup>a</sup> gracia como de señor de que atiende bien e merced. Señor yo pense en las palabras que me dijestes que vos placeria que escogiese algunas Flores de Derecho brevemente, porque pudiesedes haber alguna carrera ordenada por a entender e por a delibrar estos pleitos segund las leys de los sabios<sup>1</sup>.

E porque elas vuestras palabras son á mi discreto mandamiento é hey muy grand voluntad de vos fazer servicio en todas las cosas et en las maneras que yo sopiese é podiese, compilé é aumenté estas leys que son mas ancianas en esta manera que eran puestas é departidas por muchos libros á los sabedores: é esto fiz yo con gran estudio é con diligencia. E sennor, porque todas las cosas son mays apuestas é se entienden mays agina por artificioso departimiento delas, partí esta vuestra obra en tres libros. En el libro primero se tracta como guardedes vuestra dignidad é vuestro sennorio, que es dicho en latin *oficio ó iurisdiccion*. Et otro si de las personas porque pasan ellos pleitos é de las naturas dellas, é de todas elas cosas que se facen ó se deven facer ante que el pleito sea conpezado. En el segundo libro se contiene como se conpiezan los pleitos é de las cosas que se siguen fasta quedar la sentencia. En el tercero libro se demuestran de las sentencias, como se deben dar é formar las alzadas, é de las otras cosas que se siguen despues que la sentencia es dada. *Explicit prologus*.

<sup>1</sup> Começa a cópia de FLORANES.

## Código B, IV, 15

Al muy noble é mucho honrado sennor don Alfonso fernandes fijo del muy noble é bien aaventurado señor don alfonso por la gracia de dios Rey de castilla é de leon: yo maestre Jacobo de las leyes v<sup>ra</sup> fiel cosa vos enbio este libro pequenno en el qual me encomiendo en v<sup>ra</sup> gracia. Como de Señor que atiende bien é merçed.

Señor yo pensé en las palabras que me dixiestes que vos plasia que escogese algunas flores de derecho brevemente, porque pudiesedes auer alguna carrera ordenada para entender e librar los pleytos segund las leyes de los sabios. E por que las v<sup>ras</sup> palabras son á mi espreso mandamiento e he muy grand voluntad de vos facer serviçio en todas las cosas e maneras que yo supiese e pudiese. E cupile e ayunte estas leyes que son mas ançianas en esta manera que eran puestas é departidas por muchos libros de los sabidores e esto fiz yo con grand estudio e con grand diligencia. E señor por que todas las cosas son mas apuestas e se entienden mas ayna por artificioso departimiento dellas parti esta n<sup>ra</sup> obra en tres partes e tres libros.

En el primero libro se tracta como guardedes v<sup>ra</sup> dignidad e v<sup>ro</sup> serviçio que es dicho en latyn ofiçio. onrras. Otrosi de las personas por que pasan los pleytos é de las naturas dellas é de todas las cosas que se fasen é se deuen faser ante que el pleyto sea comenzado.

En el segundo libro se contiene como se comiençan los pleytos, é de las cosas que se siguen fasta que se de la sentencia.

En el terçero libro se demuestran de las sentençias como se deuen dar é formar las alçadas é de las otras cosas que nascen é que se siguen despues que la sentencia es dada.

Versão portuguesa<sup>1</sup>

Ao muyto onrrado senhur don Alfonso fernandez filho do muy noble e ben aaventurado senhur don Alfonso pella graça de deus Rey de Castela. e de leon. Eu Maestre iacobe das leys uossa fiel cousa. uos enuyo este liuro pequenno. enno qual me encomendo en uossa graça come a Senhur de que atendo ben e merçee.

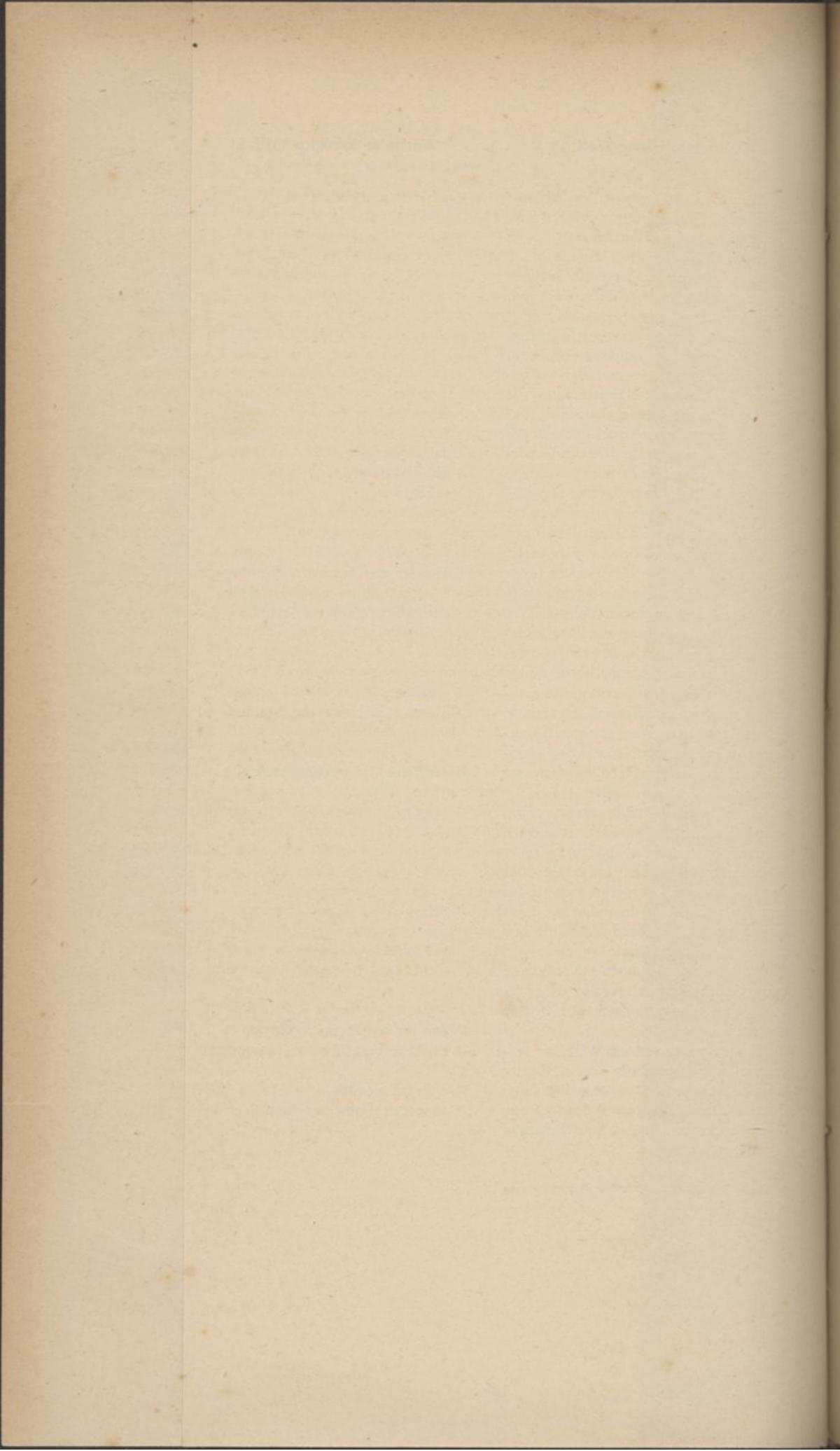
Senhur eu pensey nas palauras que my dissestes que uos plazeria que uos escollesse alguas flores de dereyto brevemente per que po(de)ssedes auer algũa carreyra ordiada pera entender. e pera deliurar os preytos segundo as leys. dos sabedores. E porque as uossas parauras sun amy discreto mandamento. ey moy grã uoontade de uos fazer seruiço en totalas cousas. e nas maneyras que souber e poder comprir. e aiuntey estas leys que son mays ançiaas nesta maneyra que eran postas e departidas per muytos liuros. e esto fiz eu con grande studo. e cū grande diligença. E senhor porque totalas cousas sun mays apostas. e se entendem mays aginha. por artificio(so) de partimento dellas party esta uossa obra en tres liuros.

E no primeiro liuro se tracta como guardedes a uossa dignidade. e uosso senhorio que (e) dicto en latī offycium iurisdicionis.

E no (ij) liuro se tracta das cousas que fazen ou deuen fazer ante que o pleyto seya conpezado. as cousas que (se) seguen ata que dan a Sentença.

E no terçeyro liuro se demostran as sentenças como se deuen dar. e formar. e das alçadas. e das outras cousas que nascen. e que se seguen depoy. q̄ a sētēça e dada.

<sup>1</sup> Vidé o fac-simile a pág. 10.



## A anatomia em Coimbra no século XVI<sup>1</sup>

I

Alonso Rodriguez de Guevara

V

Já então era assim. Havia anos em que os factos se sucediam de maneira tão semelhante que, quando hoje lemos os documentos que deles nos ficaram, temos a impressão de estar segunda vez, lendo por engano outros que já conhecíamos mais antigos.

Foi um ano assim o de 1559-560, ou o ano de 1560, como então era de uso dizer-se.

Em 5 de julho de 1559 reuniu-se o Conselho de conselheiros para assinar as leituras de 1560 ficando porêem o trabalho interrompido e votando-se apenas, no que dizia respeito a Medicina, os *items* seguintes que constam da respectiva acta a pág. 208 do livro competente:

### MEDEÇINA

it na cadr<sup>a</sup> de p̄ma de medeçina se lera ate acabar a leytura de  
dñis febrü & acabada o 9<sup>o</sup> ad almãsorē  
it na cadr<sup>a</sup> de bespra de medeçina q̄ se cōtinuē os aphorysmos.

Nada mais se resolveu neste Conselho, ficando para apresentar as restantes leituras no seguinte, que se realizou em 7 do mesmo mês e por onde se sabe o que Guevara regeu no ano de 1560. Transcrevo a respectiva nota:

### MEDEÇINA

it na cadr<sup>a</sup> de anotomia de ossibus & na de solorgia de vlceribus  
ypocrt.  
it na cadr<sup>a</sup> de medeçina de fr<sup>co</sup> loḗz doutor a p̄mr<sup>a</sup> do p̄m<sup>ro</sup> aui-  
cenæ

---

<sup>1</sup> Continuado do vol. iv, pág. 115.

it na cadr<sup>a</sup> de medeçina q̄ lee o bñel alu<sup>o</sup> nũiz de differencijs cõto-  
matũ.

Havia difficuldades de regência, e em 28 de setembro de 1559, juntou-se o Conselho para a substituição das cadeiras de que estavam ausentes os proprietários, nomeando o doutor Jorge de Sá para a de Prima de Medicina, o doutor Francisco Lopes para a de Véspera, enquanto aquele regesse de Prima, devendo, quando acabassem as substituições, voltar os dois à regência das cadeiras que tinham lido no ano anterior.

Na cadeira de Medicina que lia o doutor Francisco Lopes, foi promovido o bacharel Francisco Carlos.

A substituição da cadeira de Guevara foi dada ao doutor Cosme Lopes.

Fizeram-se nomeações análogas em Teologia, Cánones, Leis e Matemática.

Alguns escusaram-se de reger, e o Conselho reunido em 1 de outubro resolveu que o Reitor os chamasse e, no caso de não encontrar as escusas legítimas, procedesse contra elles, como contra *Reus e desobediētes dos mãdados do R<sup>tor</sup> e cõselho*.

Eitor de Pina fôra um dos que se escusara de ler Clementinas; por isso o Conselho, reunido em 4 de outubro, lhe mandava o seu escrivão para que escrevesse sua escusa, declaração que o lente deveria assinar, e, no caso de alegar doença, declarasse dois médicos que a testificassem.

Eitor de Pina alegou causas de agravo do Conselho que o não havia provido noutra substituição mais principal e honrada, além de razões que este não quis admitir, mandando-o intimar de novo e resolvendo que, não dando causa legítima de escusa, se procedesse contra elle conforme aos estatutos.

A 6, o Conselho nomeava para esta substituição o doutor Luis de Castro, sem embargo de ficar lendo duas lições.

Alguns escusavam-se, jurando aos Santos Evangelhos que tinham causa tão urgente que de nenhuma maneira podiam servir, e assim se furtavam à regência sem declarar motivo.

Na Universidade, havia uma certa excitação, porque a todo o momento se esperavam os estatutos novos que deveria trazer Baltasar de Faria. Por isso se não fizeram neste ano as eleições dos mordomos e dos outros officiaes da Universidade no tempo do costume, resolvendo o Conselho, em 2 de novembro, que se *dyllatasẽ as dtas eleyções p<sup>a</sup> se fazerẽ cõforme aos estatutos nouos v<sup>to</sup> como cada dia se espaua p̄ elles*.

Quando se anunciava a vinda de estatutos novos, havia sempre irregularidades de serviço e pouco se cumpriam os velhos, com o pretexto de que os que viessem podiam alterar os costumes dos antigos.

Assim foi que, tendo o Reitor mandado reunir Conselho em 18 de outubro, se chegou às 5 horas da tarde sem apparecerem mais do que Martim Gonçalves da Câmara e Francisco Machado. Farto de esperar, acabou o Reitor por declarar que os tinha mandado chamar por ter recebido ordem para vagar a cadeira de Véspera de Medicina, o que podia muito bem ter feito por si só, mas quizera-o sujeitar á aprovação do Conselho.

Nesse mesmo dia, se pôs o édito da vacatura.

A 26 de outubro, mandava o Conselho vagar as duas catedrilhas de Medicina que regiam os doutores Francisco Lopes e Álvaro Nunes, deixando na acta respectiva a seguinte nota:

VACATURA DAS DUAS CADR<sup>as</sup>  
PEŶNAS DE MEDEÇINA | .

no dito conselho asentarã elles Sñrs q̄ segunda fr<sup>a</sup> logo segujnte eu espvã ponha huñ Edito de como esta uaga a cadr<sup>a</sup> de medeçina q̄ foy do doutor fr<sup>co</sup> loþz q̄ dentro e v̄yte dias das nove horas de p̄la manhã e diãte se podem p̄ãte o Sór R<sup>tor</sup> vyr apsetar ha opposiçã da dta cadr<sup>a</sup> os doutores L<sup>dos</sup> & b̄res medicos & logo ho outro dia segujnte de terça fr.<sup>a</sup> se ponha outro Edito p̄la mesma man<sup>ra</sup> da cadr<sup>a</sup> q̄ foy do doutor alu.<sup>o</sup> nũis de medeçina.

No mesmo Conselho, se resolveu mandar pedir ao doutor Tomás Rodrigues para ler de Véspera em Medicina, por estarem impedidos os doutores que tinham concorrido aos concursos abertos, *poys Ja outras vezes lera duas lições nã auendo tãta neçesid.<sup>e</sup> como agora.*

Tomás Rodrigues não se escusou, mas desejou saber primeiro quanto lhe dariam pela regência, fazendo notar que fôra o Conselho que lho pedira e não deveria por isso ser contado como um substituto comum.

Reuniu o Conselho em 7 de novembro para o Reitor lhe expôr a consulta do grande professor e resolveu que se lhe desse o salário da cadeira por inteiro, *v<sup>ta</sup> a falta dos lētes & como o dto doutor era lēte de pma & q̄ mesmo q̄ fosse propietario da mesma cadr<sup>a</sup> nã poderia ser mays sofficiente q̄ elle doutor.*

Foi ainda neste Conselho, que o bacharel Daniel da Costa foi nomeado para a substituição do doutor Francisco Carlos.

À cadeira de Véspera opuseram-se Jorge de Sá em 4 de novembro, Francisco Lopes em 15 do mesmo mês.

Jorge de Sá e Francisco Lopes opuseram-se também às duas catedrilhas de Medicina, o primeiro em 18 de novembro, o segundo em 15:

Às mesmas cadeiras se opôs Francisco Carlos em 15, Cosme Lopes em 18, declarando êste que durante o tempo das vacaturas saíra de casa a ver alguns doentes.

Em 17, opôs-se Domingos Rodrigues, mas só à catedrilha de Álvaro Nunes.

Baltasar de Faria chegou em fins de novembro, sendo recebido oficialmente em Conselho Mór, na sala dos paços, em 27 do mesmo mês, pelo Reitor D. Jorge de Almeida e os lentes de prima fr. Martinho de Ledesma, João de Morgovejo, Manuel da Costa, Tomás Rodrigues, fr. João Pinheiro, Gaspar Gonçalves, James de Moraes, Belchior Corneio, Luís de Crasto Pacheco, Manuel Francisco, D. Henrique de la Cueva, Sebastião de Madureira, Diogo de Gouveia, Pero Barbosa, Gabriel da Costa, Eitor Borges, Diogo Lopes de Haro, Diogo da Fonseca, Jorge de Sá, mestre Aires da Silva, mestre Martim Gonçalves da Câmara, mestre Vicente Fabrício, bacharel Francisco Machado, mestre António Brandão, bacharel António Teles, mestre Inácio de Moraes, mestre João da Gama, mestre Daniel da Costa, o bacharel João de Figueiredo, Baltasar Manso, bacharel António de Barros, o professor de música Alonso Perea e o nosso Alonso Rodri-de Guevara.

Tudo se passou dentro do mais rigoroso cerimonial.

Reunido o Conselho mor, começou o Reitor dizendo como tinha chegado Baltasar de Faria, do conselho de el-rei e seu desembargo, com a missão de reformar a Universidade e publicar os novos estatutos, resolvendo-se recebê-lo logo.

Desceram os lentes de prima de Teologia e Cánones as escadas da sala, depois do escrivão do Conselho ter ido avisar Baltasar de Faria de que poderia sua mercê vir.

À entrada da sala foi esperá-lo o Reitor e os outros membros do Conselho.

Levou daí o Reitor Baltasar de Faria a uma cadeira, sentando-se em outra à sua mão esquerda.

Então, mandou Baltasar de Faria a António de Sigi, escrivão da Câmara de Sua Alteza e do cargo da reformação, que entregasse ao Reitor a carta que trazia de el-rei.

Recebeu o Reitor a carta, beijou-a e entregou-a depois ao escrivão do Conselho para que a lesse em voz alta.

Assim se fez, levantando-se depois Baltasar de Faria, começando a dizer o que esperava fazer à cerca dos estatutos, criação dos officiais e outras cousas do bom govêrno da Universidade, terminando por se despedir do Conselho.

Quando acabou acompanhou-o o Reitor e membros do Conselho Mór até à porta da sala, onde se despediram dele, voltando a resolver o que deveriam responder à carta de el-rei, decidindo que se lhe escrevesse uma carta de agradecimento de que seria portador Baltasar de Faria, quando se tornasse para a côrte.

Assentaram mais que os quatro lentes de prima examinassem os novos estatutos e vissem se neles vinham mudadas algumas cousas, começando pela eleição dos officiais e provisão das cadeiras, e que de tudo o que entendessem que se devia de alterar fizessem um assento de que dessem conta a Baltasar de Faria, pedindo-lhe que se demorasse mais algum dia.

Se a publicação dos estatutos se fizesse, sem serem examinados pelos eleitos, protestava o Conselho que a sua publicação não prejudicasse a Universidade.

Tudo o que os decanos assentassem deveria ser apresentado ao Conselho, porque êste só para si reservava a aceitação dos novos estatutos.

No mesmo Conselho, se resolveu escrever a el-rei pedindo a confirmação de D. Manuel de Meneses no lugar de Reitor para que a Universidade o tinha nomeado, e a D. Manuel de Meneses, pedindo-lhe quisesse aceitar o dito cargo e vir logo tomar posse dêle e servi-lo.

Trataram também logo de eleger vice-reitor, emquanto não vinha D. Manuel de Meneses, ficando primeiro em dúvida sôbre se deveria recair a eleição no doutor Afonso do Prado, catedrático de prima de Teologia jubilado, se no catedrático da mesma faculdade em serviço, fr. Martinho de Ledesma, acabando por eleger Afonso do Prado *por gozar de todas as preeminências E liberdades*.

Como o estatuto mandava que o vice-reitor fosse o lente de Prima ou de Véspera de Teologia, votou-se também em João Pinheiro, que era lente de Véspera, para Reitor, *sendo caso q̄ o doutor prado por sua Emdesposição não posa servir o dito Cargo*.

A eleição dos deputados fez-se já segundo os novos estatutos que mandavam eleger em cada ano seis, um teólogo, um canonista, um legista, um médico, um mestre em artes e um fidalgo, ou bacharel, no dia 30 de novembro.

Assistiu à eleição Baltasar de Faria. Na acta, lê-se também o nome de Guevara, como presente.

Ficaram eleitos os doutores Diogo de Gouveia, James de Morais, Eitor Borges, Tomás Rodrigues, mestre António Brandão e D. Jerónimo de Castro pelos fidalgos, e para taxadores os doutores Pedro Barbosa e Diogo Lopes de Haro.

Baltasar de Faria, o Reitor, e os doutores fr. Martinho de Ledesma e Morgovejo declararam que Eitor Borges não poderia ser nomeado do tempo que acabasse a dois anos.

A nomeação de Eitor Borges, êste ano, fôra forçada porque *não auia outro doutor lente legista q̄ tivesse ydade de trinta anos.*

No 1.º de dezembro, fazia-se a eleição dos conselheiros e eram nomeados: D. Jorge de Ataíde, bacharel em Teologia, António de Barros, bacharel em Cánones, António de Castilho, legista, Daniel da Costa, médico, D. Diogo de Alarcão, mestre em Artes e o fidalgo mestre Aires da Silva, que prestaram o respectivo juramento no dia 3.

A 2 de dezembro, fez-se a eleição dos mordomos da Confraria, na sala onde se faziam os exames privados, assistindo Baltasar de Faria, o Reitor, Ledesma e Morgoveio e todos os mais deputados e conselheiros que tinham servido o ano anterior, *tirando o cōselhrº de medeçina q̄ não foi presente.*

Foram eleitos para mordomos D. João de Eça e D. Manuel Coutinho e para escrivães Manuel Maia e Gaspar Barbosa.

A 2 de dezembro prestou juramento o vice-reitor fr. João Pinheiro, em cujas mãos juraram, no dia imediato, os deputados, taxadores, mordomos e escrivães da Confraria, jurando, a 4, os que naquela dia o não tinham podido fazer.

Neste mesmo dia, foram eleitos Diogo de Gouveia e James de Morais para tomar conta aos mordomos passados, e Inácio de Morais e Rui Fernandes de Castanheda para almotacés nos meses de janeiro e fevereiro.

No mesmo Conselho se elegeu o chançarel que segundo os estatutos reformados deveria ser escolhido entre os catedráticos das cadeiras maiores e servir um ano.

Quem então exercia o cargo era o doutor Manuel da Costa que, como vimos já, era litigioso e pouco bom de acomodar.

Foi nomeado João de Morgoveio, catedrático de Prima de Cánones, resolvendo-se, à cautela que o escrivão do Conselho fosse ter com o doutor Manuel da Costa e lhe notificasse *q̄ dêtro Em tres dias mostre ao Sõr vice Reitor se tem prouisão do dito Carguo de sua alteza E não mostrando no dito termo se lhe peção os sellos E se dem ao dito doutor Joam de morgoveio. como dito he.*

E, prevendo complicações, acautelaram-se ainda, mandando *sob*

*pena prestiti q̄. por Estes tres dias se não diuulgue Esta Elleição ate se saber do dito M<sup>el</sup> da Costa o sobredito.*

Para a cõrte foi mandado Jorge Pinto, para pedir a confirmação do Reitor eleito e ficar tratando dos negócios da Universidade.

Mandavam os novos estatutos que o Reitor quando soubesse que alguma cadeira estava vaga, mandasse abrir concurso dentro de dois dias. Assim se abriu concurso para uma catedrilla de Cánones em 7.

Em 9 do mesmo mês de dezembro começou a votação para a cadeira de Código a que estavam opostos os doutores Gabriel da Costa e Tomás Henriques... e começaram as questões de esperar.

Levantou-as Tomás Henriques, dizendo que Gabriel da Costa alegara livros proibidos pelo papa, ao que responderam *q̄ nẽ todos os nomeados no Catalogo de sua Santidade sam ereges. nẽ Emcorrem Em Escomunhão os q̄ os alegam p<sup>a</sup> os Reprẽder ou Refutar*, e começaram com a votação, continuando o apuramento em 10, sendo eleito Gabriel da Costa que tomou posse no dia immediato.

Neste mesmo dia, se declarou vaga a cadeira de Instituta que fõra de Gabriel da Costa.

Já andava em concurso a cadeira de Véspera de Leis e o Conselho tinha de reunir em 12; porque Pero Barbosa um dos concorrentes intimara o vice-reitor a fazer tirar ponto a Eitor Borges, outro concorrente para ler no dia immediato, ao que êle se escusara dizendo que estava *de pilloras mal desposto E q̄ aminhã Era dia de Santa luzia de festa desta vniversi<sup>de</sup> proibido p<sup>a</sup> se leer nelle E q̄ tanbẽ o seu cõpetidor lera oJe polla minhã q̄ he tempo mais cõueniente p<sup>a</sup> semelhantes autos*, e pedia para ler no dia immediato ao de Santa Luzia, ao que o Conselho deferiu.

A 14 de dezembro, começava o apuramento de votos na cadeira de Véspera de Leis, a que se tinham oposto Eitor Rodrigues e Pero Barbosa, que terminou a 20 de dezembro com a nomeação de Eitor Rodrigues, e em que não faltaram também questões. Tomou posse em 22.

A 2 de janeiro mandou-se vagar a cadeira de Digesto velho, e dar ponto aos opositores da cadeira de Cánones, reservando os pontos das cadeiras vagas de Medicina para quando viesse Baltasar de Faria.

A 5 do mesmo mês, começou a contagem dos votos para a cadeira vaga de Cánones, a que haviam concorrido Martim Salvador e Aires Gomes de Sá, terminando a 9 pela nomeação dêste último que nesse mesmo dia, prestou juramento e tomou posse.

Em 7 de janeiro encarregava o Conselho os deputados da mesa de fazer a procuração com que Jorge Pinto fosse a Lisboa tratar os

negócios da Universidade, documento que deveria ser, segundo os estatutos, assinado pelos lentes de Prima de Teologia e Cánones.

Aos lentes de Prima das quatro faculdades foi encomendado no mesmo Conselho que lessem os estatutos novos e trouxessem a Conselho tudo o que entendessem que neles prejudicava a Universidade, e apontamentos do que deveria pedir-se a sua alteza sôbre a idade, ordenado e qualidades do Reitor.

Com os novos estatutos iam surgindo as dificuldades de interpretação, não se sabendo quais as pessoas que deveriam votar em Medicina, por serem poucos para votar nas cadeiras que, como disse-mos, estavam vagas os bachareis e ouvintes que então havia nesta faculdade. Reuniu o Conselho para êste fim a 9 do mesmo mês de janeiro, resolvendo que os doutores fr. Martinho de Ledesma, João de Morgovejo, Manuel da Costa e James de Moraes vissem com o vice-reitor os estatutos e assentassem o que lhes parecesse melhor para haver votos bastantes, porque isso haveria o Conselho por bom e disso pediria confirmação rial.

Não estava Guevara na cidade, ao tempo em que se realizou êste Conselho e disso se fez menção na acta.

A comissão nomeada por êste Conselho reuniu no dia immediato, depois da lição de ponto do doutor Diogo da Fonseca, resolvendo que votassem nas cadeiras de Medicina os que tivessem o grau de licenciado ou mestre em Artes, e os religiosos que tivessem ouvido tudo o que se requer para licenciado e mestre em Artes e tivessem dois cursos em Teologia e daí para cima *polla cõformidade q̃ na philosophia tem Estas duas faculdades*, e desta resolução mandaram pedir por Jorge Pinto provisão rial para *se acostar aos Estatutos novos*.

A 12, começava o apuramento dos votos na cadeira de Instituta que prometia ser revoltoso, resolvendo por isso o Conselho que se marcassem os papéis de votação.

Foi Felix Teixeira o nomeado, ficando excluídos os doutores Diogo da Fonseca e Tomás Henriques. A votação terminou em 13 e nesse mesmo dia tomou posse o nomeado.

Continuava sendo Reitor da Universidade D. Manuel de Meneses, apesar da parte que tomara pela Universidade contra os jesuítas e que lhe valera, como disse-mos, o destêrro para Évora, mal dissimulado sob a aparência de favor.

Baltasar de Faria vinha para remover de vez o obstáculo, invocando os estatutos novos.

Em 25 dêste mês de janeiro, em Conselho de lentes, deputados e conselheiros, a que assistiu Guevara, Baltasar de Faria contou como se havia passado a eleição de D. Manuel de Meneses para Reitor da

Universidade, e o pedido que lhe haviam feito, ao saber-se que os novos estatutos obrigavam a eleger novo Reitor, para que a eleição recaísse em D. Jorge de Almeida, embora não tivesse a idade, pelo muito que a Universidade lhe devia.

Dando parte Baltasar de Faria do que se passava a el-rei, fôra-lhe respondido que D. Manuel de Meneses não podia ser eleito por êle o ter nomeado por seu *adião* *E por o ocupar Em outras cousas de seu seruiço*, e que havia por bem fazer a D. Jorge de Almeida dispensa da idade.

Lida a carta rial, em Conselho, foi D. Jorge de Almeida por êste *postulado* para Reitor *viva voce, nemine discrepante*, ou como hoje se diria eleito por aclamação.

Como prémio de consolação o Conselho mandou que ficasse exarado na acta o periodo da carta régia em que se fazia o elogio de D. Manuel de Meneses e se louvava a Universidade pela eleição que fizera em pessoa tão competente por *aver nelle bondade ydade letras & experiencia pa poder bem servir o dito Carguo*.

Em 26, tomava posse e prestava juramento o novo Reitor, e logo em 31 do mesmo mês, reunia o Conselho Mór com vinte e sete pessoas da Universidade, mais três do que os vinte e quatro que exigiam os estatutos para êste Conselho poder funcionar.

Tratava-se de uma pretensão dos irmãos da Companhia de Jesus, que foi apresentada pelo próprio Baltasar de Faria que encareceu a muita doutrina, virtude e bom exemplo com que eles dirigiam o Colégio das Artes.

Alegavam os jesuítas a necessidade de grau universitário que lhes faltava, para poderem presidir nos actos das Artes e *os discipullos lhes terẽ o acatam<sup>to</sup> E Reverença diuida*.

Pediam também para lhes não levarem propinas por o grau de mestre que queriam porque *nẽ Elles as queriam levar Em ninhũs autos Em q̃ se achasem nẽ sendo Examinadores nẽ pediam nẽ queriã os ditos graos p̃a outro Effeito mais q̃ p̃<sup>a</sup> o q̃ tinha dito E p̃a seguirẽ sua advocação de pregarẽ na cõversão dos infies no q̃ se Elles ocupão Em diversas partes do mundo cõ nome de mestres*.

Para evitar a recusa que por vezes tinha tido igual pedido, propunham que o Conselho nomeasse quatro pessoas para lhes ouvirem as razões e darem-lhes o despacho ou deferi-lo ao Conselho.

O Conselho não aceitou a proposta e resolveu que, querendo-se graduar, recebessem juramento e pagassem as propinas assim como as pagavam as mais religiões *porq̃ parecia q̃ não se fazendo asi se desordenaua toda a vniversi.<sup>de</sup> por as outras Religiões. poderẽ pedir o mesmo. & por ser cõtra a ordem. de todas as vniversi.<sup>dês</sup> não quererẽ*

*Receber Juram<sup>to</sup> de obedecer ao Reitor nas cousas liçitas E honestas. cousa pmitida Em direito E q̄ todos os Religiosos fazem.*

À cadeira de Véspera de Medicina concorriam Jorge de Sá e Francisco Lopes. Em 16 de janeiro appareceu, em Conselho, Francisco da Costa, cunhado de Jorge de Sá e em nome dêste deu ao doutor Tomás Rodrigues como suspeito para informar a nenhum voto para votar no concurso, ao que acedeu o Conselho, que o mandou comunicar a Tomás Rodrigues, não lhe pondo pena, além da de «*prestiti juramenti*» *por q̄ cõfiauam de sua virtude E bondade q̄ abastaua dizer lho singellam<sup>te</sup> quanto mais pondo se lhe a dita pena de Juram<sup>to</sup>.*

A votação para esta cadeira começou em 18, tendo-se primeiro resolvido neste mesmo dia, que nesta cadeira e nas mais de Medicina, votassem os ouvintes e bachareis de Medicina, como mandavam os estatutos, e, por serem poucos os votos, votassem mais os licenciados e mestres em artes e religiosos que tivessem ouvido todo o curso de Artes, e dois cursos em Teologia e daí para cima.

No dia immediato acabava a votação e era dada a cadeira a Jorge de Sá a quem se intimava que *não faça festas de noite nẽ passe polla porta do oppositor.*

A 7 de fevereiro começaram tomando-se os votos no concurso da cadeira de Digesto velho que só em 20 foi julgada ao doutor Pedro Barbosa que logo nesse dia tomou posse.

A 8 de março, começaram outra vez as inquietações com o concurso da cadeira dos Três Livros do Código a que estavam opostos o doutor Gabriel da Costa e o licenciado Felix Teixeira, sendo julgada em 13 do mesmo mês ao doutor Gabriel da Costa, tomando posse no mesmo dia.

Felix Teixeira desistiu do outro concurso para a cadeira do Código que por isso foi julgada ao outro concorrente Eitor Borges depois de lida lição de opposição, em 21 do mesmo mês, e opôs-se à de Código que fôra do doutor Gabriel da Costa em 25 do mesmo mês, a que se opôs também o doutor Tomás Henriques em 26. Neste mesmo dia se opôs o bacharel António Vaz à cadeira de Código e à de Instituta que fôra de Eitor Borges. A esta mesma cadeira de Instituta se opuseram Diogo Lopes de Haro em 29, doutor Diogo da Fonseca e Tomás Henriques em 30 de março.

À cadeira de Noa de Medicina opusera-se apenas Francisco Carlos que, lida a lição de ponto, e tomada informação de suas letras e suficiência, foi nomeado *por q̄ se achou q̄ Elle Era bom letrado E q̄ na lição q̄ lera mostrara mujta suficiencia E q̄ Era suficiente p<sup>a</sup> a ler Elle Sõr Reitor E cõselhr<sup>os</sup>.*

A cadeira tinha trinta mil reais de ordenado, pelo tempo e maneira que se assentasse no Conselhor mór na revista dos estatutos.

Francisco Carlos tomou posse neste mesmo dia, 27 de março de 1560.

A votação da cadeira de Código, que fôra de Gabriel da Costa, começou a 30 de março e acabou em 2 de abril com a nomeação de Tomás Henriques que nesse mesmo dia tomou posse.

Concorrera à mesma cadeira como dissemos, o licenciado Felix Teixeira que pôs excepções aos votos de Lançarote Veloso, António Borges e António de Azevedo, depositando uma taça, de penhor à pena que teria de pagar se as não provasse.

Ambos os candidatos se tinham excedido, dizendo, durante a opposição, palavras escandalosas, por o que foram multados Tomás Henriques em um cruzado e Felix Teixeira em quatro cruzados, pois, além das palavras escandalosas, tinha a mais contra êle o não ter provado a excepção que pusera a António de Azevedo.

Felix Teixeira desapareceu no fim do apuramento e quando, em 2 de abril, à tarde, o Reitor o mandara procurar para resolver dificuldades, veio o guarda declarar que no Colégio de Jesus lho tinham negado, dizendo-lhe que se estava confessando, não o deixando ver nem falhar-lhe.

Mais tarde, encontrava-o o guarda no Colégio de S. Pedro, na rua de Santa Sofia, e recebia d'êle o escrito que foi lido em Conselho e que parece mostrar que não julgava ainda bem limpa a consciência:

«M<sup>to</sup> Mag<sup>co</sup> S<sup>or</sup> Reitor E s<sup>res</sup> do c<sup>o</sup>selho  
por Este meu asinado Renunçio todas as exçeições & em defeito de  
a<sup>o</sup> Rangel nomeo a lazaro lopez & c<sup>o</sup> isto Renuncio a tudo pedindo  
humilm<sup>te</sup> perdão de não parecer em p<sup>a</sup> por Estár mujto mal desposto».

Nenhuma das testemunhas que dava para provar as excepções appareceu. Alguma que fôra vista, tinha desaparecido, quando o guarda chegava para a intimar e vinha-se a saber que se pusera a salvo para fora da terra.

As excepções ficaram por provar e êle condenado, como dissemos, em quatro cruzados.

À cadeira de Instituta que fôra de Eitor Borges opuseram-se os doutores Diogo Lopes de Haro, Diogo da Fonseca e o bacharel António Vaz, começando a votação, depois das lições de opposição, a 4 de abril, sendo julgada em 5 a de Diogo da Fonseca com vinte mil reais por ano *pollo tempo q̄ no C<sup>o</sup>selho mor donde se Reuem os Estatutos* se declarasse.

Na cadeira de Terça de Medicina, como na de Noa, não houve mais que um concorrente, o doutor Francisco Lopes, que por isso pediu em Conselho de 27 de abril, lhe mandassem dar a posse dela por ter lido já na Universidade, durante três anos cadeiras extraordinárias.

Assim deferiu o Conselho por lhe constar *q̄ Elle lera dous años Esta Cadeira cõ salario E asi lera tres vacações as cadeiras de medecina q̄ se costumauão a ler E asi por ler dous años a substituição da Cadeira de prima de medecina por o doutor Reinoso.*

A cadeira tinha quarenta mil reais de ordenado e foi dada com as condições, que então se impunham, da aprovação do Conselho Mór que revia os estatutos.

Nesse mesmo dia 27, tomou posse.

A 11 de maio apresentou o doutor Francisco Lopes uma carta de sua alteza, datada de 23 de abril, fazendo-lhe mercê de dez mil reais por ano; enquanto regesse a cadeira de Terça, além dos quarenta mil que ela tinha de ordenado.

A 17 de maio do mesmo ano, apresentaram os jesuitas em Conselho três provisões reais que permitiam, que os irmãos da Companhia que tinham cargo do Colégio Rial das Artes, se pudessem graduar a bachareis, licenciados e mestres em Artes, sem pagar propinas nem receber juramento, ainda que fôsse fora do tempo em que tais graus se costumassem dar.

E, se a Universidade o não quizesse assim conceder, sua alteza, depois de examinados e achados suficientes, os graduava e havia por graduados em todos os graus, os incorporava na Universidade e queria que gosassem de todos os privilégios e liberdades de que gosavam os graduados, e pudessem dar graus tanto os que na Universidade examinassem, como os que os tivessem recebido noutros reinos, e que podiam requerer-lhe as ditas cartas que êle as mandaria passar.

A estas provisões respondeu o Conselho: *que nẽ as aceitauam nẽ cõtradeziam E porẽ por ser Em mujto perJuízo da vniversi.<sup>de</sup> Especialm.<sup>te</sup> auerẽ se de dar nella graos sem Juram.<sup>to</sup> q̄ he cõtra dereito E costume de todas as vniversi.<sup>des</sup> Elles protestauam Em nenhum tempo perJudicar a o Estado ser Estatutos E preuilegios da dita vniversi.<sup>de</sup> E que se não Repricauam mais sobre as ditas prouisões do que tinham ffeito. Era por lho mandar asi sua alteza E porẽ diserão mais q̄ vsando os ditos yrmãos dos ditos graos Regios. q̄ protestauam. Elles não leuarẽ propinas. asi Estando na cõpanhia como acertando se de sair nẽ. se preferirẽ aos graduados polla vniversi.<sup>de</sup> asi nos asentos como Em qualquer outra cousa | E isto tambem Entendiam auendo Elles de Reçeber o grao na vniversi.<sup>de</sup> p virtude das prouisões que asi*

*tinham. aos quaes se obrigarã q̄ fizesem asiento q̄ azeitauam os ditos graos cõ as ditas cõdições de não leuarẽ propinas. Estando no collegio ou saindo se nẽ de se preferir Em assentos a ninhũs dos graduados pla vniversi.<sup>de</sup> nẽ Em outra cousa algũa | E diserão mujtos do dito cõselho que eram de voto que não se lhe dese ninhum grao sã Juram.<sup>to</sup> E Requererão a m̄ Escriuão q̄ asi o asentase.*

Em 31 de maio opuseram-se Pedro da Cunha e Tomás Nunes à substituição vaga da cadeira de Matemática, e dão por fiadores a Duarte Nunes, mercador em Coimbra.

Começou a votação da cadeira em 11 de junho de 1560, depois de terem lido cada um duas lições, em dias distintos, em Euclides e na teoria dos planetas. A cadeira foi julgada em 12 a Pero da Cunha que logo nesse dia tomou posse.

Este mesmo Pero da Cunha foi nomeado em 25 de junho substituto da cadeira de Grego por estar doente o mestre Vicente Fabrício.

Guevara leu este ano, como já deixamos dito, em *Anatomia, de ossibus* e em *Cirurgia de ulceribus* por Hipócrates.

Não abriu êle os cursos mas sim o substituto, Cosme Lopes.

Guevara só começou a reger em 23 de outubro, vencendo de 20 a 23 duas partes do salário por lhe terem sido mandados dar três dias de caminho. Não as tinha porém recebido ainda em 11 de maio de 1560 em que se realizou o Conselho de faltas e lhe foram de novo mandadas contar.

De 2 de janeiro até 10 do mesmo mês, em que houve sete dias lectivos, faltou ainda Guevara, sendo substituído por o bacharel Francisco Lopes.

Na segunda terça, faltou Guevara em 19 de fevereiro e foi descontado por não ter querido ler a dois ouvintes.

Desde 29 de fevereiro até 12 de março esteve ausente em Lisboa, lendo por êle desde 1 de março até 11 o bacharel Francisco Lopes.

Guevara retomou a regência da cadeira a 12 de março.

Aos 4 de abril, partiu para as Caldas, depois de ter lido sua lição.

Não leu desde 22 de abril até 10 de maio, sendo substituído por Francisco Lopes em *Anatomia* e Tomás Nunes em *Cirurgia*.

Na terceira terça, começou a ler em 11 de maio, tendo faltado dois dias inteiros.

As disseções foram feitas por determinação do Conselho tomada em 11 de maio de 1560, à hora da aula.

Da fama de que gosava na cõrte Guevara ficou menção notável, este ano, nos livros da Universidade.

Adoecera em Lisboa Luís Gonçalves da Camara, mestre de D. Sebastião, e achava-se em perigo de lhe cortarem o braço ou de morrer,

quando em 26 de fevereiro se reuniu Conselho para o irmão, Martim Gonçalves da Câmara lhe expôr o caso e pedir licença para ir Guevara tratá-lo a Lisboa.

O Conselho concedeu-lhe vinte dias de licença e o adiamento da repetição que era forçado a fazer.

Transcrevemos a acta de páginas 384 e verso do livro competente:

LIÇENÇA AO. D. GUEUARA PA HIR A LIX<sup>A</sup>  
POR XX DIAS A VISITAR LUIS GL LZ DA CAMARA |

Aos vinte E seis dias de feur<sup>o</sup> de j̄bcix años na çidade de Coimbra E Sala dos paços del Rey noso Sôr sendo hi presente o sôr dō Jorge dalm<sup>da</sup> Reytor E os b̄res dō Jorge dataide ant<sup>o</sup> de Castilho & daniel da Costa E o mestre aires da Silua cōselhr<sup>os</sup> Juntos Em Cōselho Espeçialm<sup>te</sup> pa o caso seguinte hi dise o mestre Martim glz. da Camara q̄ Luis glz. da Camara seu yrmão Estaua Em periguo de lhe cortarē hū braço ou de morer E por ser grande parte pa sua saude visitallo o doutor a<sup>o</sup> Roiz de gueuara lête da anathomia pedia por m̄çe. desē liçença ao dito doutor pa hir visitar ao dito seu yrmão. E asi lhe Espaçasem a Repetiçãõ q̄ Era obrigado a ter aos dez do mes de março q̄ vem. E visto seu pedir E tendo Respeito ao dito Luis glz ser mestre del Rey noso sôr. & a sua p.<sup>a</sup> & a ser seruiço de noso sôr visitar se hū cristão E procurar se sua saude | aproue lhes de dar licença ao dito doutor gueuara pa hir fazer a dita visitaçãõ E derãõ lhe pa isso vinte dias E quanto a Repetiçãõ tambem lhes pareçeo bem de lhe mudarē o dia por a causa ser tam Justa E despois de sua vinda se lhe asinara dia Em q̄ Repita | dj<sup>o</sup> daz<sup>o</sup> o Escreui.

É isto o que pude averiguar dos livros do Arquivo da Universidade de Coimbra, sôbre a vida de Guevara neste ano de 1559-560.

## NOTAS E DOCUMENTOS

### S OSTITUTOS E LUGAR DOS AUSENTES NAS CADRAS

«Aos xxbij dias do mes de Setembro de j̄bcix años na çydade de coimbra & pousadas do Sôr dō Jorge dalm<sup>da</sup> Rtor sendo elle Sôr p̄sente & o b̄rel fr<sup>co</sup> machado & o b̄rel dj<sup>o</sup> çelega & o b̄rel Inasceo de morais & o b̄rel Joã de fig<sup>do</sup> cōselhr<sup>os</sup> todos j̄utos ē cōselho & pa yso chamados & cōselho fazendo seg<sup>do</sup> seu costume & foy tambē p̄sēte o b̄rel ã<sup>o</sup> brādã logo hay p̄pos o Sôr Rtor q̄ erã j̄utos pa p̄verē as

sostituições das cadr<sup>as</sup> dos lentes ppetarios ausentes p̄lo q̄ logo uotarã sob̄ a pujsão dellas na man<sup>ra</sup> seguŷte

.....

Medeçina

it na cadr<sup>a</sup> de p̄ma de medeçina sostituyraõ ao doutor Jorge de Saa  
 it na de bespra<sup>a</sup> ao doutor fr<sup>co</sup> loŷz o q̄l a lera eŷq̄anto o doutos Jorge de Saa ler de  
 p̄ma & depois se tornarã as cadr<sup>as</sup> q̄ lyã o año p<sup>do</sup>  
 it na cadr<sup>a</sup> do doutor gueuarra lera ha sostituyçã della o d<sup>tor</sup> cosme loŷz  
 it na cadr<sup>a</sup> de mediçina q̄ lya ho Doutor fr<sup>co</sup> loŷz sostytuyrà ao b̄fel fr<sup>co</sup> Carlos<sup>1</sup>.

SOBRE OS Q̄ AN DE VOTAR EM MEDECINA |

«Aos noue dias de Janro de j̄bclx años na çidade de Coimbra E Salla dos paços del Rey noso s̄or | sendo hi presentes o doutor frei Joam pinhr<sup>o</sup> vice Reytor E os lentes deputados E cõselhr<sup>os</sup> cõseruador & sindico | E não forão presentes o b̄fel dõ Jorge dataide E o doutor gueuara não era na çidade | hi se propos pollo dito vice Reytor q̄ os estatutos estauam duuidosos açerca do entendim<sup>to</sup> das p.<sup>as</sup> q̄ auiam de uotar na medeçina por q̄ em hũa parte deziam q̄ os b̄fes Em medeçina votem nas cadeiras da dita faculdade & os Estudantes q̄ tenham nella hũ curso E dahi pera çima | & no capitullo da valia dos votos diz mais q̄ os b̄fes em artes. posam uotar nas Cadeiras de theologia Canones leis & medeçina | E por q̄ Este Estatuto tinha diversos entendim.<sup>tos</sup> & se encontraua cõ outros | E p<sup>a</sup> se prouerẽ as cadeiras q̄ ora Estam vagas | os b̄fes E ouuintes de medeçina Erão poucos E o S̄or baltasar de faria tinha Jaa sobre o caso Escrito a súa alteza de q̄ Esperaua Reposta e do Edito q̄ se cõsultase Em cõselho mor E q̄ o q̄ parecia q̄ Estaria bem pa aver mais votos Era votarẽ os mestres em artes q̄ tiuesem dous cursos Em theologia. ou tres. q̄ sobre o q̄ melhor pareçese se votase pa Este Efeito de se prouerẽ as ditas Cadeiras de medeçina | & votando se foi asentado polla maior parte q̄ os doutores frei martinho de ledesma Joam de morgoueo M<sup>el</sup> da costa & James de moraes cõ Elle viçe Reytor veiam os ditos Estatutos se cõforme a elles se pode dar maneira como aJa votos mais dos q̄ no primeiro asento q̄ fala nos q̄ an de votar na medeçina se declara E q̄ não se podendo pollos ditos Estatutos declarar os q̄ mais votem nas ditas Cadeiras de medeçina q̄ Elles tomẽ o asento q̄ no Caso lhes pareçer melhor por q̄ Este cõselho lhes comete suas vezes. & am por bom o q̄ nisso ordenarẽ djo daz<sup>do</sup> o Escreui | E q̄ o q̄ asentassem se pederia a sua alteza o cõfirmase cõ os mais apõtam.<sup>tos</sup> q̄ se an de fazer | Risquei E tinha Recado | ant<sup>o</sup> de Barros | E pus de q̄ Esperaua Reposta cedo E dito |

fr João pinhr<sup>o</sup> morgovejo.

AS P.<sup>as</sup> Q̄ AN DE VOTAR NAS CADEIRAS DE MEDECINA

«E depois do asento açima aos onze de Janro do dito año depois da lição de ponto q̄ leo o doutor djo da fonseca se praticou. pollo dito viçe Reytor cõ os doutores açima nomeados tirando o doutor James de moraes q̄ não foi presente sobre o q̄ no cõselho atras se asentou açerca dos q̄ auiam de votar cas Cadeiras de medeçina | E por se não poder tomar cõcrusão algũa pellos Estatutos q̄ forão vistos

<sup>1</sup> Arquivo da Universidade, *Conçelhos*, vol. 3.º, fls. 222 e 222 v.º

Examinados. Soom.<sup>te</sup> ser neçesario pa aver mais votos E boa provisãõ das Cadeiras da dita facul<sup>de</sup> darẽ se lhe doutra faculdade q̄ melhor parece se E visto como pellos originaes de q̄ os ditos Estatutos se tiram q̄ a vniversi<sup>de</sup> Emviou a sua alteza se lhe pedia q̄ da theologia se lhe desem votos polla cõformidade q̄ na philosophia tem Estas duas faculdades E dos Estatutos pareçia q̄ se podia tirar o mesmo Entehdim<sup>to</sup> | preñcipalm.<sup>te</sup> por se dizer q̄ Esta foi a tenção das p.<sup>as</sup> a que sua alteza cometeu a Reuista & emmenda dos ditos Estatutos. pollas quaes Razões E outras q̄ se hi tratarão. se asentou. q̄ os l<sup>dos</sup> E mestres Em artes. E Religiosos q̄ tuesem ouuido tudo o q̄ se Requere pa l<sup>do</sup> E mestre em artes. E tuesem dous Cursos Em theologia E dahi pa çima pudesem votar nas Cadeiras de medeçina | E da valia destes votos na faculdade de medeçina declararõ polla maneira seguinte |

o l<sup>do</sup> E mestre ou Religioso q̄ tenha feito E ouuido todo o curso dartes. tendo os ditos dous Cursos em theologia sua p.<sup>a</sup> valera dous Cursos E não se lhe cõtara mais nẽ se lhe cõtaraõ os dous cursos de theologia | som<sup>te</sup> aos mestres se lhe pora a calidade q̄ cõforme aos ditos Estatutos val hũ curso |

se os ditos l<sup>do</sup> mestre ou Religioso tiuer quatro curros Em theologia alem dos dous Cursos açima nomeados tera mais hũ curso por q̄ os dous años mais lhe valem hũ curso. tendo os sobreditos çinco cursos Em theologia & for bacharel corrente tera mais outro curso E ainda q̄ tenha mais Cursos E grao de formatura não votara em medeçina mais q̄ os ditos dous Cursos E valer lhe ha tambem a calidade de b<sup>rel.</sup> de maneira q̄ por mais cursos q̄ os ditos theologos tenham em theologia alem dos ditos quatro se não forẽ bachareis não terãõ mais de hũ curso E a valia de sua p.<sup>a</sup> E Calidade se a tiuerẽ | como dito he

& estes theologos cõ serẽ matriculados Em sua faculdade votaram Em medeçina |

E pella maneira atras declarada diserãõ os ditos viçe Reytor E doutores q̄ tinham q̄ a faculdade de medeçina Estaua bem prouida pa se poder votar Em suas Cadeiras E asij o pronunçiauem E declarauam Em nome do cõselho mor q̄ pa Ello lhe deu suas vezes. E mandarãõ a mí Escriuão. q̄ o dese por apontam<sup>to</sup> ao l<sup>do</sup> Jorge Pinto p.<sup>a</sup> pedir a sua alteza Em nome da dita vniversi<sup>de</sup> o cõfirme E dello pase sua provisãõ. pa se acostar aos Estatutos nouos. djo daz<sup>do</sup> o Escreui cõ o Riscado años

fr martinus                      fr. Joã pinh<sup>ro</sup>                      morgovejo  
ledesmjus

o D. James de moraes              o D<sup>tor</sup> Manoel da Costa<sup>1</sup>.

D<sup>o</sup> JORGE DALM<sup>DA</sup> REYTOR

«Aos vinte E çinco dias do mes de Janr.<sup>o</sup> de j̄b<sup>lx</sup> años na çidade de Coimbra E salla dos paços del Rey uoso Sõr sendo hi presente o sõr baltasar de faria do cõselho de sua alteza & seu desEmbargador do paço q̄ por seu mandado ora Entende na visitaçãõ E Reformaçãõ da vniversi.<sup>de</sup> E o doutor frei Joam pinh<sup>ro</sup> vice Reytor E o d. frei martinho de ledesma E o. d. djo de goueua E o. d. y<sup>o</sup> de morgoueo E o d. James de moraes. E o d. gar glz. E o. d. luis de crasto E o. d. Mel fr.<sup>co</sup> E o. d. aires gomez de saa E o. d. Mel da Costa E o d. heitor Roiz. E o d. p<sup>o</sup> barbosa E o. d. grauiel da costa E o. d. heitor borges. E o. d. thomas. Roiz. E o doutor a<sup>o</sup> de gue-

<sup>1</sup> Arquivo da Universidade, *Conçelhos*, vol. 3.<sup>o</sup>, fls. 447 v.<sup>o</sup> e segg.

uara E o brel ant<sup>o</sup> brandão | E o brel felix teixr.<sup>a</sup> E dō Jorge dataide E o m<sup>tre</sup> yte  
fabriço E o brel ant<sup>o</sup> de barros & ant<sup>o</sup> de castilho & daniel da costa E os mestres  
dō djo de larcão E aires da Silua lentes deputados E cōselhr.<sup>os</sup> E não foi presente  
o. d. belchior Corneio por Estar doente né o d. Jorge de Saa por ser ausēte né dō  
Jeronimo dalēcrasto por estar doente | loguo hi propos Elle sor baltasar de faria  
q̄ cando Elle viera E se soubera q̄ avia de fazer Elleição de nouo Reytor cōforme  
aos Estatutos. lhe pedirão os quatro lentes de p̄ma q̄ Elle dispensase Em se poder  
votar sobre dō Jorge dalm.<sup>da</sup> por a experiencia q̄ se tinha de sua virtude letras E  
p.<sup>a</sup> todo o tempo q̄ seruiu o dito Cargo & q̄ a dita petiçãõ entendeo q̄ Era deste  
cōselho E q̄ Entõces lhes Respondera q̄ o não podia fazer senão na forma q̄ os  
Estatutos ordenão | E q̄ despois ao tempo da ellei (sic) lhe tornarão a pedir o mesmo  
E de maneira q̄ dizendo q̄ queriam votar nelle ainda q̄ não tiuesse a idade q̄ os Es-  
tatutos Requerē pa Elle o mandar asi pedir a sua alteza o fizerão sair fora | E des-  
pois o tornarão a chamar por senão poder dispensar cō os Estatutos & q̄ visto  
como Elles todos tinham tamanha vōtade a elle seruir o dito Carguo pollo mujto  
q̄ Releuaua a vniversi.<sup>de</sup> polla Experiencia grande q̄ tinha della despois de feita a  
elleiçãõ de dō Mel de meneses dando della cōta a sua alteza lhe disera & Escreuera  
como toda a vniversi.<sup>de</sup> E elleitores do dito Reytor lhe pedirão ao dito dō Jorge  
dalm.<sup>da</sup> E q̄ sua alteza lhe Respondera q̄ dō Mel não podia seruir o dito Carguo por  
o ter Elleito por seu adaião E por o ocupar Em outras cousas de seu seruiço | E  
q̄ o avia por bem de suprir a ydade do dito dō Jorge E q̄ seruisse o dito carguo de  
Reytor E q̄ querendo o asij a vniversi.<sup>de</sup> Elle lhe dese Juram<sup>to</sup> & servise & q̄ lhe  
mandaria pasar cōfirmacão do dito carguo como se podia ver polla Carta q̄ sua  
alteza lhe Escreuera sobre o Caso q̄ Eu Escriuão ly Em voz q̄ todos ouuirão | E  
ouuida disse Elle Sōr baltasar de faria q̄ votasem no q̄ se deuia fazer q̄ deuia ser  
parecer lhes o q̄ lhes pareceo quando lho pedirão pa poderē nelle votar | E loguo  
por todos votando por sua ordem | foy Respondido q̄ Elles Reçebiam singular m̄çe  
ē suprir a idade do dito dō Jorge & Em lho dar por Reytor pollas partes q̄ nelle  
ha & por nelle Estar mujto bem o carguo | pollo q̄ beijaũo as mãos de sua alteza.  
& se conheceriam sempre obrigados. pollo q̄ Elle sōr baltasar de faria fizera a esta  
vniversi.<sup>de</sup> Em lhe alcançar a dita m̄çe.

E loguo diserão q̄ não Era neçesario fazer se Elleiçãõ de fauas porq̄ sua tenção foi  
não podendo dō Mel seruir o Carguo q̄ o dito dō Jorge o seruisse pollo q̄ Elles. o  
postulauam viua voce. E asi o postularão. todos nemine discrepante. E elle baltasar  
de faria Em nome delRey nosso sōr. lhes azeitou a dita postulaçãõ por virtude da  
dita Carta E prouisão. q̄ no Cabo deste cōselho se traladara | Em q̄ sualteza lhe  
daua poder pa isso E pa lhe tomar Juram.<sup>to</sup>

E loguo se asentou mais q̄ os dous lentes de p̄ma de theologia E Canones. cōmigo  
Escriuão fizesē saber ao dito dō Jorge como Era Elleito Em Reytor & q̄ aminhã  
das duas oras por diante o Vice Reytor cō toda a vniversi.<sup>de</sup> Junta | aceitando Elle  
o Carguo o vam buscar a sua casa cōforme ao q̄ os Estatutos ordenão | & q̄ o dito  
acõpanham<sup>to</sup> se faça cō charamellas E trombetas. por ser auto polla autoridade da  
vniversi.<sup>de</sup> de mujto respeito E solenidade | no dito cōselho propos mais o sōr bal-  
tassar de faria q̄ duas Cadeiras de medeçina Estauam vagas a q̄ Estauão oppostos o  
doutor frco lopez E frco Carlos Cada hū a sua. E por q̄ frco lopez Era bō letrado E  
dezia q̄ não avia de ler cō quarēta mil f̄s. q̄ os Estatutos lhe ordenauão. E q̄ dezião  
q̄ frco Carlos Estaua ynabil q̄ visē sendo asi q̄ Estaua ynabil se se tiraria da cadeira  
a q̄ Estaua opposto algũa cousa pa se acrescentar a frco lopez | ou se abastaria a  
cathredilha a q̄ Esta opposto o dito frco Carlos asinar lhe menos dos quarēta mil  
f̄s | E foi asentado q̄ o nouo Reytor cō os quatro Catredaticos de prima cō Elle

sõr baltasar de faria veiam o caso. E o determinem como lhe parecer bem E Justa  
 djo dazdo o Escreui E Risquei felipe E pus ao de E dis o mal Escrito por Estar

fr Joã pinhro            baltasar de faria  
 d. fr martinus            morgo Vejo  
 ledesmjus

E o trelado da Carta E Capitullo della q̄ faz ao proposito da Elleição E postulação  
 de dõ Jorge Reytor he o seguinte | ¶ E quanto a elleição q̄ a vniversidade fez de  
 dõ Mel de meneses pa seruir de Reytor foy mujto acertada por aver nelle bondade  
 ydade letras & experiençia pa poder bem seruir o Carguo mais Eu lhe tenho feito  
 m̄çe do ofiçio de daião de minha Capella & o ocupei em outras cousas de meu ser-  
 uiço pollo q̄ não pode aceitar o dito Carguo & Eu ouue por Escusado falar lhe nisso  
 E pois em dõ Jorge dalm<sup>da</sup> ha mujtas Calidades pa poder seruir o djto Carguo de  
 Reytor E tem Jaa experiençia dos negoçios E dado tam boa mostra de si Em todos  
 os q̄ ocorrerão. Em tempo q̄ o seruiu E vos me Escreveis q̄ de todos os mais Era  
 deseJado E q̄ se não obstara o Empedim<sup>to</sup> de sua ydade fora Elleito pa o dito Car-  
 guo Eu o tenho Jaa dispensado no defeito da dita ydade v<sup>to</sup> como lhe falta pouco  
 pa trinta años q̄ he a q̄ os Estatutos mandão. E esta piquena falta se supre cõ sua  
 virtude letras & experiençia & pois Este so impedim<sup>to</sup> ostava a sua Elleição o Ei  
 por abilitado pa ser Elleito E me parece bẽ a elleição q̄ delle se queira fazer E mando  
 q̄ se faça Em forma E pa loguo poder vsar do dito Carguo sendo nelle Elleito o Ei  
 por cõfirmado nelle & o dito dõ Jorge por virtude desta determinação podera loguo  
 Reçeber o Juram<sup>to</sup> de vosa mão. E sera obrigado a mandar tirar sua cõfirmação  
 Em forma no tempo declarado nos ditos Estatutos. como a eu mandares pasar aos  
 mais da dita vniversid<sup>e</sup> E na dita Carta Estaua o sinal da Reynha nosa sãa | & no  
 sobre Escrito dizia | por El Rey a baltasar de faria do seu cõselho & seu desEm-  
 bargdor do paço djo dazdo a escreui | \* 1.

#### MEDEÇINA

oho doutor thomas Roiz começou a ler a sua Cadeira de p̄ma Jubilado. aos x  
 dias doutubro | E começou a ler de vespora Juntam<sup>te</sup> cõ a sua hua quarta feira  
 oito dias de nouẽbro E ade ser cõtado no salairo della p̄ Enteiro. por se cõtratar  
 asi no cõselho E vai multado Em m<sup>a</sup> hora q̄ deixou de ler por lhe patearẽ. os ou-  
 uintes a quinze de dez.<sup>ro</sup>

o doutor. Jorge de Saa começou a ler a substituição de p̄ma desdo prencipio doctubro  
 E leo ate os noue do dito mes | E desdos dez do mesmo mes. ate os dezoito delle  
 leo a Cadeira de uespora diguo a substituição | . E vai multado na misa de são ni-  
 colao a que não foi prest<sup>e</sup>

o b̄fel fr<sup>co</sup> Carlos começou a ler de terca no prencipio doctubro E leo ate os nove  
 do dito mes. E dos dez do dito mes. ate os trinta delle leo a substituição de terça.

o doutor Cosme lopez começou do prencipio doctubro a ler a substituição da Ca-  
 deira de anatomia. E deixou de ler aos vinte E hũ do dito mes. E começou a ler a  
 substituição de uespora aos vinte E tres do dito mes. doctubro E leo a ate os trinta  
 delle | E vai multado na misa do natal a que não foi presẽte |

o doctor ao Roiz de gueuara começou a ler a sua Cadeira aos vinte E tres doctubro  
 & dos 20 ate os 23 vence as duas partes por se lhe darẽ tres dias de Caminho

<sup>1</sup> Arquivo da Universidade, *Conçelhos*, vol. 3.<sup>o</sup>, fls. 450 e segg.

daniel da costa começou a ler a substituição da cadeira de terça aos nove de novembro |

o bñel frco lopez leo desdos dous de Janro ate os dez delle por gueuara Em q̄ ouue sete dias leituios |

frei nicolao do amaral vai multado em duas lições de cinco que não leo E vai asolto dos prestitos a que não foi preséte | e começou a ler ao 17 doctubro |

o mtre pº da cunha leo a substituição de Mathematicas do prncípio doctubro ate os 16.

Simão nunez q̄ serue de guarda das Escolas por seu pay nuno fñz vai multado nesta terca Em quinhētos r̄s. de mil faltas Em q̄ vai apontado | —

paullo de barros bedel dos Canones E leis seruiu por mandado do cōselho de bedel da theologia Juntamte cō o seu Cargo desdo prncípio doctubro ate os vinte do dito mes

frco cerqueira começou de seruir de bedel de theologia aos xxj doctubro E seruiu ate x de nouēbro. & dos xj de nouēbro começou de seruir de bedel de medeçina |

luiz alūrz da serra começou de seruir de bedel de medeçina desdo prncípio doctubro ate dez de nouēbro & de bedel de theologia de onze de nouēbro em diãte»<sup>1</sup>.

#### CÔSELHO DAS MULTAS DA TERÇA DE JULHO DESTE AÑO DE J̄bclx

«ho deradeiro de Julho de j̄bclx años na çidade de Coimbra E Casa dos paços del Rey noso Sõr onde se faz o cōselho da vniversi.de sendo hi preséte o Sõr dõ Jorge dalm<sup>da</sup> Reytor E o mestre Martim glz da Camara & o bñel antº de barros E o bñel antº çelema E o mestre frco lopez cōselhros Juntos em Cōselho E cōselho fazdo segdo seu costume. | hi apresentarão os bedeis as multas dos lentes. E forão multados os seguintes.

.....

#### Medeçina

o. d. Jorge de Saa he multado em ductos r̄s por se não achar na oracam da Rcy nha Santa |

o. d. aº Roiz de gueuara desdos vinte E dous de abril ate os dez de maio inclusive não leo por ser auséte & lerão por elle frco lopez polla minhã. E thomas nunez a tarde & a sete de maio deixou de ler a tarde E uai multado |

E o dito doutor começou a ler nesta terça a onze de maio E vai multado Em dous dias Enteiros & Em ductos r̄s mais por não Estar presente a oração | da Reynha Sãta

daniel da Costa leo a substituição da Cadeira de terca ate os vinte E seis de abril o doutor frco lopez tomou pose da Cadeira de terça de medeçina | aos vinte E sete dabril | E he multado em ductos r̄s por se não achar presente no Collegio a oracam da Reynha Santa | »<sup>2</sup>.

«Aous onze de maio de j̄bclx anos. . .

no dito cōselho se virão as multas. dos lentes E officiaes da terca segunda q̄ começou ao x de Janro E acabou a xx de abril E vistos E ouvidos os lentes. nellas multados se Julguou polla maneira seguinte |

.....

<sup>1</sup> Arquivo da Universidade, *Conçelhos*, vol. 3.º, fls. 374 e 374 v.º

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*, vol. 3.º, fls. 420, v.º e 421.

## Medecina |

Aos dezenove de Janro tomou pose da Cadeira de vespóra de medeçina o doutor Jorge de Saa |

o doutor a<sup>o</sup> Roiz de gueuara he multado aos 19 de feuro por não ler a dous ou vinte & desdos vinte E noue de feur.<sup>o</sup> ate os doze de marco Exclusive q̄ tornou a ler foi auséte a corte & fr<sup>co</sup> lopez começou a ler por Elle o p̄meiro de março & leo ate os onze do dito mes. & vai multado Em duas m<sup>as</sup> oras. & o dito sustituto vençera a terça parte dos dias a que asi leo & o doutor a<sup>o</sup> Roiz de gueuara vai multado nas duas partes. & partio se pa as caldas aos quatro dabríl despois de sua lição |

E asentou se q̄ feca anatomia a ora de sua lição

quarta feira 27 de março tomou pose da sua cadeira o bñel fr<sup>co</sup> Carlos |

Asentou se mais q̄ se desem ao doutor a<sup>o</sup> Roiz de gueuara os tres dias de Caminho quando chegou da Corte na primeira terça deste año. & cōtar lhe am dos ditos tres dias as duas partes<sup>1</sup>.

(Continúa).

DR. TEIXEIRA DE CARVALHO.

---

<sup>1</sup> Arquivo da Universidade, *Conçelhos*, vol. 3.<sup>o</sup>, fls. 437 e 438.

# Da poesia na educação dos Gregos

Á Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

## Prefácio

O estudo «Da poesia na educação dos Gregos» compreende parte da matéria e dos elementos de informação por mim reunidos com o intuito de, sob o título *Educação clássica*, escrever uma obra cujo primitivo plano era o seguinte:

### I

- I — Origem e acepções do termo *clássico*<sup>1</sup>.
- II — Formação do conceito de *classicismo*.
- III — Influência do *classicismo* na civilização europeia.

### II

Influência do classicismo entre nós:

- a) na literatura e na arte;
  - b) na vida social;
  - c) na educação.
- I — Anteriormente à Renascença (?).
  - II — Durante o século xvi.
  - III — Do século xvi ao século xx.

### III

- I — Vantagens actuais da *Educação clássica*.
- II — Reconhecimento geral da *Educação clássica* como uma utilidade.
- III — Necessidade da *Educação clássica* em Portugal.

Deveria essa obra desenvolver, com tudo o que nela representasse maior ou menor contribuição de conhecimentos históricos e literários,

---

<sup>1</sup> V. o cap. ix dêste estudo.

uma franca apologia da educação e do ensino clássicos, segundo logo se depreenderá dos enunciados da secção terceira.

E viria no momento oportuno, dada a necessidade — reconhecida e apregoada — de voltarmos de novo as almas para a luz clara da Antiguidade, grega e romana, embora devamos dar à cultura pelo classicismo uma forma e uma orientação diversas daquelas que, durante longo tempo, foram monótonamente impostas por séculos letrados e gramáticos, contrariada e esterilmente aceites e seguidas por sucessivas gerações.

Porque muitos dos melhores pensadores vão reconhecendo, com efeito, as vantagens dessa educação: não só debaixo do ponto de vista da ginástica mental e das associações e combinações intelectivas provocadas pela leitura e penetração dos textos, bem como sob o da *preparação formal do espírito*<sup>1</sup>, mas também debaixo do ponto de vista das exaltantes e fecundas emoções de *ideal*, a esperar sempre das obras do Génio antigo; e ainda sob o aspecto da *salutar influência social* de tão disciplinadora, tónica e congregante cultura.

Não falando doutras reais, atendíveis vantagens — como são: o precioso auxílio prestado pelo grego e pelo latim para o estudo das linguas modernas, para o da história e das religiões ocidentais, para a criação, inteligência e utilização da nomenclatura filosófica, científica e técnica.

Mas oportuno será também o afirmar eu nesta altura que, se viesse a efectuar o projecto indicado — e sem prejuizo de quanto dissesse sobre as virtudes *sociais* do espírito clássico — havia de insistir, com relação aos outros aspectos, em *dois* pontos particulares, de essencial importância perante a moderna compreensão do assunto.

Assim, admitindo que a presença e a preocupação de preexistentes *quadros mentais* poderá, nalguns casos, embaraçar a actividade de certos espíritos — quando se trate de investigações directas, da aquisição de noções especiais, de trabalhos onde se exija um maior coeficiente de intervenção pessoal — provaria, sem grande dificuldade que, numa educação inteligentemente orientada, se evitaria êsse inconveniente e se fariam valer aquelas vantagens.

Deixaria na verdade vincado que tais quadros de representação se não podem tomar pela própria vida mental brotante e corrente, e sim apenas como *condição* da sua actividade condutível e aproveitável, como dispositivos e traçados favoráveis à destriça, colheita e registo dos dados da realidade objectiva ou do mundo interior.

---

<sup>1</sup> V. o que sobre êste ponto publiquei na revista *Dionysos*, série I, n.º 3; Coimbra, abril MCMXII — pág. 143 e seg.

E com mais vigor ainda proclamaria — quando me referisse ao segundo aspecto — a necessidade de condenar sempre o *critério imitativo* no campo da produção artística e literária. Poria em relêvo, para refôrço da afirmativa: que nunca a emoção a receber das obras clássicas, ou de qualquer outra obra de Arte, deverá ter-se realmente como estímulo de *imitação*, mas sim como estabelecendo um *ambiente de alma* favorável à elaboração original, como formando uma atmosfera de viva estesia suscitadora, como concorrendo para nos elevar toda a tonalidade psíquica; à maneira do que sucede com um artista de determinada arte, cujo espírito e cuja sensibilidade sejam despertados e movidos pela audição ou visão duma obra artística doutro ramo.

Poria em relêvo, pois parece andar esquecido, que — se as obras clássicas da Antiguidade revestem na sua Beleza qualquer coisa de *genérico*, de *típico*, de *humano* (devido, numas, ao nativo poder de idealização da Grécia, noutras, ao génio formal de Roma, e em todas à acção histórica, modificadora de muitas significações e acepções verbais, exercida pelos diversos centros da civilização europeia) — elas foram também, *originariamente*, sobretudo as gregas, produto de impressões directas da Natureza, de vibrantes repercussões da Vida; que é por isto, por terem sido tão vivamente concebidas e elaboradas, que nos encantam e comovem; e que, a tirarmos dos autores antigos alguma lição e conselho, se resumirão êstes exactamente no preceito de lhes seguirmos o exemplo, de *fugirmos a imitá-los* para só nos inspirarmos dos espectáculos naturais e da vida viva da nossa alma.

Não escreverei, comtudo, essa obra que envolveria o louvor e elogio da Educação clássica.

Por três motivos desisti da empresa.

Em primeiro lugar, porque não poderia — com a minha preparação incompleta e desconhecendo entre outras coisas a lingua grega — proseguir conscienciosamente num trabalho que, para ser como devia ser, exigia mais ampla preparação e, de modo especial, o conhecimento do grego.

Em segundo lugar, porque a execução daquele plano integral me demandaria extenso curso de tempo — circunstância para ponderar quando já se tem vivido mais do que se há de viver.

Finalmente — e em razão desta mesma circunstância — porque a absorção numa obra de tão largo molde me obrigaria a abandonar outros planos, a que não ligo menor interesse.

Objectar-me hão, talvez, que o primeiro dos motivos apontados me deveria ter desviado, logicamente, de imprimir o presente estudo.

Reconheço o valor da observação; e confesso que, em rigor, me cumpriria abster-me de o publicar.

Invocarei, todavia, outros três motivos para minha defesa e justificação:

o desejo, natural, de não ver inteiramente perdidos e desaproveitados todos os meus trabalhos de informação e leitura;

o pensamento de que estas páginas sempre possam oferecer aos estudiosos qualquer indicação útil;

e, acima de tudo, a esperança de que despertem e sujiram a um ou outro dos meus raros leitores, devidamente preparado, a idea de alguma obra congénere, mais substancial e valiosa.

¿Porque não hei de mesmo ver alguém — dentre os môços professores ou discípulos dos cursos de Letras — adoptar e levar a efeito o plano que me foi impossivel realizar?

## I

Anteriormente às Guerras médicas e ao seu termo, isto é — até meados do 5.<sup>o</sup> século a. C.<sup>1</sup> — eram de limitado quadro a educação e o ensino dos Gregos.

Tanto entre os Dórios de Esparta como entre os Iónios de Atenas — e de certo nos estados da Grécia, da Ásia-menor, da Grécia-Magna e da Sicília cujas populações tinham afinidades com um ou com outro dêsses dois centros e lhes seguiam as normas de vida sociais e domésticas — os rapazes, entregues às mães durante os primeiros anos de idade, iam pelos sete anos para escolas de mestres particulares, em Atenas, ou para escolas públicas, em Esparta, onde logo recebiam o ensino da música.

Compreendia esta parte do ensino o que constituia realmente o domínio das Musas segundo os Gregos:

a prática da *gramática* — que se resumia no conhecimento das *letras* e na *leitura* (talvez só a partir dos meados do 8.<sup>o</sup> a princípios do 7.<sup>o</sup> século a. C., pois só desde então se tornaria geral na Grécia o uso da *escrita*);

a iniciação nos rudimentos da *aritmética* e da *geometria* do tempo<sup>2</sup>;

<sup>1</sup> Antes de Cristo. Outras abreviaturas empregadas neste estudo: c. = cêrca de, por volta de; fl. = floresceu; V. = veja(m)-se.

<sup>2</sup> Constaria esta iniciação, pelo que respeitava à *aritmética*, de simples exercícios de contagem e operações muito elementares, devido em parte, quando não se

a aprendizagem do *canto* e dum instrumento (lira, cítara, flauta), a par a dos velhos *hinos*, religiosos e bélicos;

finalmente — a recitação dos *poetas antigos* (com a sua decoração, graduada segundo a idade dos discípulos): a recitação de Homero <sup>1</sup>

tratasse de mero cálculo mental, aos pesados e incómodos símbolos empregados de certa altura em diante — os caracteres alfabéticos.

Quanto à *geometria* — cuja origem teria sido, muitos séculos antes, o registo das primitivas medições de áreas feito por um sacerdote egípcio (registo conservado no papiro «Rhind», do *British Museum*) — iniciá-los-hiam talvez nalguns dos problemas de Tales e de Pitágoras, oralmente transmitidos primeiro, e mais tarde fixados pela escrita.

<sup>1</sup> *Homero* — da Ionia (Chios).

Melhores manuscritos:

da *ILIADA* — o *Venetus A* (da Biblioteca de S. Marcos, de Venesa), cópia do século 10.<sup>o</sup> da nossa era;

dois *Laurentiani* (da Biblioteca *Laurentiana*, de Florença), cópias do século 11.<sup>o</sup>;

um *Townleiano* (no Museu Britânico, do nome do coleccionador Ch. Townley (1737-1805), cópia do século 13.<sup>o</sup>).

da *ODYSSÉA* — um *Venetus* — cópia do século 12.<sup>o</sup>;

um *Townleiano* — cópia do século 13.<sup>o</sup>;

um *Ambrosiano* (da Biblioteca Ambrosiana, de Milão) — cópia do século 14.<sup>o</sup>.

Impressos: *Edição princeps* — 1488, Florença; Editor Dem. Chalcondyles (erudito natural de Atenas (1424-1510), professor de grego em Florença, Perusia, Roma e Milão; autor duma gramática da língua grega; editor também de Isócrates (1493) e de Suidas (1499).

Seria longo o registo das edições como dos estudos críticos e comentários dos *Poemas homéricos*, a contar da idade alexandrina (300-1 a. C.). Além das enciclopédias e das revistas e bibliografias especiais, poderão consultar-se, entre outros muitos lugares: os índices do volume e do apêndice do *Manuel de Philologie Classique* de Salomon Reinach (Libr. Hachette et C.<sup>ie</sup>, Paris), o index da valiosa obra de Sir John Edwin Sandys — *A History of Classical Scholarship*, 3 vols. (Cambridge University Press, 1903-1908), o índice da *Histoire de la Littérature Grecque*, de Otfried Müller (trad. franc. de K. Hillebrand) vol. 3, e algumas notas do tradutor ao vol. 1; as citações e notas bibliográficas da *Histoire de la Littérature Grecque*, tom. 1 de A. e M. Croiset (Fontemoing et C.<sup>ie</sup> edit., Paris); o 7.<sup>o</sup> vol. da *The Everyman Encyclopaedia* (edit. by A. Boyle, published by J. M. Dent and sons L.<sup>o</sup>, London) — na palavra *Homer*. Por estes índices e notas ter-se há conhecimento de tudo o que haja de mais importante com relação a êsses poemas, quanto a comentário e exegese, versão e crítica, preparação e publicação de edições, etc. Não pretendo, claro está, que a presente indicação satisfaça. Servirá apenas de base e de ponto de partida para quem queira reunir uma larga bibliografia homérica. Traduções de Homero. Entre outras, v.: as francesas de Leconte de Lisle (Paris, Alph. Lemerre, edit.), P. Giguet (Paris, Libr. Hachette et C.<sup>ie</sup>); a alemã de J. H. Voss (1751-1826); a italiana da *Iliada*, de V. Monti; as inglesas de Alex. Pope (1687-1744) e de W. Cowper (1731-1800), a da *Iliada* de Lord Derby (1799-1869), as da *Odysséa*

(9.º século a. C.), de Hesíodo<sup>1</sup> (2.ª metade do 8.º século a. C.), e depois a dalguns *iâmbicos* e *elegiacos*, dos grandes *liricos* ou *mélicos*...<sup>2</sup>.

de Andr. Lang (1844-1912) com S. H. Butcher (1856-1910) e de W. Morris (1834-1896), a da *Iliada* de A. Lang com E. Myers e W. Leaf.

<sup>1</sup> *Hesiodo*—n. de Ascra; na Beócia. Autor dos *Trabalhos e Dias*, e também da *Teogonia* segundo a tradição. V. *Poètes moralistes de la Grèce*, Notice par Guigniaut.

Edição *princeps* dos *Trabalhos e Dias*:—1493, Milão; Impressor B. Accursius. Ver F. A. Paley (ingl., 1816-1888), professor em St. John's College, Cambridge; convertido ao catolicismo; erudito notável, não só como grecista e latinista, e pelas edições da *Iliada*, de Hesíodo, de Ésquilo, Eurípides, Teócrito, Sófocles, dos *Fastos* de Ovidio, etc., mas pela ousada tese seguinte: os *poemas homéricos*, na forma hoje conhecida, teriam sido ordenados e ligados só a contar da idade de Alexandre (4.º século a. C.) e, na maior parte dos cantos, vieram transmitidos oralmente até ao tempo de Tucídides (471-401 a. C.): «*Homeri quae nunc exstant an reliquis Cycli carminibus antiquiora jure habita sint*»—1879. V. os lugares acima citados com referência a Homero. Traduções de Heríodo. Entre outras, v.: *Hesiodo* de Leconte de Lisle (Paris, Lemerre, 1869); *Poètes moralistes de la Grèce—notices e traductions*, par Guigniaut, Patin, J. Girard et L. Humbert (Paris, Garnier, 1882); e a tradução inglesa de A. W. Muir na *Oxford Translations Library*, 1908.

<sup>2</sup> Quando se diz que na educação da mocidade grega entrava, como constituindo a parte mais importante, o estudo dos antigos poetas—não se pressupõe o facto de serem ouvidas e recitadas, por cada camada de educandos, e ano a ano, as produções de todos esses poetas, ou todas as produções dêste ou daquele. A afirmação envolve apenas a ideia de que os grandes poetas da Hélada ofereciam, uns por outros, para sucessivas gerações, o melhor da educativa substância moral e mental ministrada à mocidade. Dar-se hia qualquer coisa de comparável ao que se dá hoje nas classes superiores de Letras: a escolha e alternação, através os diversos anos dum curso, dos muitos autores a estudar e a comentar.

Não esqueça também que neste estudo se fazem referências a muitos poetas, cujas obras desapareceram quasi por completo desde a antiguidade, e a outros ainda, dos quais apenas restam alguns curtíssimos fragmentos; que é, pois, relativamente restrito o número daqueles com quem os modernos cultores da Literatura grega poderão ter contacto directo; e que, assim, tudo quanto se diga sobre a maior parte deles só representa um acto de fé no depoimento dos comentadores antigos, um eco de tradição plurisecular.

Registam-se, é certo, alguns achados felizes—como esse dum outro papiro egípcio (também pertencente ao *Museu Britânico*) onde se contem vinte poemas de Bacchylides de Céos, e que foi encontrado em 1897.

Deverá, porém, considerar-se perdido numa grande proporção, para nosso mal, o património poético da Grécia antiga.

E contudo do pouco salvo e dessa tradição mantida tal perfume de viva poesia se evola sempre, que lhe devemos algumas das mais puras e enaltecedoras emoções d: *Ideal* da velha alma europeia.

A designação de *iâmbicos* ou de *elegiacos* provinha-lhes do género em que compunham—considerado sob o duplo ponto de vista dos *metros* característicos e da significação e intenção das composições.

Não me alongo com relação à *métrica* desses géneros porque só um metricista

Atingidos os 14 ou 15 anos desenvolviam-nos na GIMNÁSTICA, em que já vinham iniciados, e que formava a outra parte desse ensino dos primeiros anos. Constava de exercícios de corrida, luta, salto, arremêço de discos e de lanças.

Não contava, entre os Gregos, pela menos importante — esta segunda parte da educação; especialmente para os de Esparta, onde era organizada como sob sistema militar, e imposta em comum a rapazes e raparigas.

Porque tinha ali dois fins.

Destinava-se a criar, a cada geração, uma mocidade viril, enrigecida, disciplinada para a guerra exterior e para a dura e necessária dominação das primitivas populações submetidas; formando também sádias e robustas mães, aptas a dotarem o futuro da cidade-pátria com filhos capazes de continuarem a defendê-la. E destinava-se ainda a satisfazer o maior ideal da Raça: o puro ideal da destresa garbosa e do resistente vigor físico — orgulhosamente ostentados nas cerimónias cultuais, nos jogos públicos. A educação gymnástica deveriam os

---

especializado, e na posse da língua grega, poderia fazê-lo com consciência e com proveito para os leitores; e não era de absoluta necessidade desenvolver tal ponto num estudo da natureza dêste.

Em relação à significação e intenção das composições dum e doutro género será suficiente, para a compreensão do texto, indicar aqui o seguinte.

O *iambo*, atribuído à inventiva de Terpandro e ligado na sua origem com o culto de Demeter, segundo uns, segundo outros com o culto de Dionisos — constituiria, a princípio, uma espécie de sátira popular. Podia ser cantado com estreito acompanhamento dum instrumento musical (talvez da cítara) ou apenas marcado ao vivo pelas notas desse instrumento, que então lhe não seguia a letra sílaba a sílaba, devendo por certo a composição estrófica variar do primeiro para o segundo caso. O tom do *iambo* era o da sátira e da ironia, por via de regra.

Pelo seu lado, a *elegia* — talvez contemporânea do *iambo*, e que prenderia com a antiga escola dos auletes greco-frigios — prestava-se, dada a feição especial dos elementos métricos próprios, à expressão enérgica de altos pensamentos heroicos ou morais, a reflexões pessoais (as mais das vezes de sabor melancólico), aos conceitos de índole pragmática, etc. Revestia daí, mesmo nos festins, ora o carácter de exortação, ora o de conversação grave, ora o de confiança comovida, de conselho e de advertência. Oferecia, portanto, afinidades ou pontos de contacto com o *epigrama* (quando tomado ainda no puro sentido de inscrição curta) e com a poesia dos *gnómicos* — autores de máximas, de sentenças e de preceitos didáticos.

Além da feição comum da língua em que eram compostas — o *dialecto iónico* — o *iambo* e a *elegia* apresentavam mais dois traços de aproximação: assumiam, em geral, aquela forma e teor de conversação; e passado pouco tempo viriam dando à música, à *harmónica* um papel cada vez mais secundário — a ponto de se tornarem dela independentes ou quási. Nisto se distinguiam da poesia propriamente *lirica*, ou *mélica*, intimamente ligada com a música; como dela se distinguiam sob o ponto de vista dialectal.

Espartanos e Crotoniatas, no 6.º século a. C., à face de todos os Hellenos, a primazia da força pronta e da escultural nobreza; e dava-lhes às mulheres e moças a da beleza firme e equilibrada, em frente da Grécia inteira.

Chegados à adolescência, dos 17 ou dos 18 aos 20 anos, completavam os môços Gregos a sua educação, num e no outro dos dois estados — e nos que dêstes se inspiravam — de maneira essencialmente prática: com a convivência e comércio dos homens amadurecidos, as conversações dos pórticos e mercados, os primeiros passos da vida pública, a assistência aos concursos das festas e jogos, de que faziam parte a recitação das obras poéticas e a produção doutras obras do espírito; cultivando sempre com igual cuidado a vida física.

Homens feitos, passavam a contar como cidadãos, na vida política e na guerra. Sendo de notar que, para o lídimo Espartano, o terceiro período de educação representava já um primeiro estágio dessa vida pública, inteiramente votada ao Estado; pois desde os 17 ou 18 até aos 60 anos a sua existência e toda a sua actividade eram em absoluto as dum soldado, as dum puro elemento e factor da colectividade, subordinado para tudo ao rigor da disciplina militar. O que não excluía, ao contrário do afirmado durante muito tempo, certos hábitos de luxo, ambições de opulência, sofreguidões de gôso custoso e veleidades de elegância exterior — por parte de numerosos filhos dêsse povo duro e forte.

## II

Liquidada no entanto essa luta de quasi nfeio século, que puzera à prova as melhores energias dos Estados gregos e se lhes terminara com vantagem (*παρ de Cimon* — 449 a. C.), operar-se hia nos domínios da educação e do ensino, como em tudo o mais, uma transformação larga e profunda.

Manteria Esparta ao lado da GIMNÁSTICA o seu ensino musical, que compreendia sempre (além dos cantos corais pelo austero *modo dórico*): a *orquêstrica*, com marchas e danças de character marcial e — do mesmo modo que Atenas — a prática da *leitura* e da *escrita*, o estudo da *arimética* e da *geometria*<sup>1</sup>, a audição e recitação dos *poetas antigos*.

<sup>1</sup> Pouco mais desenvolvido, se o foi, devido à possível importação das noções conquistadas por Archytas de Tarento (fl. 400 a. C.) e talvez, logo depois, aos estudos de Eudóxio de Cnido (fl. 366 a. C.) — o primeiro, parece, que na Grécia tratou dos movimentos dos planetas, pois só nos princípios do século 3.º seriam coligidos

Não se deixaria invadir tanto nem tão cedo como a vitoriosa cidade da Ática por um recente e singular espírito de curiosidade intelectual, cujas manifestações e desenvolvimento merecem especial registo; embora não ficasse indemne, não pudesse de todo furtar-se à influência das tendências e correntes de pensamento que se afirmavam, vinham começando a circular pela Hélada, e que tudo alagariam por fim.

Em Atenas, porém, a revolução seria logo profunda: quando, entre outras, a arte da palavra assumisse a importância dum objecto de educação pública — devido, de princípio, ao engodo da sua inspiração, nem sempre fiel e segura, nas primitivas tradições *filosóficas e históricas* da raça helénica, sempre sedutoras para os Gregos.

Porque nessa altura tornar-se hiam ali realmente matéria do ensino público, ou do ensino *feito em público* e, conseqüentemente, de uma *nova eloquência*, os temas históricos e filosóficos até então cultivados de modo isolado e disperso, como caso individual, por aqueles que toda a vida se dedicariam ao seu estudo e meditação especiais e exclusivos, à sombra e no convívio familiar dos próprios mestres — segundo acontecia com os discípulos de Heraclito de Efeso (fl. 513 a. C.), com os esotéricos de Pitágoras de Samos (fl. 540-510 a. C.).

Anteriormente suscitada e nutrida da vida real, como meio natural e simples para a exposição, ou arma fácil e manejável para a defesa de substanciais interesses, como instrumento de próxima e verdadeira utilidade — essa *arte da palavra* (alimentada agora do passado e do presente com todos os conhecimentos e noções aproveitáveis para o discurso persuasivo, *em si*, no intuito de dominar e conduzir homens, em vez de apenas lhes comunicar ideas e impressões directas da realidade) — constituiria a espécie de eloquência inerente e apropriada à indole da Sofística: criação e produto da inventiva mental que recorria, efectivamente, a todos aqueles elementos de recente aquisição. E daí o advento de semelhante arte representaria, a despeito dalgumas vantagens trazidas, uma revolução perigosa e nociva, não só no momento mas ainda pelo futuro adiante. Facto que não deve admirar-nos, que se explica atendendo a duas qualidades apontadas desde a antiguidade como distintivas dos Atenienses, entre todos os Gregos: *a facilidade de resolução na acção, e a empolgante energia da palavra*; pois se, debaixo de certos pontos de vista, lhes

---

e ordenados nos *Elementos* de Euclides (323-283 a. C.) os teoremas até ali conhecidos; e decorreriam algumas dezenas de anos antes que Apolónio de Perga florescesse (entre 250 e 220 a. C.), e enriquecesse o mundo do saber com novos dados e conhecimentos, sobrelevando a todos estes o das secções cônicas.

conferiam superioridade — também, pelo pendor ao exagêro, envolviam para êles graves perigos, cedo reconhecíveis.

Não se torna necessário e demorar-nos hia muito mostrar aqui como dessa tão *pronta faculdade de acção* se lhes desenvolveria o espirito de *aventura*, e como êste havia de prejudicá-los, a contar das Guerras médicas.

Bastará lembrar como, movidos dêste espirito, e sob a influência de Péricles (fl. 469-429 a. C.), foram levados na empresa da *conquista dos mares*, que tanto contribuiu para os deshabituar da *guerra continental* — escola das heroicas virtudes afirmadas em Maratona — e para lhes aumentar o recrutamento das tripulações, isto é: a proporção e importância duma população no maior número mercenária, desmoralisadora portanto.

Bastará lembrar que, à custa das riquezas obtidas na nova *era marítima*, se iniciaria em Atenas a prática de remunerar por meio de *salário* quantos se entregassem aos negócios públicos; que se instituiria a *indenização* pela presença nas assembleias, nos tribunais, nos próprios espectáculos; que, dêste modo, se converteria num soberano povo de ociosos a colmeia outrora activa e laboriosa da privilegiada cidade grega.

Bastará lembrar que, decorridos menos de vinte anos sôbre a gloriosa paz de Cimon, Atenas se embrulharia numa luta — na guerra fratricida do Peloponeso (431-404 a. C.) — cujo resultado lhe seria irremediavelmente funesto; originada, no fundo, dessa intemperante e apaixonada *facilidade de resolução activa*.

Não seriam todavia muito menos prejudiciais as conseqüências da mais vasta manifestação e do maior desenvolvimento agora facultados àquele dom da *energia eloqüente*.

Reconhecendo-se superiores no uso e no jôgo da palavra, e deixando-se dela embriagar e vencer a si próprios quando falavam — os Atenienses estavam naturalmente destinados a ver e a realizar nesse jôgo fácil e na utilização dêsse instrumento dócil a mais grata e sedutora afirmação da sua viva actividade mental.

Ora, daqui a considerarem *tudo* matéria de eloqüência e a darem a esta o papel de principal agente e de árbitro da Vida — não ia mais do que um passo.

Explica-se portanto que, favorecidos pelas novas condições da sociedade — nascidas em grande parte, como vimos, da expansão completa da sua impetuosa tendência resolutiva (afirmada na empresa marítima e na disputa da hegemonia entre os Estados da Raça) — inaugurassem também uma era nova nos domínios, ampliados, da oratória e correlativamente numa vasta área da economia intelectual e moral.

Contidas e moderadas, no passado e nos primeiros anos depois da vitória sobre os Persas, pelos preceitos, ainda mantidos, da primitiva sabedoria nacional, pelo piedoso temor dos Deuses, pelo respeito da justiça e das virtudes tradicionais, a habilidade e a prática da palavra — propícias à discussão de *qualquer* assunto, a propósito de *qualquer* facto e debaixo de *qualquer* aspecto — só agora realmente atingiriam o seu pleno desenvolvimento. E viriam revelar quanto a nova eloquência contrastava com a anterior e, comparada, desmerecia em reserva e concisão ou em sinceridade e emoção directa à vista da eloquência dos antigos homens de acção: à vista da meditada e sóbria, ou da nobre e natural eloquência de oradores como o generoso Cimón, Temístocles (o herói de Salamina), como Aristides, *o justo*, como o prestigioso Péricles — principal promotor, aliás, da rápida transformação de Atenas.

Só agora abririam florescentes — nas vésperas, nos primeiros anos da guerra de Peloponeso e nos anos imediatos; quando, dum lado, o mundo político oferecesse aos Atenienses as deploráveis condições duma vida social desenraizada, duma democracia destructiva de tudo quanto os tornara disciplinadamente fortes, favorável a tudo quanto viria torná-los imprudentemente audaciosos; quando, doutro lado, se lhes proporcionasse adequado emprêgo àquelas originárias e desenvolvidas aptidões oratórias, mediante a iniciação completa e o treno minucioso nessa mais perigosa das artes — nessa arte da Sofística e da Retórica: arte de impenitente e indiscriminante livre exame (fatal às verdades de essência e às mentiras vitais); arte de raciocínio crítico que, devendo contribuir, embora, para a futura fundação da base filosófica da Moral, implicaria — como *resultado imediato* — a alteração dos costumes até ali escrupulosamente observados e seguidos, a corrupção dos princípios desde sempre havidos por sagrados.

Mas, a par as funestas conseqüências de tão profunda revolução, podemos e devemos registar às gerações gregas do 5.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> séculos a. C., e em particular ao claro espírito de Atenas a glória de duas ordens de criações por onde compensaram numa larga parte os males apontados, e merecem sempre a nossa admiração e o nosso reconhecimento.

Quero referir-me às produções da Arte e da Literatura, e às instituições de educação e de ensino.

Não deverei, porém, ocupar-me dessas duas ordens de criações antes de, num capítulo especial, tratar daquelas novas formas de especulação e eloquência com relação ao *bem* e ao *mal* que trouxeram. A grande importância social e política que assumiriam na antiguidade

e o papel que continuariam a desempenhar no decurso da história justificam algumas páginas digressivas.

### III

O *bem* e o *mal* que a Sofística e a Retórica, sua legítima voz, trouxeram ao mundo grego, mais tarde à sociedade romana, e por esta — de herança, e através a cultura da Renascença — às civilizações modernas da Europa, podem apreciar-se e medir-se, um e outro, em referência a três ordens de factos.

Vantagens:

1.<sup>o</sup> — Dada a circunstância de recorrerem às concepções e ao ensino herdado dos primitivos *filósofos*, de invocarem e aplicarem casos da tradição e exemplos históricos ou tidos como tais — contribuíram daí para a cultura geral, pôsto não fôsse êste o seu intento directo e só utilisassem êsses factores aduzidos do pensamento antigo ou do registo do passado na qualidade de puros meios e armas para o efeito de persuadirem e moverem os auditórios.

2.<sup>o</sup> — Obrigando os oradores, no desenvolvimento dos assuntos propostos, a encadear cuidadosamente os factos evocados, e a combinarem ponderada e medidamente os raciocínios produzidos — sempre nesse intuito de melhor prepararem, convencerem e arrastarem os ouvintes — faziam com que êles e os discípulos adquirissem ou aperfeiçoassem a aptidão, mais ou menos extensa, para as construções formais, para a ordenação e distribuição dos elementos mentais segundo as noções apuradas, e requintadas dia a dia, do simples e do composto, do maior e do menor, do antecedente e do conseqüente, do continente e do conteúdo, etc.; para a disposição emfim, e para o emprêgo previsto das diversas unidades e agrupamentos de energias e recursos, nativos e adquiridos, de cada domínio ou faculdade do espirito.

Por um lado; pois, por outro, igualmente lhes adestravam e exercitavam a intelligência e a imaginação, e as dos sequazes, para um mais leve e rápido jôgo imposto ou proporcionado às ideias: para que elas com facilidade se atassem e desatassem; para que elas, duma combinação, logo passassem a combinação nova, duma imagem ou fórmula a outra fórmula ou imagem, como deslizando e correndo — a involverem-se e a dividirem-se, indo e vindo, fugindo e voltando a afluir em tôrno do pensamento dominante, alma do tema escolhido, ao longo da lição exposta ou do discurso pronunciado.

Ora, provocar semelhantes efeitos, produzir semelhantes resulta-

dos o mesmo era que criar ou concorrer poderosamente para a criação e assentamento da Sciência do espírito, debaixo do ponto de vista da destrição e *classificação* dos seus fenómenos e das suas diversas espécies de actividade; e, conjuntamente, para a formação ou aperfeiçoamento da Lógica e da Dialéctica.

O mesmo era, assim, que revelar ou mostrar melhor aos homens o quadro vivo dos essenciais elementos do *conhecimento*, ensinando-lhes a maneira de utilizá-lo — de, metódicamente e sob o comando dos princípios admitidos, conduzir as avançadas das afirmações feitas, movimentar as alas auxiliares dos argumentos tendentes ao convencimento.

Tudo isto seria mais dos domínios da Eloquência em geral — voz da Dialéctica <sup>1</sup> — do que dos da Retórica, órgão da Sofística. Excedia os limites destas, a bem dizer.

Como, porém, os antigos nem sempre distinguiram com precisão Eloquência e Retórica, e lhes confundiram frequentemente as fronteiras; e como os retóricos se valiam das conquistas daquela, não será incorrecção de maior atribuir à segunda e à sua íntima inspiradora algumas das vantagens ou benefícios (também acompanhados de inconvenientes) que, de justiça e a rigor, devam atribuir-se à primeira <sup>2</sup>.

3.<sup>o</sup> — Influidam largamente no desenvolvimento da língua: não só opulentando-lhe o vocabulário com termos novos, exigidos e suscitados por novas noções ou aspectos; mas ampliando-lhe as terminologias especiais num vasto campo do pensamento e da sua revelação e, sobretudo, dotando-a de locuções, de modos de dizer, de voltas e expedientes felizes para a exposição e desdobramento, para o ataque e defesa das ideas e dos conceitos.

Se não podemos dizer que a Retórica — órgão da Sofística — foi totalmente favorável à criação da *linguagem científica*, e se devemos mesmo considerá-las até certo ponto antagonicas temos, no entanto, de convir em que lhe teria sido útil duma maneira indirecta: já por aquela simples razão de concorrer para o enriquecimento do

---

<sup>1</sup> Refiro-me à Eloquência das eras eruditas, e não à nativa e poderosa eloquência directamente inspirada e nutrida da realidade, que foi a dos oradores gregos do género de Cimon de Atenas, ainda a do próprio Péricles, e depois a dos oradores romanos do tipo de Catão, o Censor.

<sup>2</sup> Há sem dúvida que distinguir entre a Dialéctica e a Retórica. Mas esta, valendo-se dos processos daquela, também a seu turno a teria realmente servido pelo modo de os adoptar e empregar, de lançar mão sobretudo da Definição e da Divisão, do Exemplo e da Hipótese, da Indução e da Sedução.

lexicon e para a ampliação dum vocabulário de character especulativo, já também por êsse facto de haver introduzido formas de elocução preciosas, de grande comodidade como meios de persuasão e argumentação, e de valor atendível como sugestivas de nova vida interior, de novas elocubrações — devido à relação íntima e às reacções mútuas do espirito e da palavra. E ninguém negará a utilidade de semelhantes conquistas para todos os ramos e em todas as applicações da nossa variada actividade mental.

Não é que ao verdadeiro génio scientifico falte o poder de criar o seu próprio *verbo*. Começa porque a toda a concepção ou idea viva corresponderá naturalmente ou se encontrará sempre forma adequada e justa; e consiste, em grande parte, nessa faculdade de criação verbal, nessa aptidão para a notação iluminante do fenómeno exterior ou para a tradução expressiva do facto psíquico — mais ou menos simples, mais ou menos complexo — o segredo do legitimo pensador e do legitimo sábio.

Mas na composição da linguagem das sciências, precisas e naturais, morais ou históricas, entram com effeito: a par de vários termos originaes, peculiares, e de várias expressões técnicas especiais — colhidas por cada autor no lexicon assente da sua sciência — certas locuções genéricas, certas fórmulas oratórias, certos dispositivos e recursos fraseológicos que da arte da palavra surgiram, se herdaram e adaptaram, e que se conservam como experimentalmente provados e reconhecidamente apreciáveis na exposição e demonstração, na condução e defesa de qualquer tese, hipótese ou teoria, com relação a todo e qualquer distrito do saber.

Pode sem dúvida o homem de sciência achar, inventar um ou outro termo, uma ou outra forma de dizer com que deixe definido ou indicado, no respectivo vocabulário, algum novo aspecto, algum novo achado, dentro da série — positiva, natural ou histórica — da sua especialidade. O fundo da sua linguagem será todavia enriquecido sobretudo dêsse material, dêsses moldes verbais e dessas formas de movimento oratório que, através a história da civilização europeia, vieram engrossando o património comum de todos e de cada idioma, e cuja larga posse e utilização caracterizam as nações e sociedades literária e scientificamente produtivas.

Nisto se distingue do puro artista da palavra escrita, prosador ou poeta, quando o cultor da sciência não acumule as duas qualidades — caso aliás verificado nos lídimos sábios, isto é, nos que sejam filósofos, como acima notei.

Muitas das vezes, porém, e fora dessas excepções geniais, a possível originalidade de expressão do homem de sciência vir-lhe há de

*recombinações imprevistas*, obtidas sobre os elementos dum vocabulário encontrado feito, sobre termos e compostos idiomáticos que, pertencendo a todos, são objectivamente independentes, a bem dizer refractários à influência e acção especial de quem os empregue. Emquanto que com o artista se passa alguma coisa de mais complexo e misterioso. Diríamos efectivamente dar-se com o escritor, com o poeta de raça, uma *revelação* da língua por êle empregada. Há aqui também recombinações felizes; há, no entretanto, além destas, verdadeira acção criadora, debaixo de dois outros aspectos. Os vocábulos da sua poesia ou da sua prosa são sempre como que *novos*: quer porque êle os invente e forge (facto menos freqüente) ou lhes dê e consiga fixar, paralelamente à acção popular, colectiva, acepções desconhecidas até ali; quer porque os *dote*, afinal, duma reacordada existência, porque os converta, de meros símbolos-múmias de impressões e ideas, em animadas imagens e activas encarnações verbais de vivas sensações, emoções, pensamentos; porque, ao exprimir-se, evidentemente as ressuscite de sentido primeiro, de flagrante significação nativa. Sem dúvida, conjuradas e tocadas pelo verdadeiro Poeta, as palavras mais gastas de alma e de vida, mais batidas e desprestigiadas no uso e abuso da antiga beleza e vigor expressivo retomam graça e fôrça, readquirem frescura e viço, côr e perfume iguais ou semelhantes à fôrça e à graça, ao viço e à frescura, ao perfume e à côr da sua primitiva aparição — voltam com o sabor esperto e vibram com o tom fresco e sonoro do momento originário.

A acção do Poeta, com relação a cada uma, bem poderia na verdade definir-se, alterando-o de leve, pelo verso admirável de Victor Hugo:

«*Son amour lui refait une virginité*».

De justiça será, pois, dizer que a Sofística e a Retórica alguma utilidade tiveram no domínio da linguagem culta, sobretudo, de certo modo, com relação à ordem scientifica e filosófica.

Olhemos porém agora aos seus inconvenientes e perigos.

1.º — Se a Sofística e a Retórica recorriam ao ensino herdado e bebido nas obras antigas, e se invocavam casos de tradição e sucessos históricos, ao mesmo tempo que aproveitassem também exemplos e factos da existência corrente e quotidiana; como tais factos e exemplos, tais sucessos e ensinamentos mal valiam aqui por si próprios e representavam (conforme a premeditado intuito e em determinado sentido) não o *objecto* de directa meditação, estudo ou exame mas, segundo vimos, puros *meios* e *armas* de oratória persuasiva, seriam sem dúvida — para melhor se prestarem a êste efeito antevisto e

exigido — consideravelmente desvirtuados e falsificados. De modo que o benefício, devido e registado à Retórica e à Sofística, de deramarem cultura ou de provocarem nos espíritos interesse e curiosidade por muitos assuntos, por acontecimentos e factos dignos de registo e rememoração, teria como reverso a adulteração dêsses factos e acontecimentos, na sua essência ou pelo menos sob o ponto de vista de várias condições e circunstâncias; e de igual modo, muitas vezes, a alteração do significado e do alcance das noções transmitidas.

2.<sup>o</sup> — Fazendo de certo *ponto* ou *tema* escolhido, e tendenciosamente tratado, o verdadeiro *fim* da sua instrução e propaganda, davam-lhe, por assim dizer, uma existência à parte daqueles elementos de educação e informação ali aduzidos do passado e do presente, à parte dos dados colhidos na tradição oral, nas memórias escritas, na observação directa; pois êsses temas ou pontos tratados envolviam *conceitos* e punham em jôgo processos oratórios que constituíam um quadro artificial de construções abstractivas e de omnímodas formas de elocução correspondentes, um outro mundo de ideas, imagens, modos de dizer independente e sobreposto ao das ideas, imagens e recursos expressivos directa, próximamente nascidos e inspirados da Vida, um outro mundo composto, em grande parte, de mediatas, transformadas, desfiguradas visões e impressões dela.

Ora isto levaria os espíritos a tomarem fácilmente, em todos os domínios, a Aparência pela Realidade, ou melhor: a atribuírem realidade às invenções e às fórmulas elocutivas de tal mundo e meio ontológico.

Daquí, logo, uma natural consequência: como os *compostos* dêsses elementos mentais e verbais — por faltos de fixadora significação concreta, por desponderalizados de equivalentes valores positivos, por desprovidos ou libertos de algum lastro de sentido vivo — eram dóceis e fáceis de manejar e utilizar, recebendo todas as deformações e executando todos os movimentos que lhes imprimissem, exprimindo tudo quanto lhes pedissem ou impuzessem, cambiando os mais variados aspectos de que quizessem torná-los brilhante e fugidio espelho; e como ao mesmo tempo e segundo vimos representavam, afinal — senão para os próprios sofistas e oradores, para os desprevenidos ou impressionáveis ouvintes — qualquer coisa de *real* e de subsistente *em si*, cedo mestres e discípulos, transportando e aplicando reciprocamente, viriam atribuir à Realidade e à Verdade (fôsse qual fôsse o campo considerado): idêntica adaptabilidade a variáveis formas que se julgasse oportuno dar-lhes e emprestar-lhes; comparável maleabilidade a explorar; igual facilidade em se deixarem vasar dentro dêste ou daquele molde, cobrir desta ou daquela côr, mover nesta ou naquela

direcção—em se deixarem exhibir a certa luz ou dissimular mercê dum feliz artifício, dispôr e concertar adrede, elastecer ou torcer a propósito, afirmar ou negar.

E então, derivada da primeira, outra mais nefasta consequência se faria sentir sem demora: desde o momento em que se tornava possível e tão fácil apresentar a Verdade e a Realidade sob *diversas* formas e côres — com mais um passo entrariam a revesti-las ora de certos caracteres ora de outros, antagônicos, a supor e a conferir, por igual, às coisas e às ideas determinadas qualidades e as opostas.

Quer dizer: tudo perderia a vital resistência da sua específica natureza, a garantida solidez da sua identidade, a segurança de existência que prende com a presença e união de peculiares propriedades. O mundo interior e o exterior seriam, desde logo ou sucessivamente, vistos e considerados como *todos* de inconsistente e de mutável condição — destrutíveis e reconstruíveis.

Dentro e fora das almas o Existente passaria por fim a tomar, com efeito, o aspecto duma universal fantasmagoria. E neste Universo fantástico tanto podia parecer *verdadeiro o Erro* como *errônea a Verdade*, pois lhes era proporcionado o mesmo tablado e os exhibiam alternados, trocando-lhes as vestes. Se eram *figuras!*

Iniciava-se a era em que começaria ou se aperfeiçoaria a arte da intemerata defesa do *pro* e do *contra*, em que as ideas gerais (puras tendências de afirmações compreensivas do Espirito, que o Verbo *efectiva*) teriam — sem perderem a feição e traços genéricos, correspondentes a largas mas distintas séries intellectivas — de ser chamadas e movidas indiferentemente em prol dum e do outro dos contendores, nessa arena do debate oratório onde o sofista discursador por vezes se desdobraria nos dois.

E mais seria de lamentar a revolução operada nos domínios da própria Moral, visto que o espirito da Sofística havia de influir no sentido de confundir e inverter a concepção e o sentimento do *justo* e do *injusto*, de contribuir para que um e outro ocupassem o mesmo plano, e para que lhes concedessem quasi equivalentes titulos de plausibilidade.

3.º — Teremos de reconhecer que a sociedade europeia deveu à Sofística, servida pela Retórica, o haver sofrido, estar sofrendo e ter ainda de sofrer os efeitos e resultados de princípios a cujo contacto e a cuja luz falsa as mesmas ideas parecem conduzir a todas as conclusões e poder servir, a capricho, do direito e do avêso — como se quanto existe se reduzisse para o espirito, representativamente, a uma complicada teia de puros raciocínios, de imponderáveis abstracções.

Teremos de reconhecer que a uma e outra devemos a produção ou o fortalecimento de tão perniciosos e malignos agentes destrutivos como foram e são o *indifferentismo*, o *scepticismo*, o *ironismo* — em verdade explicáveis, na sua origem ou no seu incremento subsequente, pela consciência nítida ou vaga dessa proteica adaptabilidade, imputável às *ideias gerais*; pela consciência dessa *dupla* exploração das noções no destro escambo das afirmativas e negativas, das oposições e conciliações; dessa representação e compreensão *artificial* do Mundo e da Vida.

E reconhecer isto, é reconhecer que lhes devemos os mais poderosos meios de corrupção e dissolução, de que a Espécie logrou de todo o sempre utilizar-se; que à combinada acção daqueles três agentes podemos atribuir: por um lado, com os dois primeiros, o esterilizante desprêso ou o enfasiado, indolente emprêgo das nossas melhores energias intelectuais e morais, bem como a habitual atitude da dúvida crítica — frustrante e depreciativa dos reais motivos de crer, em todos os campos; por outro lado, com o terceiro — factor positivo de negatividade — a subtil e rápida aluição de tudo quanto cumprira manter das tradições e dos costumes, de preceito e de ordem.

Emfim: teremos de reconhecer que delas foi, é e será inspirada e nutrida a raça daninha daqueles cuja voz — devido à ilusão de realidade das palavras — tem movido e moverá as multidões a seu arbitrio, mais vezes para *mal* do que para *bem*.

Porque é de notar que a Retórica, se viera beneficiar da Eloquência erudita, e ainda do prestígio e da justa importância ganha pela genuína *Eloquência* das épocas anteriores — grande arma de Acção, forjada ao seu calor nas idades fortes e criadoras, órgão claro e vivo dos verdadeiros homens de *Missão* — não viria de modo algum continuar a obra útil e gloriosa desta.

Com todos os seus recursos, não passaria dum simples instrumento de estonteante e perturbadora influência pôsto ao serviço de meros homens de *profissão*, de criaturas animadas apenas pelo espírito do interesse e da ambição pessoal, ao serviço dos *arrivistas* e audaciosos de toda a ordem, tão vagos, em geral, no que nos dizem como lúcidos de propósito para o que querem.

Já a biografia de alguns dos mestres sofistas gregos do 5.<sup>o</sup> século a. C. illustraria, com significativos exemplos, a observação que deixo notada...

E agora, dado o balanço às vantagens e às desvantagens trazidas pela Sofística e pela Retórica — concedendo ainda terem sido elas que forneceram a lídimos filósofos os melhores meios exactamente para as combaterem — parece lícito perguntar se devemos confessar-nos

muito gratos a uma civilização donde afinal herdámos e recebemos de longe semelhantes formas de cultura.

Não há que hesitar na resposta: devemos, indubitavelmente; porque—sem insistir em certas vantagens apontadas, reconhecidas a tais formas especulativas e oratórias—temos de considerar como fazendo parte da herança muito do melhor da Filosofia e da Literatura de todos os tempos. E vamos ver como a Arte, na própria Grécia, contradisse nobre e salutarmente a Sofística e a Retórica; vendo, a par, como também ofereceram poderoso correctivo ao seu espírito certas instituições gregas de educação e ensino<sup>1</sup>.

#### IV

Com a plena expansão da tendência marítima e aventureira, com a invasão e progressos da Sofística coincidiria em Atenas o florescimento duma Literatura e duma Arte jámais excedidas nem igualadas, e cujos produtos viriam na verdade animados dum espírito e duma inspiração salutarmente antagónicos com as aspirações e com a feição da nova vida ateniense.

Porque durante essa época de transformação—iniciada entre as Guerras médicas e a guerra do Peloponeso—tanto a poesia como as

---

<sup>1</sup> Viso apenas, neste estudo, o primeiro ensino e o das instituições em que era instruída e educada, com destino à vida pública e ao serviço do Estado, a mocidade grega das classes dominantes e médias: ao ensino em que se cultivava a poesia como um dos elementos essenciais. Não me cumpria, portanto, tratar da instrução livre de ordem superior, professada nas Escolas filosóficas, especialmente nas de Atenas: na *ACADEMIA*, de Platão e dos seus continuadores; no *LICEU*, de Aristóteles, de Teofrasto, dos *peripatéticos* de sucessivas gerações; no *PÓRTICO*, dos *estoicos*; no *JARDIM* dos *epicuristas*.

Fundadas no 5.º século a. C., irradiando luz—pelos escritos e pelo verbo dos discípulos—para toda a parte onde fôsse conhecida a língua grega, fazendo sentir a sua influência em muitos dos países orientais conquistados por Alexandre ou atraindo a Atenas os filhos da Itália, mais tarde os da Africa e os da Europa ocidental romanizada—as *Escolas de Atenas* constituiriam uma das manifestações brilhantes dêsse conjunto de civilização e cultura que chamamos **helenismo** e cujo espírito, surgido e afirmado desde o século 6.º a. C., nelas havia de prolongar-se, embora degenerado e decadente, até 529 ou 530 de C.—data da supressão dessas Escolas à ordem de Justiniano. Tinham terminado a sua missão. Outro espírito se espalhava a iluminar o mundo. Mas, porque ainda representassem o prolongamento da tradição áurea da Grécia intelectual, a sua extinção impressionou os homens do tempo, capazes de apreciarem tal tradição, e marca mesmo para alguns historiadores, como J. Koch, o ponto de divisão entre a antiguidade e uma nova era.

artes plásticas surgem puras e isentas da corrupção, visível, dos costumes e das almas.

Como observa Otfried Müller: as criações desta maravilhosa era, a que ficaram vinculados os nomes de Ésquilo, de Sófocles e o de Fídias não nos impressionam só pela perfeição e esplendor da forma, mas ainda pela grandeza de alma, a nobreza do sentimento, a elevação interior nelas afirmadas e eternizadas.

Dava-se em Atenas o facto, tantas vezes verificado, de ser precisamente à beira do perigo da desorganização e da dissolução da sociedade antiga, devido às paixões livres e ao racionalismo destructivo, que as concepções da Arte respiravam a energia sã e a beleza moral desaparecidas ou a desaparecerem da realidade. Dir-se hia que os produtos dessa Poesia e dessa Arte vinham salvar, como depositários seguros, a herança de grandezas e virtudes duma idade, cuja visão e memória mais se doiravam aos olhos dos criadores na luz oblíqua e saudosa do seu declinar, no clarão poente da hora da decadência; que o fruto acabava de abrir, maduro e gostoso, no momento em que a árvore começava a apodrecer.

A Arte ia, com efeito, vingar a Vida; sendo Péricles, o próprio e genial suscitador dessa larga transformação social, quem mais inteligente e rasgadamente havia de fomentar e auxiliar a produção de tão altas obras plásticas — as mais belas de todos os tempos — num impulso que se prolongaria através quasi século e meio de actividade superior (460-323 a. C.).

E quando os geniais produtos da Arte grega vinham como que interceder perante a história pelo aristocrático, altivo, paradoxal *imperialista*, inspirador e chefe da democracia ateniense — ao resgatarem para a plena vida ideal o melhor daquêlê passado nobre, ameaçado e vencido — uma grande voz de ironia e protesto se levantaria, para verberar, descoberta ou simbolicamente; os erros e os vícios já triunfantes.

Em face da nova geração, irrequieta e agitada, intemperante e gárrula, vaidosa e despida de escrúpulos; em face dessa geração cuja actividade quasi se resumia na frequência, interessada, dos mercados e dos tribunais, onde dissertava ou ouvia dissertar — a grande voz de Aristófanes (444-380 a. C.) vibraria de sarcasmo vingador, escutada de certo com prazer pelos representantes da idade moribunda, pelos que ainda restavam do velho tempo: lavradores activos e parcos, homens de bom conselho, guerreiros provados e austeros.

Não podendo deixar de interessar-nos sob o ponto de vista das produções da Arte e da Literatura, em si, êste momento da história da Grécia, dado o objecto do presente estudo, interessa-nos mais, to-

davia, sob o ponto de vista das instituições do ensino entre os Gregos. Delas passo a tratar, pois.

## V

Se, com relação a Esparta, pouco mais podemos do que conjecturar como, depois de liquidadas as Guerras médicas, se haveria modificado o antigo e simples sistema de educação e ensino imposto à infância e à mocidade — com relação a Atenas, o facto de largas modificações operadas em tão importante ramo da vida social é-nos claramente atestado e instruído por indiscutíveis provas e monumentos.

Em Atenas o ensino, podemos dizê-lo, só realmente obteve organização regular e oficial depois de liquidada a grande lucta com a Pérsia; quando — graças às condições de defesa e de segurança material, à consciência da sua superioridade perante os inimigos e os rivais, e à consequente exigência duma vida mais larga e completa (embora menos pura e nobre, sob os pontos de vista apontados) — a luminosa cidade da Ática sentiu a necessidade de conservar e desenvolver na juventude qualidades e energias que contribuissem para o prestígio do Estado, de manter ou reavivar, de par com as condições do dia, a tradição das antigas virtudes e forças morais, abaladas exactamente pela nova ordem de cousas. A essa exigência viria corresponder, com efeito, a criação duma instituição educadora em que se ampliaria e fixaria o sistema de ensino anteriormente iniciado: a criação das *Efebias*, ou colégios de efebos.

A lei impunha já aos pais a obrigação de mandarem instruir os filhos, como vimos: na MÚSICA (que compreendia a *gramática*, a *aritmética* e a *geometria*, a prática do *canto* e a *recitação* dos poetas), e na GIMNÁSTICA (que compreendia, além dos exercícios favoráveis ao puro desenvolvimento da força e da destresa de cada individuo, marchas e danças armadas, movimentos combinados de figuras e grupos, etc.).

Mas as escolas onde se recebia tal educação eram, em Atenas, estabelecimentos de carácter privado, e o ensino era como livre.

Conduzidos por escravos encarregados de os acompanharem — *pedagógos* — os rapazes frequentavam, a contar dos 7 anos: a escola do professor de *gramática*, que os ensinava a ler, a escrever, lhes dava os rudimentos da aritmética e da geometria; a escola dum *citarista*, que os ensinava a recitar, a cantar e a tocar cítara, flauta ou lira).

Chegados aos 14 anos, recebiam a educação gymnástica, sendo exercitados na lucta, no pugilato, na corrida, nos saltos, etc., a prin-

cíprio talvez por instrutores particulares, sob a inspecção, porém, de atletas profissionais, a quem eram confiados os estabelecimentos chamados *palestras* — mantidos à custa dos *demos* e *tribus*.

Reconhecida, todavia, a necessidade de se dar a essa primitiva educação maior desenvolvimento e larguesa, em harmonia com os mais complexos destinos sociais das novas gerações atenienses, o Estado viria então completá-la e melhorá-la organizando por lei as *Efebias*.

Ofereciam estas uma espécie de *noviciado obrigatório* — a um tempo político, militar e religioso — que iniciava os môços atenienses nas virtudes cívicas: nos deveres do soldado, do cidadão, do homem regrado e ordeiro, contrabalançando assim a influência menos benéfica da recente transformação dos costumes.

Na verdade, a educação dada pelas *Efebias* — instituídas na 2.<sup>a</sup> metade do 5.<sup>o</sup> século, e de que se conhecem inscrições em mármore desde o ano de 295 a. C. até ao de 252 da era cristã — revestia um carácter acentuadamente militar e era regulada por um código oficial, fixando os mínimos detalhes da disciplina.

Atingida, pois, a idade dos 18 anos, os rapazes — embora já considerados *cidadãos* — entravam na *Efebria*, onde permaneciam durante dois anos, dos 18 aos 20 (um ano apenas, a contar do 2.<sup>o</sup> século a. C.), recebendo essa educação militar.

Incluíam os programas o ensino da GIMNÁSTICA, que era ministrado aos éfebos em comum, nos estabelecimentos públicos chamados *gimnásios* (*Academia*, *Cinosargo*, *Liceu*), situados fora da cidade. Mas além da GIMNÁSTICA êsses programas mantinham e desenvolviam tudo quanto a designação MÚSICA tinha abrangido e abrangia. E assim compreendiam também — com os restantes elementos desta secção, já indicados — mais larga leitura e recitação das obras literárias consagradas.

Continuavam os educandos a decorar e a recitar Homero, Hesíodo, os poetas do 7.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> séculos e os dos princípios dêsse 5.<sup>o</sup> século a. C., em que as *Efebias* se tinham instituído.

Eram as obras dos antigos poetas — sobretudo a *Iliada* e a *Odysséa* de Homero — que lhes proporcionavam os primitivos e primeiros temas de estudo, de exegese, de crítica literária, ao lado do ensinamento heroico, da alta inspiração activa.

Dos três séculos da chamada *Idade Ateniense* na história da erudição clássica — séculos contados, aproximadamente, de 600-300 a. C. — 150 anos, pelo menos, representam uma verdadeira era de educação pela poesia, a começar pelos poetas épicos.

Pode dizer-se que durante essa idade Homero — considerado per-

sonalidade única — domina inteiramente o espirito dos educadores e dos educandos de modo directo e indirecto, sem que a sua obra deixe de constituir mesmo depois, e por largo tempo, a base de toda a civilização grega, e sem que a educação pela poesia deixe de prolongar-se séculos àquem.

ACÇÃO DIRECTA DA OBRA DE HOMERO. — Arripiemos caminho, por um momento, para irmos buscar e seguir do comêço a corrente da influência homérica, directa e indirecta.

Os poemas homéricos eram recitados, com acompanhamento de cítara, pelo menos a partir dos inícios do 6.<sup>o</sup> século a. C., por numerosos rapsodos<sup>1</sup> que habitavam ou visitavam várias regiões e cidades do mundo grego, como Chios e Delos, Chipre, Siracusa, Siciónia, etc.

Na Ática estas recitações teriam andado ligadas com as festas *dionisiacas* de Atenas e de Brauron.

Pretende-se haver sido no arcontado de Solon (por 594 a. C.) que, de ordem do Arconte, os rapsodos começaram a recitar longos e seguidos trechos, em vez de recitarem apenas passagens destacadas e curtas dos poemas homéricos; resultando de tal medida, não só a vantagem de se tornar mais severa e difficil, e daí mais apurada, a recitação dos concorrentes, mas a de poderem os ouvintes adquirir completo conhecimento da própria matéria dos poemas e de se lhes despertar ou aguçar a faculdade critica — para discriminarem, a par do comparado mérito dos competidores, as relativas belezas e qualidades dos trechos escutados.

E admite-se hoje como provável que fôsse por iniciativa de Pisístrato (tirano de Atenas de 560-527 a. C.) que tivessem ficado fixados numa redação unificadora os textos das duas criações de Homero. A Pisístrato, que encarregara da tarefa uma comissão de atenienses, deveria assim a Grécia a reunião dos antigos poemas épicos, em especial a constituição dum texto encadeado da *Iliada* e da *Odysséa*, e a sua salvação para o futuro; pois correriam o perigo de sucessivamente se dispersarem mais do que andariam, embora de todo se não perdessem com o tempo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Recitadores de Homero, que se acompanhavam da cítara. Distinguiam-se dos *aedos*, que os tinham precedido, pelo facto de serem estes mais especialmente adestrados na parte musical, na *harmónica*.

<sup>2</sup> Aceita durante muito tempo por alguns eruditos, e repudiada por outros, a tradição dêsse alto serviço, que a Grécia e o mundo haveriam devido a Pisístrato, parece ter todos os visos de admissibilidade, afinal. Escreve M. Croiset sobre a intervenção dos redatores chamados por Pisístrato e seus filhos:

«Le premier soin des organisateurs dut être de décider que les morceaux se-

Entre 527 e 514 a. C., Hiparco, filho de Pisistrato, prescreve que os *poemas homéricos* sejam também recitados durante a celebração das *Panatenéas* — a principal festa de Atenas —, impondo aos *rapsodos* a obrigação de os recitarem sempre segundo a ordem regular e a sucessão dos episódios <sup>1</sup>.

Vê-se, portanto, que os *poemas homéricos*, já conscientemente apreciados pelos meados do 6.º século a. C., exerciam de facto poderosa acção directa no espírito de Atenas, a contar dessa época.

Não seria, porém, de menor valor a sua

ACÇÃO INDIRECTA. — Por acção indirecta dos *poemas homéricos* entendo e indico a que êles exerceram no espírito de Atenas e da Grécia inteira mediante as obras, de diversos géneros, inspiradas da *Iliada* e da *Odysséa*.

raient récités suivant l'ordre des événements. L'unité des poèmes homériques apparaissant ainsi bien plus vivement, on fut amené à comparer pour chaque morceau les divers textes, à préférer ceux qui s'accordaient le mieux entre eux, à vérifier et à perfectionner les raccords. Ce fut l'oeuvre de la commission de rédaction, qui, sur l'ordre de Pisistrate, mit par écrit le texte continu de l'*Iliade* et de l'*Odyssée*. Cette oeuvre était la conséquence du succès des récitations rhapsodiques; on voit par là quelle a été l'importance de celles-ci dans l'histoire de l'épopée.»

Não se discute aqui se a palavra *unité*, por mim sublinhada, deverá implicar a idea da *unidade de origem* dos dois poemas, ou de cada poema — de que tivessem sido criações originais totalmente atribuíveis a dois poetas: a *Iliada* a um, a *Odysséa* a outro. Não se me torna aqui necessário entrar na chamada *questão homérica*, aberta nos fins do século 18.º com a publicação dos *Prolegomena* de F. A. Wolf (1759-1824) — o grande professor de Gottingen e de Halle, o verdadeiro criador da Filologia, de quem Goethe dizia convicto: «um só dia de conversação com Wolf equivale a um ano de estudo.» Nem eu teria competência para julgar das diversas hipóteses e teorias em que ela se desdobra, e para, com relativa consciência do assunto, me decidir — já não pelos *unitaristas* (defensores da existência *dum só* Homero) — mas entre os *dualistas* ou *chorizontes* e os *pluralistas* (defensores da hipótese de vários Homeros) para me pronunciar sobre se ainda será lícito tomar êste nome como o dum *aedo* de génio, a quem se devesse a concepção central, a situação dominante de cada poema e os cantos mais intimamente ligados com tal concepção e com tal situação, ou se tal nome corresponderá à *personificação* de uma série de *aedos*, se é pura designação colectiva abrangendo diversos cantores — cujos cantos, mais ou menos independentes, mas de fundo comum, tivessem sido ligados e dispostos segundo o plano que subsistiu. Quem, de resto, se interesse por esta questão encontrá-la há tratada com singular proficiência e clareza na *Histoire de la Littérature grecque* de Alfred et Maurice Croiset, tom. 1 — para não citar outras obras e autores. V., em especial, «La question homérique au début du xx<sup>e</sup> siècle» por Maurice Croiset, na *Revue des deux mondes*, tome 41, 3.<sup>me</sup> livraison, 1.<sup>er</sup> Octobre 1907, pág. 600 e seg.

<sup>1</sup> É de Simónides de Ceos, que viveu em Atenas, a convite de Hiparco, de 522-514 a. C., a mais antiga citação de Homero, de quantas chegaram até nós.

Lembrados em Hesíodo, na segunda metade do 8.<sup>o</sup> século a. C.; citados, no dizer dos antigos, pelo iniciador dos *elegíacos*, Callinus de Éfeso <sup>1</sup> (fl. 680 a. C.); seguidos, em vários pontos, pelo *iâmbico* Arquíloco de Paros <sup>2</sup> (7.<sup>o</sup> século a. C.), pelos *mélicos* Alcman de Sardis <sup>3</sup> (fl. 630 a. C.) e Stesícoro de Hímera <sup>4</sup> (632-552 a. C.)—os poemas de Homero constituiriam realmente a base da educação e da civilização helênicas, como se reconhece acompanhando os traços e vestígios da sua contínua influência através toda a vasta literatura grega, no decurso das idades.

E nos princípios do século 5.<sup>o</sup> a. C., em seguida à expulsão dos Pisistrátidas, o grãnde Píndaro de Tebas <sup>5</sup> (522-442) definirá os *rapsodes* como «filhos de Homero, cantores de bem tecidos cantos», aludindo também às corôas de fôlhas de louro que êles usavam como emblema de tradição poética. Adoptará, com pequenas alterações, algumas imagens de Homero e imitá-lo há em várias passagens.

Descidos de novo à *era ateniense*, e àquem das Guerras médicas, reconhecemos que é também considerável a influência exercida pelos *poemas homéricos* nas obras dos poetas trágicos.

A Ésquilo (525-456 a. C.) forneceram o tema de umas seis tragédias e de um drama satírico, além de lhe inspirarem ou fortalece-

---

<sup>1</sup> V. A. Croiset, *Histoire de la Littérature Grecque* (1914), tom. II, chap. III, págs. 104-106. Trad. de Callinus: v. a alemã, de Hartung, na obra *Die Griechischen Elegiker* (Leipzig, 1858-1859); e *Poetes moralistes de la Grèce*. Éfeso era a principal das treze cidades jônicas da Ásia-menor, célebre pelo seu templo de Artemisa (a Diana dos romanos) — uma das sete maravilhas do mundo, segundo os antigos. Eram essas treze cidades, de sul a norte, entre o Meandro e o Hermo: Mileto, Myus, Priene, Samos (cidade e ilha), Éfeso, Cólono, Lêbedus, Teos, Erytrêa, Chios (cidade e ilha), Clazomena, Smyrna, Phocêa.

<sup>2</sup> Paros. Ilha do mar Egeu, notável não só como berço de Arquíloco, mas por causa dos admiráveis mármorees do monte Marpessa, e também por ter sido nela encontrada a célebre inscrição chamada pelos ingleses *Parian chronicle*, hoje guardada na Universidade de Oxford, e que contém um vasto relato da história da Grécia—desde os tempos vagos do mítico Cecrops até ao arcontado de Diognatus (264 a. C.).

<sup>3</sup> Sardis. Capital do antiquíssimo Império lídio; tomada por Cirus, o Grande; e, durante os impérios persa e greco-sírio, residência dos sátrapas da Lídia (Ásia-menor).

<sup>4</sup> Hímera. Cidade situada na costa norte da Sicília, fundada pouco antes do nascimento do poeta Stesícoro, e povoada por uma colônia de Dórios, cujo dialecto era mixto de iónico (chalcídico) e de dórico.

<sup>5</sup> Tebas. A mais célebre das cidades gregas nas idades míticas; principal entre as da Beócia, gosando da fama de haver sido a primeira a conhecer a arte da escrita; lendário berço de Dionyso, de Héracles, do vidente Tirésias, e tradicional cenário do trágico destino de Édipo, da guerra dos *sete contra Tebas*, etc.

rem a admiração pelos caracteres heroicos, e de lhe proporcionarem epítetos pitorescos, palavras arcaicas, certas frases e expressões, imagens e metáforas.

Sófocles (495-405 a. C.) é intitulado pelos críticos gregos o verdadeiro discípulo de Homero. Chamam-lhe o «Homero Trágico», não tanto porque, em geral, se inspirasse directamente da *Iliada* e da *Odysséa* ou porque largamente aproveitasse, como Ésquilo, do vocabulário do Épico — pôsto também lhe adoptasse algumas formas verbais e alguns epítetos — mas porque as suas tragédias reflectem, na verdade, o espírito homérico, respiram o encanto de Homero, revelando uma *ideal* embora humana concepção dos caracteres, afirmando uma nobre e calma posse de alma nas mais violentas scenas e transes.

De Eurípides (480-406 a. C.), apenas o *Ciclope* foi directamente devido à *Odysséa*. Mas a primeira scena das *Fenícias* é citada pela crítica como evidente reminiscência da passagem da *Iliada* em que Helena e Priamo estão observando dos muros de Troia os movimentos dos heróis gregos.

Como os trágicos, o maior dos comediógrafos, Aristófanes (444-380 a. C.), cita e parodia Homero em vários pontos; e na comédia *As Rans* o «divino Homero» é contado entre os mais nobres poetas por ser, acima de tudo, o *poeta da arte da guerra*.

Passando aos historiadores, vêmo-los interessados em comentarem o Épico da *Iliada* e da *Odysséa*.

Heródoto (484-420 a. C.) calcula a data em que *êle teria vivido*, e discute a attribuição, a Homero, de certos poemas além daqueles: da *Cipria* e dos *Epígonos*, entre outros.

Tucidides (471-401 a. C.) exerce já verdadeira crítica sobre os *poemas homéricos*. Se toma por um povo histórico os fabulosos Feácios, e por um documento igualmente histórico o *Catálogo* homérico, discute, entre outras cousas, as razões da guerra de Troia e da sua longa duração, contrapondo argumentos aos motivos do Poeta. Caso para notar, no entanto: põe na bôca de Péricles a declaração de que *Atenas não careceria de um Homero para a louvar* — revelando nesta attribuição, talvez fundada, um espírito bem diferente, com efeito, do que dominava na era de Solon e de Pisistrato.

Xenofonte (444-354 a. C.) alude nas *Memorabilia* aos *rapsodos*, elogiando a exactidão com que recitavam Homero, mas apontando-os como insensatos no que acrescentavam, e nos comentários.

Dos sofistas, Górgias (480-380 a. C.) é citado como autor de duas

orações — «Encómio de Helen» e «Defesa de Palamedes» — ligadas com a história homérica de Troia; e atribuem-lhe, com probabilidade, a composição de um elogio de Aquiles.

Entre os seus discípulos, Alcídamas parece haver composto uma declamação sobre a *Odysséa*, classificando o poema de «admirável espelho da vida humana».

Protágoras (480-411 a. C.) ousa criticar as primeiras palavras da *Iliada* segundo uma artificiosa classificação dos *modos de exprimir*, mas vê sempre no Épico o educador da Hêlada.

Hípias (fl. 435 a. C.), segundo dois diálogos de Platão, interessava-se não só em estudar a linguagem e os ritmos dos poemas de Homero, mas em discutir os caracteres dos seus heróis.

Se nos voltarmos para os retóricos e oradores, veremos um dos mais graves, Isócrates (436-338 a. C.), exprimir viva admiração por Homero, dizendo no seu *Panegírico* que a fama de Homero se enalteceu pelo facto de o Épico «ter feito o esplêndido elogio dos que combateram contra o inimigo estranho», e acrescentando que por esse motivo fôra em Atenas consagrado na *instrução da juventude*. No panfleto «Contra os Sofistas» explica a razão porque Homero, «considerado o mais sábio dos homens» descreve os deuses a deliberarem: é porque deseja ensinar aos mortais que nem os próprios deuses podem discernir o futuro. Finalmente, na *Panatenáica*, obra escrita aos 95 anos, alude aos que, frequentando o Liceu, ali tagarelavam a propósito de Homero e Hesíodo, *reservando-se* êle para tratar oportunamente dos dois grandes poetas...

Resta-nos ver o que os *poemas homéricos* foram para os filósofos.

Para Platão (428-347 a. C.) os poetas todos, incluindo Homero, não são mais do que imitadores: copiam imagens da virtude, mas nunca atingem a verdade. O que Homero, como Hesíodo, conta dos Deuses e dos heróis, diz o filósofo, dá uma impressão falsa da natureza duns e doutros. Concebe que Homero seja o maior dos poetas, mas firma-se na convicção de que hinos aos Deuses e elogios dos homens famosos constituem o único género de poesia a admitir na sua República. Embora, pois, quasi lhe desfaleça a energia da palavra, devido à sua admiração pelo Épico, não deverá hesitar em condená-lo, em negar-lhe lugar no seu Estado ideal.

Aristóteles votará a Homero a mais alta e simpática admiração. Descrevê-lo-há como representando os homens melhores do que eles são, como preeminente no estilo sério da poesia, como o mais antigo e o mais consumado modelo de todas as excelências da poesia épica,

e como inigualável no dizer e no pensamento. Acentua que o Épico sabe manter-se no segundo plano, deixando que os seus caracteres, as suas personagens, nitidamente marcadas, falem por si próprias. Ensinara a todos os outros poetas a verdadeira arte da Ilusão. Considera-o como de mérito superior quanto à unidade da intriga e quanto ao mais. Fizera girar tanto a *Iliada* como a *Odysséa* em volta duma acção simples; e, tendo estes dois poemas muitas partes, e sendo um e outro extensos, são quanto possível perfeitos na estrutura.

Levado pelo interesse que lhe inspirava a obra de Homero, Aristóteles propôs-se ainda à solução de alguns *Problemas homéricos* — isto é a discussão e explicação de certas passagens, a interpretação de trechos, a análise de caracteres... tudo sob um ponto de vista ético e dramático, mais do que pelo lado da crítica verbal ou literária.

É certo que também não faltaram críticas severas à obra do Épico da *Iliada*, a contar já da segunda metade do 6.º século a. C.

Xenófanes, de Cólofon (fl. 530 a. C.), fundador da escola filosófica de Élea<sup>1</sup> protesta contra o modo como Homero representou os Deuses, imputando-lhes tudo quanto para os homens seria digno de censura. E era da tradição lendária que Pitágoras, tendo descido aos mundos inferiores, ali vira a alma de Hesíodo prês a uma coluna de bronze, bradando e gritando; e a de Homero pendurada duma árvore e rodeada de serpentes, por castigo do que dissera a propósito dos Deuses.

Mas não tardou muito a réplica por parte dos defensores de Homero, que insistiram no sentido simbólico das atribuições incriminadas.

O verdadeiro sentido dos mitos homéricos não era — diziam — aquele que à primeira vista e superficialmente se apreendia; havia outro, mais profundo.

E Teágenes de Regium<sup>2</sup> (fl. 525 a. C.), entre outros, explicava que os nomes dos deuses, na Obra homérica, designavam ou facultades mentais ou elementos da natureza. Tratava-se duma ampla forma da alegoria — moral e física. Assim, o nome *Apolo* representava o fogo, como oposto a *Poseidon*, a água; *Palas* contrapunha-se a *Árès*, como a sabedoria à violência; *Hera* correspondia ao Ar, *Artemis* à Lua; *Hermes* — razão, inteligência — era antagónico de *Leto* — o esquecimento.

Mais tarde, Anaxágoras de Clazomena<sup>3</sup> (fl. 450 a. C.), animado

<sup>1</sup> Ou Vélia — na Lucânia (Itália).

<sup>2</sup> Regium. Cidade grega do sudoeste da Itália, no lugar da actual Reggio.

<sup>3</sup> Uma das treze cidades jónicas da Ásia-menor.

do mesmo espirito, via nos *dardos de Apolo* os raios do Sol; e o seu discípulo Metrodoro de Lâmpsaco<sup>1</sup> sustentava que Hera, Atena, Zeus eram os elementos da natureza, chegando mesmo a aventar que o próprio Agamemnon representaria o ar. Tão longe iriam, pois, neste caminho de justificativa interpretação simbólica, que seria por certo neles que pensava Aristóteles (384-322 a. C.) ao observar sôbre os velhos homeristas: que encontravam insignificantes semelhanças e representações, não dando pelas mais importantes.

Também as tortuosas criticas de Zoilo de Amphipolis<sup>2</sup> (4.º século a. C.), não prejudicariam o culto dos gregos por Homero.

Esse culto desenvolvera-se com o tempo.

Ainda na era de Cimon e de Péricles aparecem *rapsodos* que, como Stesimbrotos de Tasos<sup>3</sup>, votam a sua vida não só a recitar o Épico, mas a *interpretá-lo*.

Ion de Éfeso — contemporâneo de Sócrates, e cujo nome deu o título a um dos curtos diálogos de Platão — igualmente *interpretava* Homero, sendo um dos que melhor o recitavam, como o provara nas festas das *Panatenéas* perante mais de 20.000 ouvintes. Apresentava-se adornado com uma corôa de ouro, e revestido dum manto sumptuoso.

Possuía-se de entusiasmo verdadeiramente religioso pelos trechos que recitava, e lograva transmiti-lo ao auditório. Através dêle, dá a entender Platão, a influência magnética que passara da Musa ao Poeta passava do Poeta ao ouvinte, que representava o último elo dessa cadeia de emoção divina.

Ion era o autor dum comentário sôbre Homero, naturalmente alguma fantasiosa interpretação alegórica, das que teriam inspirado a observação irónica de Xenofonte, acima referida.

A par a leitura e a recitação dos *poemas homéricos* são dêles feitas repetidas citações durante toda essa idade ateniense — contada de 600-300 a. C.

Antímaco de Cólofon — poeta épico que floresceu entre 430 e 410 — preparou um texto de Homero, e Plutarco e Estrabão atribuem a Aristóteles uma outra *edição* de Homero.

Mais do que todas as outras manifestações do culto homérico dos

---

<sup>1</sup> Lâmpsaco. Cidade da Asia-menor, célebre pelo vinho excelente que no seu arrabalde se produzia.

<sup>2</sup> Cidade da Macedónia, na margem oriental do Strymon (o actual *Struma*), e uma das mais importantes possessões atenienses no norte do mar Egeu.

<sup>3</sup> Tasos. Ilha do norte do mar Egeu, em frente da costa da Trácia; notável pelas suas minas de ouro.

Gregos é, no entretanto, significativa a persistência do seu estudo nos colégios de Atenas e por toda a Grécia.

Não obstante a condenação dos poetas, proferida por Platão, Homero continuou a ser decorado e recitado durante os três séculos áureos, e muito ainda para àquém dessa brilhante idade ateniense.

Há notícia de que pelos fins do 1.º século da era cristã subsistia entre os gregos da Tróada o hábito e norma de instruírem os filhos, desde os mais tenros anos, na obra do Épico. E pode dizer-se que Homero nunca deixou de ser estudado e lido entre os povos de raça grega.

Com a *Iliada* e a *Odysseia*, e além de alguns hinos primitivos, eram estudados e repetidos nas *Efebias* os poemas de Hesíodo, *Trabalhos e dias* e *Teogonia*; um ou outro dos poemas chamados do Ciclo épico<sup>1</sup>: *Cipria*, *Aethiope*, *Pequena Iliada*, *Iliupersis*, *Nostoi*, *Telegónia*, etc., inspiradores também dos poetas trágicos, que os teriam tomado por obras de Homero; e, como vimos, igualmente se estudavam e recitavam vários poetas *elegiacos*, em especial os poetas *gnómicos*, por certo os mais notáveis *iâmbicos*, as composições dos *mélicos* ou líricos.

A datar dos fins do 5.º século a. C. ou dos princípios do 4.º os *trágicos* faziam parte dêsse conjunto de obras que constituíam o património dos educadores da mocidade.

Versando, a princípio, sôbre sete tragédias de Esquilo, sete de Sófocles, e nove de Eurípides — o ensino exigiria, mais tarde, apenas três obras de cada um dêsses autores; por certo quando compreendeu outras produções, do mesmo ou de diversos géneros.

Não era a prosa desprezada na educação dos moços atenienses; mas representava, ou representou durante muito tempo, um elemento subalterno à face da poesia; o que se explica, em parte, por haver esta desde data bem mais remota atingido forma artística, e também pelo facto de ser mais fácil de decorar.

Pode dizer-se que a prosa entra no ensino de Atenas a contar dos princípios do 4.º século a. C.; e o que nos prosadores mais parece ser então apreciado é ainda o ritmo e a harmonia por onde se assemelham aos poetas, ou pelo menos aos oradores — de seu lado pre-

---

<sup>1</sup> Designação conservada, mas hoje tida como menos própria — desde que se apurou não representarem os poemas chamados *ciclicos* um complemento dos *poemas homéricos*, mas terem nascido dum antigo, largo e duradouro movimento da criação poética em que se originaram também a *Iliada* e a *Odysseia*.

parados como os poetas; pois o estudo do estilo da prosa, durante a idade ateniense, quasi se identifica com o estudo da Oratória, tomado o termo aliás no melhor sentido.

Platão, nas *Leis*, descreve como devendo ser qual outro poema o discurso típico a dar por modelo à mocidade.

Quando Aristóteles preceitua acerca do estilo da prosa, exemplificando com passagens de Heródoto, muitos desses preceitos applicam-se não só à prosa em geral mas também à poesia. E tanto a prosa, a prosa artistica de Atenas, se formara realmente sobre o modelo da lingua oratória — a primeira a tomar esta feição de arte e cujos ritmo e movimento lhe accusam afinidades com a poesia — que, além do exemplo tirado da Retórica de Aristóteles com relação a Heródoto, podemos citar ainda, no domínio da História, o estilo de Tucídides como revelando a influencia da retórica siciliana, essencialmente *poética*; ao mesmo tempo que lhe notaremos o expediente dos *discursos* de personagens, quando queira exprimir opiniões politicas, e o recurso ao *diálogo*, quando haja de dramatizar: por exemplo, ao dar a controvérsia entre Atenas e Melos <sup>1</sup>.

Só com o andar do tempo — a contar das repetidas especulações dos *peripatéticos* (4.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> séculos a. C.) sobre o estilo e qualidades da prosa, e devido em grande parte ao facto de desenvolver e adquirir, como instrumento e meio de tais especulações, recursos e segredos próprios — é que a prosa grega se autonomiza, se torna um elemento verdadeiramente independente.

Perdendo, embora, da energia e graça nativas, do sabor vivo e original prestar-se há logo a todas as exigências de expressão critica nas mãos dos comentadores e classificadores da verbalística Idade alexandrina (300-1 a. C.), dos estoicos da Escola de Pérgamo <sup>2</sup> — gramáticos e dialecticos. Até que — cumprida a Era da *cultura grega entre os romanos* (cultura representada por mestres gregos que em

---

<sup>1</sup> Uma das Cícladas, a mesma que *Milo*; conhecida, modernamente, pelo facto de lá ter sido encontrada, em 1820, a célebre estátua — daí chamada *Vénus de Milo* — que está no Museu do Louvre.

Tornou-se notável na antiguidade, durante a guerra do Peloponeso (431-404 a. C.), pela sua hostilidade contra Atenas, que se vingou exterminando-lhe grande parte da população masculina, vendendo as mulheres e as crianças como escravos, e repovoando-a com uma colónia de atenienses.

<sup>2</sup> Cidade da Ásia-menor; capital do reino de Pérgamo, e mais tarde da provincia romana da Ásia; célebre, não por ter sido aí inventado o *pergamino* — segundo a versão de Varrão e de Plínio o antigo — mas pelo aperfeiçoamento introduzido no seu fabrico; e, além disto, pela *Biblioteca*, devida ao rei Éumenes (fl. 197-159 a. C.) e que rivalizava com a de Alexandria.

Roma e seus domínios ensinavam, escreviam e criticavam autores, e por muitos latinos educados na escola destes mestres — de 1-530 de C.) — essa prosa viesse a tornar-se no órgão dócil e fácil dos pueris anotadores e pedantescos escoliastas, dos infatigáveis mas especiosos lexicógrafos bizantinos de sucessivas gerações: raça a que o mundo deveria, no entanto, a guarda e conservação, através toda a Idade-média, dos inestimáveis tesouros literários da Grécia antiga.

Era pois, acentuêmo-lo, o estudo das obras poéticas o que formava a parte mais importante da educação moral e mental da mocidade grega durante a grande idade de Atenas.

E quanto era notória essa orientação dos educadores, a começar no ensino particular, antes mesmo, portanto, da entrada dos rapazes nas *Efebias*, claramente o demonstram, entre outros documentos, as palavras que no diálogo intitulado *Protágoras*<sup>1</sup> a êste são atribuídas pelo divino Platão.

Porque, dentre as coisas que o sofista afirma, um facto sobressai e se impõe: o do recurso, por parte dos mestres, às criações dos grandes poetas — como devendo elas inspirar ou fortalecer o amor da virtude, ao concorrerem também para tornar mais equilibradas e harmónicas as almas dos môços.

Quer digamos com Sócrates: *a virtuda não pode ensinar-se*, quer aceitemos a tese contrária, defendida por Protágoras, teremos de registar como verdadeiro aquele facto e de lhe admitir todo o valor e significação que parece ligar-lhe no diálogo o hábil corifeu da Soffistica. E era o que importava acentuar aqui, antes de abrir um novo capítulo com a versão das suas palavras.

## VI

«Ao mandarem os rapazes para a escola, os pais recomendam aos mestres que se empenhem mais em os instruirem nos bons costumes (em lhes incutirem o amor da virtude) do que mesmo em os ensinarem a ler e a tocar correctamente. E nisso teem os mestres o maior cuidado. Mal conhecem as letras e começam a entender o sentido do que vêem escrito, os educadores, em vez de lhes prêgarem conselhos de viva voz, põem-lhes na frente as obras dos melhores poetas e obri-

<sup>1</sup> *Protágoras* — diálogo de Platão designado pelo nome da principal personagem que o filósofo ali faz figurar: pelo nome do célebre sofista Protágoras de Abdera — Trácia (480-411 a. C.) Servi-me da tradução inglesa de J. Sandys, na sua *Hist. of Clas. Schol.*, e das traduções francesas de V. Cousin e de A. Saisset.

gam-nos, emquanto sentados nos bancos, a ler essas obras e a decorar-las. Encontram nestas preceitos excelentes, muitos ensinamentos, narrações que contem elogios e louvores dos valorosos homens de outrora. E são aprendidas de cór para que o môço possa emular com êsses homens bravos, imitá-los, arder em tornar-se como êles. . . Incumbe então aos mestres de MÚSICA, logo que os discipulos consigam tocar um instrumento, instruí-los nas obras dos *poetas líricos* para as cantarem à lira e para as almas dos môços se familiarizarem com os seus ritmos e melodias, a fim de que se *docilizem, e melhor se preparem para a eloquência e para a acção* pelo facto de se tornarem mais perfeitamente «ríticas» e «melódicas»; *porque toda a vida do homem necessita de beleza de ritmo e de melodia. . .*<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O leitor que não seja de todo alheio às noções da pedagogia, e de todo avêso às aspirações duma educação elevada e quanto possível perfeita, ficará com certeza impressionado pelas ideas contidas nas palavras e frases dêste admirável diálogo por mim propositadamente sublinhadas; quando já tenha ponderado quanto era significativa a indicação da leitura dos poetas como essencial medida *educativa*, como o melhor estímulo e condição da instrução *moral* — objectivo principal do ensino — como a mais eficaz iniciação na porfia da *virtude*, segundo a comprehendiam os Gregos. Porque logo dessas frases e palavras ressaltam três conceitos que deveremos considerar na verdade como representando, depois do culto da virtude, os melhores fundamentos da educação grega, e como merecendo ser atendidos em todos os tempos.

— ¿Não representará, realmente, essa exigência da beleza de ritmo e de melodia, na larga acepção dos termos, a condição suprema duma integral e generosa educação? ¿Não representará ela a suprema condição duma educação em que — das noções gerais do número e da quantidade às percepções e emoções da existência — tudo se ligue e coordene no espirito mercê da *forma* rítmica revestida pelas suas combinadas actividades sob a espécie de animadas concepções, de verdadeiras revelações de vida, só então sentidas como tais, e portanto só então fecundas de estímulos superiores?

— ¿E, passando do aspecto psicológico aos dos reais interesses, não teremos nesse expresso intuito da preparação para a *Acção* (de que a eloquência era a grande arma) uma clara prova de quanto se reconhecia ser e dever ser praticamente proveitosa a influência da Arte na formação das almas — em que pese aos cultores e defensores da Arte pela Arte êste tão utilitário pensamento da mentalidade grega, artística entre todas?

Mas se o ritmo e a melodia exerciam na vida do homem tão grande e benéfica influência; se preparavam as almas dos novos para a eloquência e para a *Acção* era, no fundo, porque as *docilizavam*. Quer dizer: era porque a obediência ao ritmo e à periodicidade lhes desenvolvia e aperfeiçoava a noção e sentido das proporções, do limite, dando-lhes maior facilidade de consciente adaptação à necessária ordem das coisas, no mundo interno e externo — e daqui mais possuída, tranqüila e, por conseguinte, eficiente energia de todas as actividades; era porque lhes inspirava e alimentava para a vida do espirito, e para todos os passos e lutas da exis-

Bastará analisar êste trecho, em tudo o que encerra e diz, para se reconhecer como a educação pela poesia representava efectivamente o nervo e a essência do ensino em Atenas, correspondendo à mais elevada concepção do problema educativo.

É ver.

Ao lerem e decorarem, sob a direcção dos mestres, *aqueles melhores poetas*, a que o diálogo primeiramente alude — a começar pelos grandes *épicos* e pelos *cíclicos* — os rapazes, por um lado, familiarizavam-se com as tradições heroicas, com os mitos divinos, com as reveladoras lendas, glorificadas, da Grécia antiga: com tudo quanto constituía o seu primitivo e herdado património de ideas e pensamentos comuns; e palpavam assim, desde cedo e dia a dia, o melhor fundamento moral da unidade helénica — compreendida e sentida como *actual*, como ligando sempre as almas de todos os Gregos, a despeito das divisões e rivalidades regionais.

Iam nutrindo, mercê dêste contacto vivo com o passado através das obras lidas e ouvidas, o sentimento da *continuidade histórica* do povo a que pertenciam, e de que ela se prolongava e manteria solidários no espaço, longe ou perto, em frente do estrangeiro, do *bárbaro*,

tência a idea de que tanto mais fortes nos encontraremos, quanto melhor nos soubermos conformar com a realidade, quanto melhor, enfim, nos subordinarmos ao *ritmo* e metermos o espirito e o coração a compasso dos sucessos: para evitar atrazos, sem dúvida, mas sobretudo para evitar as temerárias precipitações, filhas do ardor excessivo e da falta às *leis da medida*.

De como a *docilização* das almas representava para os Gregos, neste particular sentido, atendível condição de êxito e vitória nas mais árduas empresas e nas mais difíceis circunstâncias, é elucidativa uma passagem de Aulo Gélio em que êste, comentando Tucídides, se refere ao uso da flauta no exército de Esparta.

Usavam flautas no exército de Esparta, em vez de tubas e cornetas — esclarece o curioso autor das *Noites Áticas* — por se entender que as almas dos combatentes deviam antes ser *moderadas* do que *excitadas*, à face do inimigo, para conservarem salutar prudência; porque êsse prelúdio tranqüilo, êsse concôrto dóce e imponente era como uma espécie de disciplina musical que temperava a impetuosidade dos guerreiros, e os impedia de atacarem desordenadamente e de se dispersarem no ataque.

Sobre o mesmo uso da flauta pelos Espartanos diz Aristóteles (informa ainda Aulo Gélio) que o toque sereno e medido dêsse instrumento marcava a marcha segura dos guerreiros, e tal maneira de marchar era a própria de homens intrépidos e senhores de si; ao contrário do avanço impetuoso e desordenado.

Recordo involuntariamente Marchand — caminhando sereno para o inimigo, a moderar a marcha dos homens que comandava:

*au pas, mes enfants, au pas...*

todos os filhos da Raça eleita; como já os havia tornado solidários no tempo.

Por outro lado, evocando aquelas tradições das idades antigas, refrescando aqueles mitos divinos, revendo-se naquelas lendas pátrias por intermédio dos poetas, não só se deleitavam com as detalhadas narrações (predilecto repasto das suas imaginações môças), com os passos e aventuras dos Deuses e dos herois, mas, a par das fortes impressões do maravilhoso e dos episódios fabulosos, recebiam lições preciosas sôbre o próprio país e as regiões estranhas, os usos e costumes de vários povos e tribus, a história e a vida de diversas eras, informações curiosas àcerca das sociedades e dos meios naturais, emoções tentadoras do Longe desconhecido, dos presentidos mistérios da Terra e dos Mares; e ao mesmo tempo que tudo isto colhiam ou podiam colher e os dominava e possuía quando lessem e ouvissem trechos da *Iliada* e da *Odysséa* de Homero, da *Teogonia*, dalguns dos *poemas cíclicos* — cujo tema dominante era o dos *regressos* dos herois gregos do cêrculo de Troia — encontrariam, no dizer do diálogo, *muitos ensinamentos*, isto é: passagens e lugares animados da inspiração da justiça para com os homens e da piedade para com os Deuses; lugares e passagens onde se continham úteis conselhos e certos ditames de sabedoria prática.

E para se penetrarem dessa inspiração, e para êsses conselhos e ditames lá tinham — depois de encantados com os episódios dos poemas homéricos — os didáticos *Trabalhos e Dias* do virtuoso e prudente Hesíodo, intérprete grave e religioso da tradição comum; lá tinham, sob a forma dos breves *disticos elegíacos*, entre as de outros, as reflexões e máximas dum Solon de Atenas (638-559 a. C.) — o mais alto cultor da *elégia moral*, obra de razão e de medida<sup>1</sup>; lá tinham as ácidas sentenças do experimentado e já mais moderno *gnômico* Teógnis de Mégara (fl. 510 a. C.)<sup>2</sup>. Não lhes faltaria tão pouco a

---

<sup>1</sup> Existem consideráveis restos das poesias de Solon. V. *Growth and Influence of Classical Greek Poetry*, de R. Claverhouse Jebb (1841-1905) — grande humanista e filólogo, no sentido generoso dos termos, professor da Universidade de Cambridge, autor dos trabalhos «Attic Orators», «Introduction to Homer», dum estudo sôbre os *Caracteres* de Teofrasto; A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 140-146; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 242-249, 295 e seg., 384, tom. III, págs. 2, 8, 43, 380; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. III, págs. 122-138. Trad.: *Poètes moralistes de la Grèce*.

<sup>2</sup> Mégara. Capital dum pequeno estado da antiga Grécia, que era limitado pelos gôlfos Coríntio e Sarónico; séde, mais tarde, duma escola filosófica a que deu o nome.

Teógnis pode ser apreciado em maior número de fragmentos do que os outros

lição, salutarmente temperada do sal da ironia, que podia tirar-se da vida social; pois também por certo haviam de ler ou de ouvir ler alguns dos sempre lembrados *Iambos* de Arquiloco de Paros<sup>1</sup> — criador do género e o maior dos poetas *iâmbicos*, cheio de originalidade, forte e destro sob todos os aspectos da sua arte, em todas as cordas da sua poesia pessoal; do mesmo modo que leriam e ouviriam as composições *iâmbicas* de Simónides de Amorgos — mais filosóficas e genéricas de sentido e intuito<sup>2</sup>.

---

*elegiacos* da Grécia. As suas máximas não teem grande valor, mas documentam ao vivo a época, traduzindo o modo de pensar e a moralidade dos contemporâneos.

Principais manuscritos de Teógnis:

o K, 522 da Biblioteca de S. Marcos (Venesa);

o O, 915 do Vaticano;

o *Mutinenses A* (de Módena), hoje na Biblioteca Nacional de Paris.

Edição *princeps*: — 1496, Venesa; Editor Aldo Manúcio.

V. Alexis Pierron, *Histoire de la Littérature Grecque*, págs. 148-152 (Paris, Libr. Hachette, 1875); Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 221, 223, 250-259; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. III, pág. 89 (sobre a bibliografia relativa aos *elegiacos* gregos) e sobre Teógnis, chap. III, págs. 138-161, com as respectivas notas. Tradução e notas: *Poètes moralistes de la Grèce*; as versões francesas de Lévesque (1783) e Coupé (1796); *The Elegies of Theognis* de Th. Hudson Williams (London, Bell, 1910).

Foi contemporâneo de Teógnis o *gnómico* Phocílides de Mileto — estudado nas *Efebias*, não certamente pelo seu valor poético, mas pela cômoda e incisiva concisão das suas máximas. V., sobre Phocílides: A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 147, 148; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 249, 295; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. III, págs. 102, 164. Tradução dos fragmentos: *Poètes moralistes de la Grèce*.

<sup>1</sup> Fl. cêra de 645 a. C. Altamente admirado na Grécia, chegando alguns a compará-lo com Homero, Píndaro e Sófocles. Escreveu em dialecto *iâmbico* antigo. Horácio imitou-o nos *Epodos*. Apenas, de Arquiloco, restam alguns fragmentos. V. A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 133, 135; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 223, 233, 237, 269 e seg., 279-293, 327, 395, 399, 412, 484; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.* tom. II, chap. IV, págs. 183-198, e a bibliografia dêsse cap. IV, pág. 174; A. Hauvette, *Archiloque, sa vie et ses poésies*, Paris, 1905.

<sup>2</sup> Amorgos. Ilha do Arquipélago, que viria a ser, no tempo dos imperadores de Roma, um lugar de degedo.

Foi Simónides de Amorgos, tanto no tempo como na reputação, o segundo dos três principais poetas *iâmbicos* do período antigo da Literatura grega. Contou entre Arquiloco e Hiponax. Fl. no 7.º século a. C. O principal fragmento que dêle resta fazia parte de uma sátira sobre as mulheres, em que dizia que os deuses as tinham dotado com a natureza de vários animais: rapôsa, gato, etc. Os fragmentos de Simónides de Amorgos encontram-se na colecção *Poetae Lyrici Graeci* de T. Bergk (1812-1881) — professor de Literatura clássica em Halle e em Bonn, e autor duma História das Literaturas gregas. Dos *Poetae Lyrici Graeci* há cinco

E para a mocidade, como para todos aqueles que não tivessem comungado ou não comungassem nos profundos mistérios, transmitidos, do Pitagorismo e do Orfismo, nem, logo, nas concepções dum Xenófanés e dos seus continuadores; assim como ainda para as novas, futuras gerações que não viessem a dar-se ao estudo especial das doutrinas do 5.º e 4.º séculos a. C. — essa educação pela poesia era no fundo uma educação de filosofia; e envolvia a iniciação filosófica mais adequada e propícia ao intento fundamental e definitivo do ensino, visto ser êste destinado, pelo menos durante a grande *idade ateniense*, a formar simultâneamente homens de pensamento e homens de acção.

Na poesia *teogónica*, já filosófica pelas suas aspirações à construção sistemática duma Teologia helénica, encontrariam os espíritos, por largo tempo, alimento com que satisfizessem ou amansassem a fome de especulação intelectual, cedo desperta na Raça mesmo fora do mundo dos iniciados em quaisquer mistérios ou doutrinas.

E da poesia didáctica do próprio Hesíodo às criações dos poetas *elegiacos* e *gnómicos*, de alguns dos *iâmbicos* — era como se, realmente, viessem bebendo em fontes abundantes as boas águas da filosofia moral, condutora da vida.

Se, porém, da obra hesiódica e da obra dos *iâmbicos* e dos *elegiacos* podiam colher a lição, por vezes amarga de travo, duma clara *sabedoria* — não eram menos fartas e opulentas as nascentes e veios donde lhes manavam o estímulo e o alento da *acção*.

Sobrelevavam a tudo o mais a *Iliada* e a *Odysséa*, que ouviam recitar e recitavam.

Incomparáveis criações a admirar já como obras de viçoso mas amadurecido génio inventivo — revelado na unidade essencial de cada um dos poemas, no achado de *situações núcleos*, determinantes do resto (*Cólera de Aquiles*, no primeiro, *Desejo do regresso e vingança de Ulisses*, no segundo) — suscitariam à impressionável mocidade ateniense visões grandiosas duma existência superhumana, que fôra no entanto a dos antepassados na era dos Aqueus indomáveis, guerreiros subjugadores do Pelasgo industrial e agrícola. Resumiriam para os

---

edições; a última é de 1900, creio. V. A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 136, 137; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 233, 294 e seg.; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. IV, págs. 199-203; *Poètes moralistes de la Grèce*.

Hiponax (fl. 546-520 a. C.), que completa o trio dos grandes poetas *iâmbicos*, embora à distância de mais dum século à quem, foi um temível satírico e criador da *paródia*. Era seu metro prädilecto o *iâmbico escação* ou *coliambo*. V. Bergk, *Poetae Lyrici Graeci*; A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 152, 153; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 220, 298-300, 309, 336, 477; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. IV, págs. 203-205.

môços de Atenas — através o encanto de tão dramática e apaixonada Arte, e embora pelo meio de adições e alterações sucessivamente sofridas no fio dos tempos — a mais alta realização e glorificação poética das duas figuras e personificações características do mundo mítico-lendário da Grécia antiga, dos seus dois heróis típicos, representativos da *energia audaz* e da *astúcia perseverante*.

E dando-lhes nesses espelhos vivos de heroísmo as condensadas imagens das melhores ou mais poderosas energias ancestrais, os dois poemas contribuiriam para reavivar aos môços tais energias de origem, para a todos manter a consciência imperativa da sua missão histórica.

Assim sucederia enquanto a Grécia fôsse Grécia.

Porque sempre e em toda a parte o contacto com as memórias gloriosas do Passado será fecundo de inspiração activa quando nas almas e nos corações alguma coisa reste da vida dum povo. Só quando de todo a percam ficarão, de vãos, reduzidos a ôcos espaços, onde então ecõem, fingindo de vozes vivas, a oratória dos *políticos* e a retórica dos *letrados*.

Depois dos *poemas homéricos* ainda nos do chamado *Ciclo épico* continuariam os môços a colher semelhante alimento de inspiração heroica.

E a completar-lhes a série dêsses poderosos agentes de refortalecimento espiritual e moral lá vinham outras produções mais recentes — humanamente mais próximas também, já reveladoras de acentuada individualidade dos autores — em cujos metros cantavam, no entanto, como prolongadas daquelas anteriores, notas ardentes e altivas de esforço animoso, de invencível virtude bélica, de confiada fé na protecção dos Deuses aos varões fortes.

Cabia então a vez, por certo, às *elegias guerreiras* e exortativas de Callinus de Éfeso e de Tirteu de Afidna<sup>1</sup> (7.<sup>o</sup> século a. C.), que seriam citadas durante séculos como evocadoras da pura idea da coragem; e mais tarde freqüentemente se ouviria vibrar alto a voz argentina de algum efebo, exaltado e comovido, modulando o *distico* elegiaco que Simónides de Ceos (556-467 a. C.)<sup>2</sup> inscrevera, aos oi-

<sup>1</sup> Existem três das composições bélicas de Tirteu. V. George G. A. Murray, *History of Ancient Greek Literature*, 1897; A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 127-133; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 223-232, 420; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap III, págs. 106-117; Bergk, *Poetae Lyrici Graeci*; trad.: no *Hésiode* de Leconte de Lisle, e *Poètes moralistes de la Grèce*. Afidna era pequena cidade da Atica, perto de Maratona.

<sup>2</sup> Apesar dos seus belos epitáfios em honra dos que morreram nas *Guerras médicas* — Simónides de Ceos foi sobretudo afamado como poeta lírico e como

tenta anos, na sepultura dos heróis dos Termópilas e que a seguinte versão livre mal pode deixar apreciar:

•Estrangeiro, dirás a Esparta que morremos  
Porque o seu juramento inteiro mantivemos!»

Ressalta bem de quanto fica apontado a importância dada pelos educadores às obras onde se continham, como diz o texto platónico, *elogios e louvores dos valorosos homens de outrora*, e que eram aprendidas de cór para os rapazes poderem *emular* com êsses homens bravos, imitá-los...

Bem diversos eram, na maior parte das suas *elegias*, o sentido e o tom das composições de Mimnermo de Cólofon ou de Smyrna (fl. entre 634 e 600 a. C.)<sup>1</sup>. Não se recomendaria sob o ponto de vista dum rigoroso espírito educativo.

Mas com tal arte e tão vibrantemente havia desferido a nota dominante de toda a sua obra — a dupla e antagónica emoção do amor e do desencanto, do entusiasmo pela vida e pela juventude e do terror pelo envelhecimento e pela idea da morte — que de certo não seria negado a todos os môços atenienses o delicado prazer de molharem de leve os beiços na taça donde o nervoso e melancólico poeta, donde êsse antecipado Musset de há bons vinte e seis séculos sorvia a tragos sôfregos e desiludidos o vinho acre-dôce da sua inspiração maguada e comunicativa.

---

músico. Passa por ter sido o inventor da arte da mnemotécnica, das vogais longas e das consoantes duplas do alfabeto grego. O seu dialecto é um misto de dórico e eólico. Contemporâneo e rival de Píndaro, é pela crítica considerado, não obstante o seu valor, como inferior a êste e ainda aos antigos líricos eólicos Alceu e Safo. Diz-se ter sido S. de Ceos o primeiro que fez da literatura uma profissão, recebendo remuneração pelas suas poesias. Pela doçura destas recebeu o cognome de *Melicertes*. Restam dêle alguns fragmentos, dentre os variados géneros que cultivou: elegias, epigramas, epitáfios, odes, canções báquicas, etc. V. F. Brooks, *Greek Lyric Poëts*, onde veem versões dos fragmentos de S.; os *Poëtae Lyrici Graeci* de T. Bergk (alem.); as versões de J. A. Simonds nos seus *Studies on the Greek Poëts*; os *Greek Melic Poets* de H. W. Smyth; a *History of ancient Greek Literature* de Murray; A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 193-201; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 83, 261, 267, 389, 410, 445-447, tom. III, pág. 364; A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. IV, págs. 346-365. Ceos (actual Zea) era uma ilha do mar Egeu, do grupo das Cícladas.

<sup>1</sup> Restam de Mimnermo apenas alguns fragmentos, que devem encontrar-se nos *Analecta* (1772-1776) de F. F. Brunck (franc.), e entre os 24 vols. da série de Poetas gregos anotada por J. F. Boissonade (1823-1832). V. Otfried Müller, *Histoire de la Littérature Grecque*, tom. II, págs. 88, 220, 238 e seg., 305; Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. III, págs. 117-122; A. Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 138, 140. Trad. *Poètes moralistes de la Grèce*.

Não me parece, contudo, menos elucidativa e interessante a última passagem que transcrevi dêsse precioso diálogo:

«Incumbe então aos professores de música, logo que os discípulos consigam tocar um instrumento, instruí-los nas obras dos *poetas líricos* para as cantarem à lira e para as almas dos môços se familiarizarem com os seus ritmos e melodias, a fim de que se docilizem e melhor se preparem para a eloquência e para a acção, pelo facto de se tornarem mais perfeitamente «rítmicas» e «melódicas»; porque toda a vida do homem necessita de beleza de ritmo e de melodia. . .»

É directa a alusão aos *poetas mélicos*, aos poetas propriamente líricos — a êsses em cujas criações a palavra e a melodia, sílaba e nota, se irmanavam e uniam (como em muitas composições se combinavam também com os movimentos da marcha e da dança) acudando de maneira progressiva, dos mais antigos para os mais modernos, uma crescente interdependência e mútuo auxilio, exigidos pela maior complexidade e riqueza de novas ou ampliadas formas do período e da estrofe; pôsto que a poesia mantivesse sempre o papel predominante. Ao contrário do que acontecia com as produções dos *iâmbicos* e *elegiacos*, às quais a música (executada na cítara ou na flauta) prestava um simples apoio rítmico, a bem dizer exterior, desde cedo reduzido, e sucessivamente dispensado quâsi.

Visa aqui o diálogo os criadores dessa ordem de poesia que a crítica considera a mais notável manifestação da Grécia desde o 7.<sup>o</sup> aos começos do 5.<sup>o</sup> século a. C. e a que, dada a importância das suas criações, deverei também dedicar capítulo especial.

## VII

Vaga embora, a indicação autoriza-nos a supôr que o filósofo pensaria *em todos* os poetas a quem poderia caber a designação de *mélicos*, ou pelo menos nos criadores de obras superiormente representativas de cada uma das numerosas formas *líricas* cultivadas durante aqueles dois séculos e tanto.

E assim os môços atenienses começariam por apreender, numa proporção maior ou menor, o escol das composições em que os *líricos* de Lesbos — applicando as invenções atribuídas a Terpandro <sup>1</sup> — tinham

<sup>1</sup> O fundador da música clássica da Grécia (fl. 700-650 a. C.). V. sobre Terpandro e os *nomos*: S. Reinach, *Manuel de Philologie Classique*, págs. 184 e 228; A. Pierron, *Histoire de la Littérature Grecque*, 7.<sup>e</sup> edit., págs. 160-162; A. Croiset, *Histoire de la Littérature Grecque*, tom. II, chap. II, págs. 51-88; Smyth, *Greek Melic Poets*.

aproveitado e aperfeiçoado talvez primitivas e restantes formas populares: certas *odes ligeiras*, *canções amorosas*, e antigos *eskólios* (variedade de cantos báquicos ou cantos de banquete).

E do mesmo modo apreenderiam o melhor da poesia *coral*, expressiva de sentimentos colectivos (de evidente origem popular, esta) e representada pelas composições em que os poetas tinham explorado e magnificado as espécies tradicionais do *Hino*, do *Péane*, do *Treno*, do *Himeneu*, do *Hiporquema*, do *Ditirambo*.

Entrariam no conhecimento e no gôso dalgumas criações de Alceu (fl. pelos fins do 7.º século a. C.)<sup>1</sup>, ainda próximas da inspiração popular e compostas em dialecto local *eólico*, segundo um tipo estrófico simples, fixo dentro de cada forma lírica; já reveladoras, contudo, duma arte praticada superiormente.

Pouco ouviriam ou leriam, naturalmente, das suas canções de amor, tocadas de paixão requintada, de viva mas delicada sensualidade; e dos seus *eskólios*, onde transpirava sincero entusiasmo pelos banquetes e pelas alegrias do vinho. Mais leriam ou ouviriam dos seus *hinos*, repassados de sentimento, e dos seus vigorosos cantos políticos, cheios de ardor e violência, vibrantes de agressiva hostilidade perante os adversários.

É em todas estas criações encontrariam evidenciadas, sob o ponto de vista da maneira do poeta, a audácia e a concisão, a clareza e a variedade imaginosa, a fôrça e a graça; e, mais que tudo, o inconfundível tom de estilo dos que se inspiram das vicissitudes da própria existência, dos que experimentaram o real contacto da vida.

Conheceriam a furto, a par as de Alceu, as poesias de Safo<sup>2</sup>: as

<sup>1</sup> De Mitilene (Lesbos). Contemporâneo de Safo, mas mais velho do que ela. Compreendiam as suas composições: hinos, cânticos poéticos, canções báquicas e canções de amor. Foram pelos Alexandrinos dispostas em dez livros. Hoje apenas existem fragmentos, que se encontram na colecção *Poetae Lyrici Graeci* de Theodor Bergk. V. Otfried Müller, *Histoire de la Littérature Grecque*, tom. II, pág. 156, nota, e o capítulo intitulado *La poésie lyrique des éoliens*, págs. 348-408 e 649. V. ainda: *Histoire de la Littérature Grecque* de A. Pierron, págs. 163 e 169; e *Histoire de la Littérature Grecque* de A. e M. Croiset, tom. II, chap. V, págs. 222-233. Trad.: Coupé (1796). Encontraram-se há tempo, em papiros egípcios, novos fragmentos de Alceu.

<sup>2</sup> Natural de Mitilene ou de Êreso, também na ilha de Lesbos; fl. por 610 a. C. deixando Mitilene em 596, e vindo a morrer na Sicília, segundo a tradição. Admirada no maior grau pelos antigos. A sua obra incluía nove volumes, de que restam fragmentos — além de duas odes, uma delas a Afrodite, admirável, tendo a outra sido encontrada e publicada por Grenfell e Hunt em 1898 (cap. I dos *Oxyrhynchus Papyri*, Museu Britânico). V. *Greek Melic Poets* de Smyth; *Greek Lyric Poets* de F. Brooks, onde veem traduzidos quasi todos os fragmentos sáficos; os

suas *odes ligeiras*, os seus *epitalâmios*, os seus *hinos* — em que, usando dos processos estróficos daquele, lançando mão de idênticos recursos e sob formas de elegante sobriedade — feria também a nota da paixão, mas de modo mais delicado e penetrante, traíndo-se continuamente como genuína cantora do Amor e da Beleza: da beleza risonha e grácil, de preferência à beleza imponente e nobre.

A obra amável do iónio Anacreonte <sup>1</sup> — o sucessor poético dos líricos de Lebos — não era tão pouco de molde a impôr-se aos instrutores da mocidade pelo lado de qualquer proveitosa lição moral a tirar das suas *canções de amor e de banquete*, parte mais abundante dessa obra, nem das suas *elegias e epigramas*, nem dos próprios *hinos*, destinados a festividades mundanas.

Mais espirituoso do que animado de profundo e sincero sentimento, todo êle risonho egoísmo de *jouisseur* imperturbável, mal poderia dar às suas composições uma forte e comunicativa emotividade. Deixamos antes a impressão dum prosaísmo gracioso.

Era todavia a obra de Anacreonte, comparável nisso à de Alceu e à de Safo, tão leve nos seus ritmos, tão rescendente de amor à vida, moldara-se em metros de tão lesta brevidade, mantinha-se de tal modo delicada quando mesmo picava de ironia, e o dialecto iónico prestava-lhe tamanha doçura, corrente e fluida — que a mais severa crítica não impediria os jovens atenienses de se permitirem, ao menos de pas-

*Greek Poets* de J. A. Symonds, a *Sappho* de Bliss Carman, 1911. Ver também *The Isles of Greece* de F. Tennyson, irmão do Poeta laureado. V. ainda Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 326, 360-385, 405, 654 e seg.; *Hist. de la Lit. Gr.* de Pierron, págs. 168-173; *Hist. de la Lit. Gr.* de Croiset tom. II, chap. V, págs. 233-252; S. Reinach, *Manuel de Philologie Classique*, pág. 168, nota 3, e pág. 185. Tradução: a que vem na última edição da tradução de Píndaro por C. Poyard.

<sup>1</sup> Natural de Teos, cidade iónica da Asia-menor. Nasceu por volta de 550 a. C., e supõe-se ter morrido em Abdera, na Trácia, com uns 85 ou 86 anos, portanto em 465 ou 464, depois de ter passado parte da sua vida em Samos, gozando da protecção e da amizade de Policrates, e de haver também habitado Atenas no tempo de Hiparco. Das suas composições restam fragmentos: de canções e elegias, escritas em dialecto iónico; pois são espúrias as odes que lhe atribuíram. Os Alexandrinos possuíam cinco livros das suas odes às musas, ao vinho e ao amor. Edição *princeps* dos fragmentos: 1554, Paris, editores Putschius e H. Estienne. Há uma edição de T. Bergk, de 1834, 8.º. V. Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 223, 242, 323, 303, 374, 385-399, 399-402, 405; A. e M. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. V, págs. 252-271. Traduções: a de Maurice Albert (Paris, Jouaust), e a que vem na última edição da tradução de Píndaro por C. Poyard. Falando de Anacreonte e do tirano de Samos, seu protector, é-me grato mencionar o admirável *Anel de Policrates* de Eugénio de Castro.

sagem, o encantado encontro com êste como com os outros dois representantes dêsse lirismo semi-popular de tradição *eólica*.

¿E não seria também satisfazer um dos fins daquela educação conjuntamente moral e artística o apurar-lhes o gôsto nativo por meio das impressões directas de tais formas de poesia?

Mais vantajosos resultados contariam os educadores obter, no entanto, e viriam a obter de certo com revelarem aos discípulos as obras designadas pela crítica sob a epigrafe genérica de *lirismo de aparato*.

Formara-se por partes, êste lirismo, e sob variadas espécies, de cuja contribuição surgiria finalmente uma entre todas notável.

Apresentando como feição geral e dominante o caracter de *poesia social* (no sentido de expressão de sentimentos colectivos, nascidos duma já desenvolvida organização urbana), e dando origem, nessa qualidade, a produções sobretudo executáveis por côros, apropriadas e correspondentes a manifestações públicas, religiosas e profanas, em que a voz do poeta era a da comunidade, e cujo assunto lhes vinha do passado mítico ou histórico da cidade onde houvessem sido compostas, ou da tradição familiar dos poderosos a quem fôsem dedicadas — o lirismo chamado de *aparato*, o lirismo *coral* por excelência contava, realmente, na sua formação evolutiva, mercê e através dessas várias espécies poéticas, umas três fases principais, que devo aqui apontar, embora a rápidos traços, para melhor poder comentar depois a obra do seu maior criador.



Marcara a primeira dessas fases por obras que representavam, em cada espécie, se não inovações puras, crescentes aperfeiçoamentos das rudimentares formas herdadas — de mais ou menos próxima origem popular.

Fôra nessa primeira fase que um dialecto literário de predominante feição *dórica* — usado e aperfeiçoado por Taletas de Gortina (7.<sup>o</sup> século a. C.)<sup>1</sup>, introdutor de ritmos novos — tinha começado a competir com os dialectos locais dos cantores de Lesbos, e os substi-

---

<sup>1</sup> Gortina. Uma das mais antigas cidades da ilha de Creta (moderna Cândia), e onde em 1884 foi encontrada a inscrição que os ingleses chamaram *Law of Gortyn*, datando de 400 anos antes de Cristo. Dá essa inscrição muita luz para o estudo daquele centro na antiguidade.

V., sobre Taletas, *Manuel de Philologie Classique* de S. Reinach, págs. 184 e 191; e A. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. VI e Bibliografia, págs. 272, 279, 284-287; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, pág. 336-340, 410.

tuiria mesmo, em parte, concorrendo para uma vantajosa, elasteceadora modificação das tradicionais formas do *Péane* e do *Hiporquema*; que, dêste modo, a dórica Esparta (onde se concentrava o melhor da poesia grega, e onde a organização cidadina atingira a plenitude da sua realização) se encontrara dotada de tipos de criação lírica adequados às manifestações solenes da vida pública.

Nessa primeira fase aperfeiçoara pelo seu lado Alcman de Sardis<sup>1</sup> (fixado em Esparta, como Taletas) as formas rítmicas encontradas, dando-lhes — dentro embora de moldes ainda até certo ponto simples — mais vida e diversidade métrica, favorável a ulteriores combinações. Empregando o *modo lídio* na composição musical, e conciliando a energia do dialecto *dórico* com o alor gracioso e a doçura do estilo iónico, encantara os contemporâneos, como havia de encantar gerações seguidas, devido às suas naturais e cultivadas faculdades de sentimento e de elegância, ao sabor capitoso da sua poesia, cheirosa a campo e a monte, legítima irmã das suas melodias, aprendidas, segundo dizia, com as ligeiras perdizes do monte. Além de legar aos vindouros uma obra complexa, composta de *hinos*, *péanes*, *hiporquemas*, *eskólios*, afirmara-se acima de tudo imprimindo a uma forma poética, por certo de origem popular, as qualidades de alta obra de arte: fixando tipicamente, criando a bem dizer a espécie de poema lírico chamado *Partenia* (variedade desenvolvida do *Prosodion* ou canto processional, e destinada a ser executada por um côro de raparigas em marcha).

E também nessa primeira fase o poeta e citarista Arion (fl. 625 a. C.)<sup>2</sup> — à semelhança do que Taletas fizera com o *Hiporquema* e o *Péane*, Alcman com a *Partenia*, formas de tradição popular e ori-

<sup>1</sup> Foi Alcman o principal poeta lírico de Esparta, pôsto que natural de Sardis, na Lídia. Fl. por 631 a. C. Atribuem-lhe a invenção do *crético hexâmetro*; mas escreveu também noutros metros. Igualmente lhe atribuem alguns a invenção da *poesia amorosa*, de carácter artístico. Dispunha os versos ordinariamente em estrofes. Restam de Alcman apenas escassos fragmentos, que se encontram na colecção de Bergk, *Poetae Lyrici Graeci*, e de que Welker fez também uma publicação. Um desses fragmentos foi encontrado entre as pernas duma múmia egípcia e editado por Egger. V. S. Reinach, *Manuel de Philologie Classique*, págs. 40, 44 e 184; *Hist. de la Lit. Gr.* de A. e M. Croiset, tom. II, chap. VI, págs. 272, 287-307; Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 336, 410, 414-423. Trad.: a de Falconet na colecção dos Líricos de Boissonade.

<sup>2</sup> De Metimna — cidade situada na costa norte da ilha de Lesbos. V. Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 410, 435-439, tom. III, pág. 36; *Hist. de la Lit. Gr.* de A. Pierron, 7.º edit., págs. 174 e 175, e *Hist. de la Lit. Gr.* de A. e M. Croiset, tom. II, chap. VI, págs. 307-320.

ginadas do culto apolíneo — convertera em nobre espécie de arte superior a espécie, também tradicionalmente popular mas de origem cultural dionisiaca, conhecida sob a designação de *Ditirambo*.

Era forma poética e musical executada por um còro circular, sòbre melodia tumultuosa e apaixonada.

Dela nasceriam o *drama satírico* e, em parte, a *tragédia*.

Podemos, em suma, afirmar que a essa fase correspondeu a criação das formas iniciais do *lirismo coral* de ordem artística; que foi ela a era dos seus fundadores, com a obra dos três poetas músicos citados: *Taletas, Alcman, Arion*.

Cronológicamente compreendeu o último quartel do 7.<sup>o</sup> e o primeiro do 6.<sup>o</sup> século a. C.



A segunda fase, curta (segundo quartel do 6.<sup>o</sup> século a. C.), não nos interessa menos — devido, em grau considerável, aos progressos técnicos da música e da métrica nela realizados. É dominada e quasi cheia por um só e grande nome: o do siciliano Stesicoro de Hímera <sup>1</sup>, ainda contemporâneo dalguns poetas da primeira fase, pois viveu de 632-552 a. C.

— Inovou êste não só na *técnica* da música e do metro, mas também com relação à própria matéria poética: sob o ponto de vista da invenção de surpreendentes belezas, sem dúvida; mas principalmente sob o ponto de vista da feliz apropriação — a outros objectos e intuitos — de certas espécies por assim dizer consagradas cada uma em determinado sentido, talhadas a destino exclusivo.

— Compondo no *dialecto dórico literário*, isto é, numa linguagem sempre viva de raiz mas copada em formas de genérico molde convencional — daí mais compreensiva de modalidades, integrante de particularismos locais, expressiva portanto de sentimentos, de ideas gerais e comuns a toda a familia grega; compondo nesse dialecto *literário* com um vocabulário comparável, na riqueza dos epítetos e na generalidade formal de variadas locuções, ao nobre vocabulário

<sup>1</sup> Foi Stesicoro um dos nove principais poetas líricos da Grécia, no conceito dos antigos. Produziu: poemas mitológicos, hinos, epitalâmios, péanes, poemas amorosos, eskólios, fábulas, elegias, etc. Restam dêle fragmentos. V. Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 206, 303, 374, 410, 423-435; *Hist. de la Lit. Gr.* de A. e M. Croiset, tom. II, chap. VI, págs. 320-339; *Greek Lyric Poets* de Brooks, onde se encontram versões de alguns dos fragmentos de Stesicoro; *Hist. de la Lit. Gr.* de A. Pierron, págs. 180-184.

da epopeia; e possuindo, de harmonia com tais recursos terminológicos e construtivos, uma qualidade de estilo que bem podia já dizer-se *panhelénica* — aumentava ainda, paralelamente, o poder musical da *lira*. E, senhor de semelhantes elementos, conseguiria realizar uma verdadeira revolução artística interessando com efeito:

- a uma *nova aplicação*, consagradora, de formas preexistentes;
- à *própria natureza e ao fundo poético das espécies* por êle preferidas;
- à *técnica* — métrica e melódica.

Foi o *Hino* a forma eleita de Stesícore. Consistia, tal como viera encontrá-lo o poeta de Hímera, numa composição para ser cantada *em honra dos deuses*, ao som da *cítara* ou da *lira*, por um côro que se mantinha estacionário ou que executava poucos movimentos, moderados e vagarosos.

Distinguia-se nisto do *Péane*, do *Hiporquema*, do *Prosodion*, da *Partenia*, do *Ditirambo*, que eram côros movidos vivamente — os quatro primeiros em filas, desenhando figuras quadrangulares, o último em círculo, formando rondas agitadas e tumultuosas.

Pois dessa *espécie* — votada ao culto dos deuses, à celebração de *mitos divinos* — Stesícore viria fazer uma *epopeia musical* consagrada à memoração dos *mitos heroicos*, à narração das aventuras e ao elogio dos heróis da raça antiga, sobretudo aos *Aqueus* do cêrculo de Troia — invocados, entre outras, pelas cidades da Sicília e da Grécia Magna<sup>1</sup> como seus patronos fundadores, e já cantados pelos poetas chamados Cíclicos.

Advirta-se, porém: se os *mitos épicos* constituíam o assunto dos *hinos-poemas* de Stesícore e vinham substituir os mitos divinos — numa inovação tão profunda de significado como larga de alcance artístico — nem por isso a maneira de neles narrar e celebrar se confundiria com a da *pura epopeia*, cujas narrações são seguidas e circunstanciadas, subsistentes *por si*, tendo no desdobramento e conclusão da matéria épica tratada o seu próprio e legítimo fim. Passando, com Stesícore, de composição *religiosa* a composição de intenção *heroica*, o Hino não perdia a primitiva natureza de criação *lirica*; pois, por um lado, relacionava a *narração mítica*, de carácter e *sentido geral*,

<sup>1</sup> *Grécia Magna* — designação aplicada ao sul da Itália colonizado e habitado por Gregos; mas compreendendo apenas as cidades helénicas e seus territórios, e não as restantes regiões ocupadas pelas tribus e populações itálicas. Compreendia em especial as cidades de Tarento, Sybaris, Croton, Caulonia, Siris (Heraclea), Metaponto, Locri e Regium; e na costa ocidental a cidade de Cumas (a mais antiga das colónias gregas fundadas na Itália e na Sicília) e a cidade de Neápolis.

Estrabão abrange também as cidades sicilianas na designação de Grécia Magna.

com o *caso de circunstância*, com a *ocasião* particularmente considerada, com a festa ou cerimónia *especial* consagrada ao herói (celebrado na qualidade de *epónimo* e protector da cidade onde era memorado, de *progenitor* da família ante a qual se invocavam as suas proezas, e os episódios da sua vida hiper-humana); e nessa alusão a coisas, a entidades e a circunstâncias contemporâneas, nessa constante *reportação ao presente* — característica do *lirismo* — provava na verdade manter predominante *feição lírica*. Por outro lado, também revelava tal feição na sua marcha e alor, no modo como, supondo conhecidos de todos os ouvintes os principais factos evocados, as passagens salientes do mito versado e do caso em vista, antes voava por cima de muitos dêsses factos e passagens para só tocar neste ou naquele, do que prosseguia a passo regular e ininterrupto no seu desdobramento minucioso e coerente.

Mas reunir e conciliar desta maneira os dois caracteres — *épico* e *lírico* — era já, efectivamente, abrir à poesia um caminho novo, de imprevista extensão e generosa amplitude quanto ao próprio fundo da matéria poética.

Não se limitaria contudo a tão generosa obra e fecunda missão, como já deixei ver, o génio criador do poeta de Hímera, mais duma vez pelos antigos comparado a Homero.

Reformando radicalmente, segundo indiquei, os *ritmos* e os *metros* encontrados, de harmonia e em concordância com a transformação imposta à espécie tradicional do *Hino*; ampliando, a par, a antiga *estrofe* dos seus antecessores e combinando entre si várias formas de estrofe, obtinha grupos mais vastos e, a rematar êsse trabalho de real *criação* técnica, inventava a *triada*, ou união da *estrofe antistrofe* e *epodo*, dando assim outra larguesa, movimento e vida ao período poético e a cada composição total, a cada hino ou ode, visto substituir-lhe — como essencial *unidade* — a estrofe simples por essa feliz e mais explorável combinação.

Triplicara-lhe o poder de *desenvolvimento*.

E estava fixado o quadro formal da *epopeia lírica*, como diz A. Croiset.

Faltava só dar um passo para que nela se exprimisse tudo quanto era susceptível de exprimir-se à custa de tal espécie poética.

Êsse passo dá-lo hia Ibycus de Regium<sup>1</sup>, um imitador de Stesí-

<sup>1</sup> Dos seus poemas, que abrangiam sete livros, poucos fragmentos restam. V. Otfried Muller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 50, 387, 410, 439-445; Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. VI, págs. 339-346; Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 184-186; Smyth, *Greek Melic Poets*.

core, que beneficiou das profundas inovações d'este, da maravilhosa criação da grande *estrofe coral*, e representa a transição da segunda para a terceira fase, pelos meados do 6.º século a. C.

Ibyco, que floresceu em Samos cêrca de 540 a. C., faria do Hino — já por Stesicoro ampliado de pura composição *religiosa* a poema de caracter *heroico* — uma poesia acentuadamente *humana*. Consistiu nisto a sua originalidade: em criar o *Encomion* — hino consagrado ao elogio dum *contemporâneo*.

E criando-o concorria para a eclosão da mais alta e bela forma do lirismo grego, da definitiva manifestação do lirismo *coral*; pois do *Encomion* derivaria logo o *Epinício*, ou *Ode triunfal*, com Simonides de Ceos (tão notável aqui como na *elegia* e no *epigrama*)<sup>1</sup>, com Píndaro de Tebas — o soberano dos líricos da Hélada —, com Bacchylides de Ceos<sup>2</sup>, sobrinho de Simonides, com o grupo de poetas, emfim, que vinha representar a terceira, a *grande* fase da literatura poética da Grécia, duradoira de quasi um século — da segunda metade do 6.º aos anos médios do 5.º século a. C.



Simónides de Ceos — que cultivou todas as variedades líricas, revelando quasi sempre um espirito filosófico de penetrante observação moral mas de moderadas exigências, capaz de dialéctica subtil, scéptico e amável, inclinado a contemplar a vida risonhamente e a ver na virtude média a manifestação e reflexo da verdadeira sabedoria —

<sup>1</sup> V. Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 83, 261, 389, 410, 445-457, tom. III, pág. 364; Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. VI, págs. 346-365; Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, pág. 193-201.

<sup>2</sup> Bacchylides fl. por 470 a. C. Contemporâneo de Píndaro. Viveu muito tempo em Siracusa, donde passou para Atenas. Conheciam-se-lhe apenas fragmentos escassos dos variados géneros que cultivou: hinos, péanes, ditirambos, cântos de banquete, canções de amor, etc. Mas os dois egiptólogos ingleses Bernard P. Grenfell e Arthur S. Hunt descobriram em 1897, no local da antiga Oxyrrhyncus — hoje Belonesa (Egipto-médio) — um papiro contendo umas quinze a vinte poesias de Bacchylides: odes, na maior parte, infelizmente com bastantes lacunas. Edição *princeps*, 1897, editor Kényon (*The poems of Bacchylides*, London). A melhor edição inglesa de Bacchylides é no entanto a de Jebb, 1905, com trad. (*Bacchylides, the poems and fragments*, Cambridge). Há outra de Blass — *Bacchylides Carmina* da biblioteca Teubner (alemã), 1898. Trad. franc. de Bacchylides: a de Desrousseaux, Paris (Hachette, 1898). V. Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, págs. 410, 446, 457-461; Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. VI, pág. 365-378; Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 201, 202.

foi o primeiro a compor *Epinícios*, no dialecto dórico literário; e logo, com êle, se tornaram clássicos.

Nas suas como, breve, nas de Píndaro — e de harmonia com a natureza e feição dessa espécie nova — o *mito* era tirado do ciclo das lendas relativas à familia da personagem, do varão cantado, ou à sua pátria e cidade natal, ou aos jogos em que tinha sido vencedor; e combinava-se com os factos e sucessos reais da sua própria existência.

Representava, assim, o *Epinício* um composto de elementos tradicionais e contemporâneos, em que o passado divinizava o presente e êste reavivava aquele, numa conciliação propícia a ricos desenvolvimentos, e de que havia de tirar o mais completo partido o génio magnífico de Píndaro <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Píndaro foi o maior dos líricos gregos. Nasceu em ou perto de Tebas, por 522 a. C. Cedo cultivou a poesia e o solicitaram de vários Estados do mundo helénico para compor cantos corais destinados a serem ouvidos nas ocasiões solenes. Embora lhe remunerassem as obras nunca se tornou mercenário, e manteve-se até ao fim da vida digno de respeito da Grécia inteira. Quando, passado mais dum século sobre a sua morte, Alexandre Magno destruiu a cidade de Tebas, poupou a casa do poeta, em honra da sua memória. Píndaro morreu em 442 a. C. com 80 anos. Compôs: vários hinos, péanes, ditirambos, cânticos processionais, cânticos corais para raparigas, cânticos orquestrais (espécie de pantomimas cantadas e bailadas), encómios, eskólios, nénias (que se cantavam, estas, à flauta, com acompanhamento de dança coral); e além de tudo isto 44 *Epinícios* (odes triunfais) completos, celebrando os vencedores dos quatro grandes jogos nacionais: olímpicos, píticos, nemeus e ístmicos. Dividiam-se os *Epinícios* também por quatro livros. Entre os únicos quatro trechos de música grega que da antiguidade se salvaram figura a melodia da 1.ª Pítica de Píndaro. Foi descoberta por A. Kircher em 1680, num manuscrito do Convento de S. Salvador de Messina, e publicada pelo mesmo Kircher na *Musurgia Universalis*.

Edição *princeps* de Píndaro: Venesa, 1513; Editor — Aldo Manúcio.

Além da edição *princeps* muitas outras há, entre as quais devem mencionar-se as de: E. Schmidt, primeira edição crítica (Wittenberg, 1616); C. Heyne (Göttingen, 1773, 1797); L. Dissen (Leipzig, 1830); Schneidewin 1843-1847); Donaldson (ingl., 1858) seguindo as dos dois últimos; Fennel (ingl., 1879-83, nova ed., 1893-99).

V. a edição de *Píndaro* de F. Aug. Boeckh, filólogo alemão, natural de Carlsruhe (1785-1867) — discípulo de Wolf em Halle, mais tarde professor de filologia na Universidade de Heidelberg, e professor de Literatura antiga na Universidade de Berlim. É um dos altos representantes da Filologia, no largo e compreensivo sentido da palavra. Wolf, Boeckh e Otfried Müller (1797-1840) constituem, nos annos da erudição fecunda e criadora, o trio brilhante da Escola histórica. Notável por muitos trabalhos, Boeckh foi-o sobretudo pela *Edição de Píndaro* (1811-22), pelo seu estudo sobre a *Economia pública de Atenas*, e como iniciador da publicação *Corpus Inscriptionum Groecarum*.

V. mais: Otfried Müller, *Hist. de la Lit. Gr.* (trad. Hillebrand), tom. II, págs. 84,

Não seria Píndaro um inovador na técnica da sua Arte, como Simónides de Ceos o não fôra também.

Devia aos antecessores, em especial a Stesícoro e Íbyco, a preparação e complementação dos meios, a criação do rico instrumento de que lhe bastaria lançar mão e servir-se para dotar a poesia grega das suas mais admiráveis produções: na forma e na harmonia, na opulência do vocabulário e na variedade dos ritmos, como sob o ponto de vista da riqueza das imagens, como sob o do *tom* altivo e nobre, nunca até ali atingido; como ainda sob o da concepção arrojada e dominadora.

De tão rica e de tão bela, a obra de Píndaro justificaria realmente a lenda da sua inspiração nativa. Viera a ser, na verdade, de molde e de essência a deixar acreditar que os próprios Deuses desde a infância o tivessem advertido da vocação e missão poética — fazendo com que dourado enxame de abelhas fôsse pôr-lhe na boca, enquanto dormia, um loiro favo de mel.

Tendo criado em todos os ramos do lirismo coral, foi no entanto pelas Odes triunfais ou *Epinícios* — de que restam quatro livros — que aos contemporâneos e, da antiguidade até hoje, aos cultores e críticos da literatura grega Píndaro de Tebas se afirmou como o maior dos líricos da Hélada.

Encarado pelo lado do Pensamento e da Consciência — a formular ante o Mundo e a Vida as interrogações que suscitam, e a responder-lhes ou a tentar fazê-lo à luz das crenças e das ideias do tempo — impõe-se-nos como um espírito que, divizando através de tudo a or-

---

146, 160, 405, 410, 417, 437, 443, 454, 464-494, tom. III, pág. 82; A. e M. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. II, chap. VII, Bibliogr. de págs. 386-388 e págs. 389-451; A. Croiset, *La Poesie de Pindare* (Paris, 1.<sup>a</sup> ed., 1880, 2.<sup>a</sup> ed., 1886); Bergk, *Poetae Lyrici Graeci* (ed. de 1900); S. Reinach, *Manuel de Philologie Classique* (consultando o índice alfabético); Jebb, nos *Essays*, publicados depois da sua morte; C. Gaspar, *Essai de chronologie Pindarique* (Bruxelles, 1900). Grenfell e Hunt descobriram em 1906 novos fragmentos de Píndaro, que editaram na 5.<sup>a</sup> parte da edição dos *Oxyrhyncus Papiiri*. Trad.: *Pindar. The extant Odes of Pindar Translated into English, with an introduction and short notes*, by Ernest Myers, M. A., etc. (Macmillan and C.<sup>o</sup> London); as trad. alemãs de Thiersch (1820) e Donner (1860); as francesas de Boissonade (publicada por Egger em 1867), da colecção de autores gregos da casa Hachette, f. in 16.<sup>o</sup>, e a de E. Poyard (1853). Há desta uma nova edição, aumentada com traduções de Anacreonte, Safo, etc.

Entre nós foi Píndaro *imitado* (?) por António Dinis da Cruz e Silva (1731-1799 ou 1800) no tom. V das suas obras, Imp. Régia, 1815, S.<sup>o</sup>, que contem as Odes pindáricas. Longe ficou, porém, o nosso *árcade* de dar-nos uma sombra da grandeza de Píndaro. V. no *Dicionário Bibliogr. Português*, tom. V, pág. 125, o apontamento de Pato Moniz.

dem e a regra ideal mas não perdendo pé da realidade, logra evitar a descolorida, magra representação ascética das coisas, sem ficar no puro impressionismo sensualista, satisfeito com o mero registo material do existente.

Impõe-se-nos como um espírito por quem a objectividade é colhida e se dispõe em largos quadros harmónicos, e que nestes crê revelado interiormente, qual se lhe revelou no Cosmos, o poder criador e vital da Divindade — voluntária, previdente e magnânima, embora temerosa. Impõe-se-nos como um espírito cuja concepção do visível e do invisível envolve uma sublime interpretação teológica do Universo; e nesta altura, emfim, como um espírito que — atingindo, devido a essa concepção generosa, a conciliadora *inteligência-emoção* do Todo e conseguindo integrar o bem e o mal da existência, de cada existência de homem ou grupo humano, na mais ampla e compreensiva curva da vida universal — daí conclue para a definitiva aceitação do Destino.

O mesmo é dizer que, manifestando-se-nos dêste modo na nobre e opulenta beleza das Odes — penetradas de veneração e de grato amor pelos Deuses, ordenadores e condutores da marcha das coisas — logo nos deixa apreender e explicar o seu feitiço moral, afirmado aliás claramente em toda a obra por êle criada.

Fóra do mundo especial dos primitivos filósofos, Píndaro foi por certo o poeta pensador da Grécia que, antes do trágico Êsquilo de Eleusis, maior elevação revelou na sua filosofia e na sua moral, animadas de igual espírito religioso.

Vê tudo a sério. A Vida é para êle alguma coisa de grave, alguma coisa com que se não brinca.

Não a consideremos por isso, no entretanto, sob o ângulo dum tórvo pessimismo; não protestemos contra os seus males; não nos deixemos apossar de sentimentos de revolta em face das contrariedades e das adversidades.

É a lição que a sua Obra nos transmite. Mas pode dá-la êste poeta; porque, vendo a sério, vê de alto e acima; porque — se a um lado, baixando os olhos ao plano onde passam os humanos efémeros, lhe não escapam as lutas, as violências, as desgraças dêsse agitado teatro de paixões — a outro lado, espraiando o olhar, e nele a alma, também lhe não passam despercebidas as surpreendentes maravilhas da Terra, dos Céus, do génio da Espécie; porque, voando mais, a sua vista interior descobre e contempla o mundo transcendente onde se lhe ostenta a luminosa glória das divindades eternas; e porque — traço essencial — longe de julgar e mostrar irremediavelmente separados e entre si distantemente estranhos os dois mundos, sente e proclama a

resgatadora influência e intervenção dos Deuses na sorte e no destino dos homens.

Se é certo que o Homem é fraco e está sujeito a todas as misérias, não é menos certo que os Deuses, onnipotentes e magnânimos sem limite, podem dar-lhe a felicidade, com a condição de a merecer pela *virtude*, isto é: pelo conjunto das qualidades intelectuais, morais e físicas, cuja posse assinalava o *varão perfeito* aos olhos dos Gregos.

Como todavia essas virtudes representavam afinal favores, dons da Divindade, segundo a idea e a crença do Poeta, vamos levados a pensar que a vida feliz — feita, conforme Píndaro a canta e celebra, de mocidade mais duradoira, de beleza, de amor, revestida e coroada de poder, riqueza e glória — era antes condão e apanágio dos eleitos, dos predestinados, e não tanto o prémio do esforço e da árdua luta de cada homem.

E assim a considerava, na verdade; mas antes apanágio e condão da Raça e da Estirpe do que propriamente dêste ou daquele seu rebento e representante, dêste ou daquele mortal delas destacado.

Para Píndaro, penetrado de altos sentimentos aristocráticos — como lídimo *Dório*, de origem ou pelo menos de tendências — o que sobretudo contava era a Raça. Fôra na Raça que os Deuses tinham depositado e desenvolvido, ou deixado desenvolver e medrar os germens das virtudes e energias aflorantes no individuo. O valor dêste provinã-lhe, na maior parte, do que herdara do passado, e aferia-se pelo do sangue e pelo da alma ancestral<sup>1</sup>.

Não admira pois que nutrido de todas essas ideas e sentimentos, justificados até certo ponto pela sciência moderna, Píndaro de Tebas, em Moral, pontificasse e impuzesse ditames, como quem surgira e caminhara possuído e compenetrado duma missão.

Nem discute nem tenta defender o que tem por seguro e assente, o que para êle constitue um principio firme.

---

<sup>1</sup> Parecendo à primeira vista injusto e inadmissível, um tal conceito compreende-se e justifica-se perante a índole da sociedade grega da época, duma sociedade onde a consagração dos avós e a exaltação da *virtude* — considerada um conjunto de dons *herdados*, a manter religiosamente — eram a melhor condição e garantia de felicidade, privada e pública.

De sobejo o provariam as idades seguintes, quando diverso modo de sentir e pensar — junto com as revoluções, vindas também de outra origem, operadas na política, na vida das classes e da família — concorresse para a dissolução de todos os principios de ordem, para a quebra de todos os moldes e de todos os laços da vida doméstica e social, para a deplorável decadência da Grécia, como Grécia

¿E deveremos achar inadmissível e odioso, por essência, um semelhante con-

Profere sentenças, espalha veredictos, enuncia verdades.

E sempre, de tudo quanto profira, espalhe e enuncie transpira o fortificante sentimento e ressumbra a tranquilizadora noção da ordem e da disciplina, em face da Divindade, do Cosmos e dos homens; quer se trate da vida isolada, quer se trate da vida da Cidade — onde deve predominar o governo dos sabedores, dos *competentes* — quer se trate da vida privada e familiar, onde todos devem venerar os Deuses, honrar os pais, manter a memória dos antepassados. . .

E, no entanto, êste inspirado *autoritário* proclama a necessidade não só da justiça mas da doçura para com todos, aconselha a benignidade do perdão, e a par disto preconiza o amor límpido da verdade, elogia a coragem, aponta como essencial — ou não fôsse êle um grego — a virtude da moderação.

Finalmente, pregôa um sagrado horror pela lisonja, não prégando apenas, aqui; porque dá o exemplo. De igual modo avêso às violências ou mutações revolucionárias e às complacências humilhantes perante as situações existentes — como verdadeiro aristocrata de alma e de sangue — nunca, mesmo quando teça o elogio e cante a glorificação dos poderosos, esquece a dignidade da sua Arte, a sua missão de alto intérprete da Vida, de convicto arauto da Divindade, de grave oráculo do Destino.

Sem que, todavia, os conselhos dirigidos aos príncipes e aos grandes revistam jámais o character de lições impertinentes!

O sentido genérico das suas exortações e a medida que nelas sabe observar permitem-lhe fazer-se ouvir sem molestar e indispor êsses ouvidos susceptíveis. . .

Encarado pelo lado da Arte — da delineação, ordenação e estilo da Obra — impõe-se-nos, na lógica da sua forma de espirito, como dotado da mais abundante e rica inventiva, mas acusando sempre uma maneira própria, uma original feição de ver, conceber e criar. Consiste, a sua original e principal feição, em conciliar a visão plena

ceito? ¿Não encerraria êle, para cada geração da Raça e da Família gregas, uma verdadeira inspiração de crescente *aperfeiçoamento* a favor do *futuro*, mediante o culto do *passado* — visto sugerir vivamente aos *representantes* que, se tinham sido, como *descendentes*, os herdeiros do exemplo antigo, os legatários da missão dos maiores, deviam ser a seu turno os depositários fieis, para os vindouros, e os acrescentadores do tesouro das tradições nobres e gloriosas?

¿Não envolveria afinal uma alta moralidade — êsse conceito aristocrático da *conservação e continuidade*?

Talvez fôsse para desejar que um pensamento comparável iluminasse as almas de todas as gerações, em todos os tempos, salvas as diferenças do ideal a servir.

das coisas e dos assuntos com o segredo de lhes iluminar fulminantemente os pontos e momentos destacáveis — mediante concentradas e vivas alusões, como por instantâneas fulgurações verbais, picados toques dêesses momentos e pontos a salientar.

Consiste, mais, no facto de conciliar tais recursos com a faculdade, relacionante, de partir das ideias e impressões centrais, suscitadoras, para outras impressões e ideias, próximas ou não — mercê de bruscos saltos e imprevisas associações a distância, de digressões e rodeios de maior ou menor amplitude em que, assim como partiu, logrará voltar aos centros de irradiação.

Consiste, emfim, no poder de igualmente *escorçar* e *desdobrar* imagens e ideias.

Impõe-se-nos ainda, pelo lado da Arte, como um criador cujas estrofes — correndo torrencialmente, a revolverem tudo desde as mais profundas águas da alma — ora se erguem, rodopiantes, e nos erguem até vertiginosas alturas, em pincaros de vaga onde brilhará fugaz o clarão de rápida frase ou termo intencional; ora se espraíam e fogem, reflectindo os quebrados e divididos raios dêesse clarão; quando não rolem, por algum tempo, misteriosas e difusas claridades até, longe ou perto, se levantarem e chisparem de novas revelações, significativos lances vocabulares e musicais — para outra vez ao largo caudalosa-mente se espalharem...

Impõe-se-nos como um criador que — se quasi sempre (ao surpreender e ferir de tal modo a nota essencial e característica na indicação dos objectos, na versão dos sucessos, na evocação das situações) se transporta à região superior das puras formas mentais, vibrando antes de racional entusiasmo, diga-se, do que estremecendo de verdadeira sensibilidade — logra contudo despertar-nos alta e profunda emoção de vida.

Porque a desperta, com efeito:

— pela vivacidade, comunicativa, das suas impressões;

— pela índole e feição da sua estrofe e da sua frase, reveladoras dum espírito tão adverso ao divisionismo da análise (que lhe sustaria os impulsos animados) como ao despotismo desta ou daquela paixão extrema (que o arrastaria numa exclusiva e estreita direcção, prejudicando-lhe a expansão ardente do vasto pensamento inspirador e dominante); pelo movimento, pois, do seu forte estilo *sintético* — definitivamente integrador, na larga onda vital de cada ode, de todos os redemoinhos e contracorrentes de detalhe;

— pelas próprias digressões em que o poeta se multiplica e difunde, dentro do tema presente e actual, e dêste para os domínios da história e da tradição — revivendo destas e reavivando-as.

Não falando da poderosa emoção da Beleza, emoção viva entre todas, provocada pelas partes e pelo conjunto de cada Ode.

Mal poderíamos contudo parar aqui — ao tentar apreender e definir, pelo lado da Arte, o espírito e a obra de Píndaro.

Veremos, continuando, que se êle realmente concilia algumas predominantes tendências e feições de imaginação e mentalidade com outras a bem dizer antagônicas ou de surpreendente conciliação — também consegue certos resultados devido a maneiras de compor e a processos de realizar donde não se esperaríamos.

Assim, reconhecemos, segundo a crítica justa dos melhores hele-nistas: que, ao segui-lo, recebemos com freqüência a impressão dum profundo atordoamento lirico; que a poesia, nele, vai as mais das vezes a borbulhar e a derivar do fecundo mas como que ocasional encontro de imagens surgentes, de imprevistas evocações, ou de associações fortuitas. Reconhecemos que nos escapam a coordenação dos raciocínios e o encadeamento lógico dos pensamentos; que a frase — curta, rápida, agora, e logo transbordante dos limites de cada estrofe, despenhando-se pelas outras — ameaça, diríamos, ir perder-se no agitado curso daquela maré cheia; e que — como se desprovida de articulações (a um tempo facilitantes e limitadoras dos movimentos) — parece, aqui, prestes a rematar em cadências finais, para, acolá, se reatar indefinida, embora por leves, subtis laços; que, dêste modo, nos colhe e detêm de chofre, ou nos leva arrastados através dessa prosseguida e extensa vaga fluctuante. Reconhecemos, finalmente, que a sua frase foge aos cortados ritmos da Arte eloqüente, ao balanço equilibrado e às seqüentes curvas da periodicidade oratória. Mas, reconhecendo tudo isto, não deixaremos de lhe descobrir ou pelo menos de palpar-lhe e sentir-lhe *unidade* — de sentir-lhe e palpar-lhe, portanto, a qualidade essencial de toda a lídima obra de Vida e de Beleza, de toda a legítima obra de Arte.

Revela-se-nos em geral a unidade na obra de Píndaro devido, primeiro, à presença constante, dissimulada embora, da inspiração originária, da idea-mãe de cada Ode.

E manifestar-se há esta: ora aflorando de longe a longe; ora, apenas, dando a toda a composição um tom dominante — de identificador efeito emocional — como sucede, comparavelmente, com o motivo-mestre, com o tema-raiz nas modernas criações musicais de melodia larga e ritmo contínuo.

Revela-se-nos na sua obra a unidade, em segundo lugar (quando a alma-madre da composição cõrra diluída e oculta) devido às mútuas, repercutidas chamadas entre imagens e conceitos, e ao conseqüente encadeamento do conjunto — encadeamento auxiliado de maneira po-

derosa pela natureza mixta dessas composições, onde a fluida corrente do canto, da *música* funde, enlaça, *unifica* emfim de resultante e compreensiva intenção expressiva as mais separadas, precisas, dispersivas significações e notações das palavras e grupos verbais levados de envolta.

Revela-se-nos ainda ali a unidade na beleza moral, na claridade de virtude que transparece dessa harmonia sensível da sua poesia e da sua música — mas dominando-as, divinizando-as — e que lhe ilumina as exortações dirigidas aos grandes e aos poderosos para tentarem e realizarem a perfeição da existência.

Sendo, em suma, de considerar uma outra particularidade, que também concorre para êsse resultado, para lhe manter nas composições a unidade inerente a toda a genuína criação de poesia. Prende com a própria maneira habitual de ordenar e compor cada Ode; prende com o seu sistema construtivo.

Tomando por tema e, ao mesmo tempo, por passo inicial da composição uma ocasião determinada, um facto ou circunstância *actual* da vida do seu *heroi*, da personagem cantada — Píndaro parte daí para o passado, segue a montante do momento escolhido, a evocar e a contar o mito ou tradição que dalgum modo se relacione com a Raça, a Família, a Cidade dêsse *heroi* celebrado. Até que, descrita a curva mais ou menos ampla desta digressão evocativa e exaltante, volte a enaltecer a personagem visada, a narrar e a salientar os seus feitos: como *homem de combate*, como *vencedor* nalguns dos jogos helénicos (jogos, cuja história e lenda foram, por ventura, resumidos durante aquele rodeio poético), como *chefe magnânimo*, como *príncipe* ou *estadista* — promotor de generosas medidas e benefícios públicos; sem, todavia, deixar de exortá-lo sempre a que prossiga no caminho ascensional das virtudes e energias elogiadas.

Logo dêste modo se lhe apreenderá, com efeito, a *unidade* — se não fixa, para assim dizer, nem por isso menos reconhecível — de cada Ode apreciada. Ressalta, de certo modo, do traçado mesmo da composição — gisada, regra geral, em obediência à *combinação dos três* momentos indicados; quando se nos não manifeste na *intenção* dominante e firme do tema de partida, ou quando também não brilhe, irradiante, do verdadeiro *centro* da Ode — dêsse distante e maravilhoso plano de história ou lenda, como que aproximado, pela magia do poeta, do plano mais rente de nós onde faz aparecer e vai coroar de louros a personagem do dia, o *heroi* da ocasião dada.

E, traço a sublinhar de novo: será sempre êsse ponto e momento *central*, será sempre a parte de cada *Epinicio* correspondente à *di-*

gressão para o passado aquela em que mais alto há de vibrar a sua lira e o seu génio mais nos há de deslumbrar.

Compreende-se.

¿Não é Píndaro, como vimos, um poeta essencialmente penetrado do sentimento aristocrático da Raça?

Não vinham da Raça, da ancestralidade física, moral, religiosa do *herói* cantado, da sua ascendência — dada para alguns por divina — as suas melhores virtudes e energias, merecendo ser celebrado sobretudo como legatário fiel de tão grande herança, como digno representante e *continuador* dessa estirpe eleita, como alma-elo duma extensa cadeia a manter ligada no tempo?

Era inspirado dêsse sentimento e dessa noção que efectivamente o Poeta compunha e se fazia ouvir.

E eram também — assim se explica como não só o admirassem tanto, mas tanto o amassem — eram também essa a noção e o sentimento que penetravam quantos o ouviam e aplaudiam, a começar pelas personalidades celebradas nas suas odes.

Sim. Naquela hora forte da vida helénica ainda cada homem e todos os homens se reviam, com amor e com orgulho, mais nas glórias da Raça, da Família e da Cidade do que nas próprias glórias pessoais; ainda não enfermavam dêsse modo novo de sentir e pensar que tanto haveria de contribuir para a decadência dos destinos políticos e sociais da gente grega, a par doutras causas.

Encarado, emfim, pelo lado dos seus recursos de forma poética, da linguagem do seu lirismo — Píndaro de Tebas impõe-se-nos como o mais opulento e dotado de todos os líricos da Grécia.

Compondo nesse *dialecto dórico literário* tornado, a partir de Stesícoro, a língua consagrada, genérica, do lirismo coral — reúne e concilia, aqui também, qualidades e dons que andam geralmente separados e se opõem muitas vezes. Assim, apto para os desenvolvimentos de ampla curva e para os quadros de vasta superfície descritiva, devido à sua riqueza verbal e à abundância duma terminologia larga e generosa — consegue, ao mesmo tempo, colher e concentrar toda a intenção duma estrofe ou período neste ou naquele significativo epíteto, resumir numa palavra decisiva, escolhida ou encontrada, todo o poder e essência duma idea ou sentimento, alhures explorados ou exploráveis através longo fio de imagens.

Mercê do profundo conhecimento e sentido que da língua possui, em vocabulário e construção, nada lhe é defeso e difícil, como poeta, na realização das mais inesperadas e antagónicas maravilhas de expressão, de extensão e retracção, de delineação contínua e desdobrada, ou de escorçado desenho fraseológico.

É sempre êsse vocabulário e essa técnica da língua, com que joga à vontade, que sujeita e dobra a todos os movimentos e suspensões do pensamento, sempre êsse vocabulário e essa técnica serão tão próprios a deixar-lhe reflectir e guardar os aspectos da Natureza, a servir a sua viva e sensível imaginação física (pronta a receber e capaz de fixar as impressões da realidade exterior) como serão próprios a servir-lhe a paralela e igualmente poderosa imaginação filosófica. Porque reúnem, com efeito, as condições necessárias à plena revelação da sua dual visão — externa e interna; provando ser, de modo especial, os mais adequados à transfiguradora representação ideal das coisas, à transportação das emoções da Vida a claves de ideas puras, à refração superior das percepções nas linhas típicas dos seus conceitos gerais.

Possuía Píndaro em suma, num grau igual, a forma correspondente à imaginação do *concreto* e do *abstrato*.

Era completo, nessa forma de poesia conhecida por *lirismo coral* ou de *aparato*, e que resumiu a mais alta manifestação do génio poético da Grécia.

Como técnico e como artista da música e da métrica — ninguém lá o igualara nem viria a igualar.

Como criador — revelara-se, acima de todos, inventivo e poderoso.

E de toda a sua Obra emanava tão forte e consoladora crença na Vida, sob a generosa e protectora vigilância da Divindade — que compreendemos logo e explicamos o largo acolhimento e a benéfica influência de tal Obra entre as gerações helénicas ainda não degeneradas.

Com Píndaro o *lirismo coral* dos Gregos atingira, pois, o ponto onde êsse género de poesia terminava a sua natural evolução <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Não se estranhe que eu me tenha alongado tanto à-cêrca de Píndaro.

Justifico o desenvolvimento dado a esta parte do meu trabalho.

Píndaro de Tebas — não falando dos Trágicos — é um dos quatro maiores poetas da Literatura grega. Completa, quanto ao valor, o grupo em que contam Homero, Hesíodo, Stesícoro.

Logo por êste motivo, e andando menos divulgado e menos conhecido do que os dois épicos nas linhas gerais da sua obra e do seu espirito, exigia mais larga e demorada referência, quando também já ficavam suficientemente indicadas as inovações devidas ao terceiro daqueles criadores, a Stesícoro de Hímera.

Depois, o que no conjunto das obras de Píndaro se salvou do naufrágio da antiguidade e logrou chegar até nossós dias excede, na quantidade, tudo o que ainda pudémos recolher de muitos outros poetas e cantores antigos.

Compreende-se, portanto, que eu me demorasse mais tempo em frente dêsse

Faltava agora apenas um passo — no campo da invenção de formas, da técnica e dos recursos líricos — para, completado e encerrado

---

maior número de documentos, vendo-me embora forçado a recorrer às versões e comentários dos helenistas para, através dêles, comunicar com o Poeta e colher as ideias e impressões fixados no meu texto.

Finalmente, atendi a que a grandeza de Píndaro provinha sobretudo de energias e se revelara em criações que marcam entre o melhor do nosso património de todo o passado, sob o ponto de vista da acção e influência a esperar sempre e a reclamar das obras do Génio.

Realmente. O cantor das odes *Píticas* e *Olimpicas* é, na essência, um dos grandes inspiradores de vida normal, de integral moralismo, que a civilização europeia poderá apontar na série das almas fochos, ao longo de todas as eras.

Ler-se-há, bem o sei, que a Arte de Píndaro *correspondeu* a um estado de espírito dos Gregos menos próximo do nosso do que aquele reflectido na Epopeia e na Tragédia; que essa Arte foi por excelência a *expressão* da civilização aristocrática, semi-dórica dos inícios do 5.º século a. C.; que essa Arte *realizou* a mais perfeita imagem dum momento *fugitivo* da vida grega *ideal*.

Mas poderemos sustentar que ela ainda em parte continua a desempenhar missão activa; porque êsse momento da vida grega *ideal*, *fugitivo* no sentido de haver sido transposto rapidamente e de haver ficado tão distante na estrada da civilização em marcha, nem por isso deve ser considerado como esbatido de todo nos longes da História; à maneira dos píncaros de serra que o sol primeiro banha e deixa por último, brilha para sempre erguido aos olhos dos homens, e como deles aproximado na extensa cordilheira dos tempos — se aqui me é permitida esta imagem de ordem espacial.

Concebe-se no entanto que alguns críticos — pôsto a recomendem pelo lado do interesse literário — classifiquem de pura criação do passado, com respeito à sua acção viva, a obra mais eloquentemente significativa de tal momento da história grega.

É que êsses críticos não ponderam quanto divergem, dentro de uma mesma era, acima de todas dentro da nossa própria era moderna, as maneiras de ver e de sentir de cada geração; e como, conseqüentemente, poderão tornar a exercer hoje influência activa um autor e uma obra que hontem mal tivessem sido apreciados ou apenas tivessem atraído, sem a fixarem, a atenção dos eruditos e dos especializados; como uma obra e um autor — classificados de meramente *históricos* debaixo do ponto de vista do seu império ético sobre os espíritos — renascem para o efeito de lhes darem de novo luz e calor, exortação e sentido de conducta; como, após largos séculos de incompreensão e de indiferença, sucede voltarem ao lume de água ideias e correntes de pensamento que de novo quadrem a certos estados de alma, a certas atitudes de consciência, e reassumam portanto importância e valor *actuais*.

Ora, com a obra de Píndaro dá-se caso semelhante, em relação ao estado de alma e de consciência das modernas gerações europeias.

Essa obra oferece ao nosso espírito maior número de pontos de contacto e de conseqüente influência do que ao doutras anteriores gerações, do que ofereceu ou teria oferecido, por exemplo, ao espírito dos dois últimos terços do século XVIII — na França e nos países dali influenciados — em razão do individualismo ingovernável e do glacial racionalismo de tal época, antagonicos duma Arte tão afirma-

o ciclo da *poesia mélica*, brotar do existente e vicejar por si, opulento e vigoroso, o género que devia corresponder ao novo estado dos

tiva, tão fortalecedora dos verdadeiros sentimentos vitais das sociedades organizadas. Como na Grécia, poderia ela corresponder — com outras, antigas e modernas — às reclamações dum momento em que se sente já a imperiosa necessidade de hierarquizar de novo as colectividades, de lhes dar normas de ordem e preceitos de disciplina; ao mesmo tempo que se reconhece, paralelamente, a necessidade de estimular todas as forças do indivíduo como integráveis no feixe total da vida gregária.

Viria, virá talvez corresponder, com outras, às exigências dum momento em que se torna oportuna a audição de todos os altos ditames de *energismo*, de todos os brados de confiança no esforço dos corações e dos braços humanos — para vencermos o pessimismo dissolvente dos últimos tempos de Arte e de vida negativista. Pois essa obra encerra, como vimos, uma apologia da virtude varonil. Corresponderá por ventura, com outras, às necessidades dum momento em que a luta bruta da existência, dadas as nossas naturais quedas de ânimo e as nossas securas de alma e pensamento, demanda compensadores confortos e resgatantes vôos espiritualistas, aladas subidas às nascentes lustrais do Ideal —; porque essa obra, sendo uma criação de eras pagãs, como que se projecta àquem-séculos, a irmanar quasi com aquelas donde mais abundantemente corre e desce, como para refluir a levantar-nos, a graça eficaz e luminosa da Fé. Não disse um crítico que os deuses de Píndaro, embora com o nome dos de Homero, nos faziam lembrar muitas vezes, na grandeza incomparável, o Deus sublime de Bossuet?

Bem sei que a leitura de Píndaro — nas melhores versões e muito menos, é claro, no original — nunca poderá constituir, directamente, alimento para a maior parte dos espiritos. Pelos assuntos das Odes, pelo sintetismo do espírito e dos processos do Poeta, pelas elisões e saltos da composição, pela estonteante riqueza e pelo próprio alor de tão alta poesia essa leitura está reservada a um número relativamente limitado de apreciadores.

Sé, todavia, alguns bons espiritos — determinadamente dentre os professores e escolares das Faculdades e Institutos literários — se apossassem e deixassem penetrar do sentido da obra de Píndaro (destituída embora da parte musical, tão importante), poderiam ser valiosos intermediários para a difusão do muito que, realmente, nesta obra ainda existe de fecundo e de útil, à parte a eterna influência elevadora da Beleza, para o alevantamento e exaltação das almas; como o pede o nosso momento histórico.

Já ninguém hoje a sério contesta que os domínios da Arte e da Literatura greco-romana representem a segunda pátria de todos aqueles a quem possa interessar a vida do pensamento, pela inteligência de que o passado, mormente com relação a épocas de profundo vinco como essas, explica o presente e condiciona o futuro.

Já ninguém hoje a sério contesta que o contacto com as obras da *antiguidade clássica* — perigoso, nocivo, condenável sob o ponto de vista da *imitação* e da *inspiração artística e literária directa* — pode ser consideravelmente vantajoso sob outros pontos de vista, e em especial sob o da formação da mentalidade, quando, tratando-se de certas obras, o não seja mesmo com relação à vida moral. E como, entre as mais, a obra de Píndaro satisfaz a essa dupla exigência, explicada e justificada fica também neste ponto a preferência com que a ela me referi.

Uma observação.

Não se vê nem conclue do diálogo de Platão comentado no meu texto que

espíritos, às exigências do novo momento histórico. Esse passo seria dado por Bacchylides de Ceos, sobrinho de Simónides o *elegíaco*.

Não o daria como autor de Odes triunfais análogas, de plano, aos *Epinícios* de Píndaro; embora algumas Odes houvesse entre as obras de Bacchylides «o impecável», visto ter cultivado todas as espécies do *lirismo coral*.

Dá-lo hia com um dos seus poemas *ditirâmbicos*, introduzindo-lhe o *diálogo*: uma forma de diálogo a quatro estrofes de que ainda não havia exemplo na poesia lírica dos Gregos, e que era já de essência o diálogo do drama.

Quando esse elemento *literário* e os elementos *dramáticos* das festas dionisiacas, isto é: os sentimentos, exaltados, de alegria ou de dôr, e a *mímica* dos seus côros de sátiros; quando esse elemento literário e estes elementos dramáticos se unissem e combinassem entre si e, por fim, com os assuntos e temas ligados às lendas e tradições dos Heróis, com o largo fundo, subsistente, da *matéria épica* — haveria de surgir, de tão rica e feliz combinação, o género entre todos notável em que a Alma e o Génio da Grécia se afirmariam integral e definitivamente, o género que constituiria qualquer coisa de comparável à *escultura em marcha*; numa palavra, a *Tragédia*<sup>1</sup>.

---

Píndaro ali fôsse visado, em especial, como se não descobre nesse diálogo outra qualquer directa alusão a este ou àquele dos *poetas mélicos*.

Dado, todavia, o papel desempenhado pelo *lirismo coral* na vida grega, e dada a importância da Obra de Píndaro no meio e acima das obras congêneres — é de admitir e afirmar que o louvor dêsses poetas, pôsto na bôca de *Protágoras*, envolveria o grande lírico de Tebas, se de todo lhe não batia em cheio; não discutindo se nas escolas o recitavam cantado, a rigor, segundo parece verosímil, ou se cada uma das suas obras seria desmontada nos seus elementos, e apreciada pelo lado da poesia — à semelhança do que os modernos se limitam a fazer, por privados da parte melódica.

Não deixarei de acentuar por último que — tendo pôsto em confronto com a decadência moral e social dos Atenienses (visível desde o período decorrido entre as *Guerras médicas* e a *Guerra do Peloponeso*) dum lado a elevação e nobreza das criações da Arte e da Literatura, do outro a empresa meritória da organização do ensino em Atenas — se me impunha visar de modo especial a Obra do Poeta cuja inspiração vinha daqueles generosos sentimentos do passado, enfraquecidos, e cuja lição devia ser invocada e repetida pelos instrutores da mocidade já ainda, certamente, conscientes do seu valor educativo.

<sup>1</sup> Limitar-me-hei a indicar em nota os *Trágicos* de Atenas — na qualidade de autores adoptados para as *Efebias*, já por não os encontrar compreendidos no *diálogo* de Platão, cuja versão venho seguindo, mas sobretudo por outros dois motivos: em primeiro lugar porque a obra dos *Trágicos*, no original ou nas traduções, é mais conhecida do que os restantes géneros da Literatura grega; em segundo lugar porque, tendo a representação das *Tragédias* constituído o espectáculo

## VIII

«Incumbe então aos mestres de música — releio no diálogo platónico — instruí-los nas obras dos poetas líricos... e para as almas dos môços se familiarizarem com os seus ritmos e melodias, a fim de que se *docilizem* e melhor se preparem para a eloquência e para a *acção*, pelo facto de se tornarem mais perfeitamente «rítmicas» e «melódicas»; *porque toda a vida do homem necessita de beleza de ritmo e de melodia...*»

E ao reler estas palavras ainda uma vez me convenço de que o contacto com as criações dos seus poetas <sup>1</sup> (a contar sobretudo da se-

---

favorito da cidade de Péricles, devemos concluir que a influência educativa dessas criações a recebiam os môços atenienses directamente, embora por ventura mais tarde na vida, quando assistissem a tal espectáculo. Não se tornava pois, pelo menos duma dada época em diante, tão necessário familiarizá-los, na escola, com as produções dos poetas do teatro como com as de todos os outros poetas: *épicos, elegiacos, iâmbicos e mélicos*.

Só por hipótese invoco êste segundo motivo, confesso. Mas parece-me admissível invocá-lo e ser êle aceitável, visto podermos apontar, além do mais, o significativo facto de nas *Efebias* os educadores passarem a exigir aos rapazes, a contar de certa data da história, apenas o estudo de três peças de cada um dos três grandes Trágicos — quando até ali os obrigavam a estudar sete tragédias de Ésquilo, sete de Sófocles e nove de Eurípides.

<sup>1</sup> Não se limitava, é claro, ao grupo dos Poetas que deixo indicados o número dos cultores da *poesia mélica* (e o mesmo é de notar com relação aos outros géneros). Referi-me apenas, como cumpria e era bastante, aos mais altos, aos melhores, sob todos os pontos de vista. Mas os secundários formavam legião, nessa quadra a marcar entre o último quartel do 6.º e o primeiro do 5.º século a. C., pois foi uma época de grande actividade literária.

Tão pouco ficaríamos com a verdadeira noção das coisas se julgássemos de tolo estiolado o lirismo grego ao impor-se e florescer a nova forma de Arte — a Tragédia, suprema glória literária dêsse maravilhoso 5.º século.

Os géneros poéticos alheios ao Teatro, e designadamente a *elegia*, o *iambo*, o *dítirambo* persistem durante o 5.º e o 4.º séculos a. C. A mesma época vê ainda florir epopeias. E a produção poética da Grécia continuaría.

Assim, podemos, da segunda metade do século 4.º a. C., citar Philetas de Cos (uma das ilhas Espórades), gramático e poeta alexandrino, preceptor de Ptolomeu Filadelfo e autor de poesias épicas e de elegias, muito apreciadas na antiguidade, mas de que restam só fragmentos. Foi imitado por Propércio nas suas elegias; e o poeta latino refere-se a êle na elegia 1 do Liv. iv. V. Bergk, *Poetae Lyrici Graeci*, Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, pág. 471; Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. v, chap. iv, págs. 161-164.

E ainda no 3.º século encontraremos Teócrito (fl. 285 a. C.) e Callímaco (fl. 260 a. C.). Criador da *poesia bucólica*, Teócrito de Siracusa foi admirável em todos os

gunda metade do 6.<sup>o</sup> século e, de modo especial, depois das Guerras médicas, desde a instituição das *Efebias* nos meados do 5.<sup>o</sup> século a. C.), se valia como preciosa preparação da nova eloquência, devia também valer para as môças gerações de Atenas, e sem dúvida para as de toda a Hélada por uma verdadeira educação filosófica, na acepção generosa e larga dos termos, sob o ponto de vista mental e sob o ponto de vista *ético*; além do que valesse pelo lado das altas emoções de Arte. Não o exprimem claramente as linhas do diálogo senão com relação à parte moral. Poderemos contudo, através delas, e figurando-nos a índole e feitio de espírito do Grego, concluir sem violência no sentido de que — para aqueles a quem não fôsse dado conhecer directamente e a fundo as puras doutrinas dos remotos videntes e pensadores, e para os próprios adeptos dessas doutrinas originárias <sup>1</sup>, desejosos todavia de beleza *reveladora* na expressão das

---

géneros que versou, no dialecto dórico: elegias, hinos, iambos, epigramas. O que d'êle nos resta são os *idílios*, onde o dom da vida, a graça espontânea, a emoção sincera se revelam. Era natural que as composições de tão grande poeta fossem lidas pela mocidade de todos os estados onde se falasse o grego. V. sobre Teócrito: Pierron, *Hist. de la Lit. Gr.*, págs. 484-492; Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. v, chap. iv, págs. 180-208.

Há muitos manuscritos de Teócrito: na Bibliothca *Laurentiana* de Florença, na do Vaticano e na Biblioteca Nacional de Paris. Estão juntos com os de outros poetas, como Bion, Moscus. Não são anteriores, êsses manuscritos, ao século 13.<sup>o</sup> da nossa era.

Edição *princeps* de Teócrito — 1493. Milão, Editor — D. Chalcondyles.

Edições diversas: de Fritzsche (alemã, com notas latinas), de Kynaston, de Cholmeley, etc. Trad.: as inglesas de A. Lang e de Calverley, as francesas da collecção Hachette, de Geoffroid (1800), de F. Didot (1833), de Laconte de Lisle (1861). V. ainda *The Greek Poets*, de Symonds, cap. xxi; S. Reinach, *Manuel de Philologie Classique* (percorrendo o índice) e *Appendice au Manuel*, pág. 170.

Longe de poder ser admirado como o vivo e natural Teócrito — Calímaco de Cirene (na Libia) interessa, no entanto, à história da Literatura grega pelo papel e influência que exerceu. Grande erudito, foi o principal representante da Escola Literária de Alexandria, fundada entre 323 e 285. Entre os seus discípulos citam-se Eratóstenes, Aristófanes de Bizâncio, Apolónio de Rodes e outros. Restam de Calímaco fragmentos dum poema épico, seis hinos e sessenta e quatro epigramas. Um dos seus hinos, em forma elegíaca e cujo original se perdeu, intitulava-se *A cabeleira de Berenice*; foi imitado por Catulo. Também Ovidio imitou Calímaco na *Ibis* e na Epístola XX das Heroides.

Edição *princeps* de Calímaco — 1495. Florença — Editor J. Lascaris.

Outras edições: a edição Graevius-Bentley (1697), e a de Blomfield (1815), inglesas, e as alemãs de Meineke (1861) e Wilamowitz (1882). Trad.: a da Bohn's Library. V. Croiset, *Hist. de la Lit. Gr.*, tom. v, chap. iv, págs. 210-225.

<sup>1</sup> Como para todos aqueles que mais tarde — pode também avançar-se — embora interessados nos altos problemas do Espírito, não contassem por legítimos

ideias — a audição e, tempos depois, a leitura dos grandes poetas representariam a melhor iniciação nas concepções e nas crenças constitutivas do pensamento antigo da Hélada.

Na Obra dos poetas achariam realmente satisfação as mais elevadas e nobres curiosidades que se lhes despertassem em frente do Universo e do Existente, ou com relação ao passado, ao presente, aos destinos da gente helénica, para si própria privilegiada entre todas. Encontravam, descrita ou evocada, uma *Cosmogonia* em que o interrogativo e criador génio da Raça<sup>1</sup> desentranhara, afinal, do conceito temeroso e vago do Cahos a clara, forte noção da Ordem, acompanhada do confiante sentimento da sua perduração. Encontravam — desdobrada ou saída de tal *Cosmogonia* — a mais amável e compreensiva das *Teogonias*: teia de concepções e mitos urdida à flôr da Vida, e através da qual esta palpitava; mundo de Deuses movidos, pela maior parte, no iluminado plano da visão racional, mas que traíam sempre, sob as atingidas formas humanas, a sua origem de ascensão, que surgiam e se mantinham translúcidos de naturalismo, como que reminiscentes da primitiva essência animista. Encontravam uma série de tradições e lendas donde sucessivamente se teriam apurado já ideias de *bem* e de *mal* — ressaltando das lições do *Destino* e da intervenção divina na vida dos mortais ou, por outro lado, concretizadas debaixo da forma de preceitos culturais, de leis vingadoras, de sentenças e oráculos — mais ou menos ligados, todos, com factos da realidade histórica.

Emfim, o culto dos *Herois* — intermediários entre os Deuses e os homens, personificações superiores, encarnações típicas das qualidades a desejar e a louvar nos últimos — havia inspirado, segundo vimos, uma grande parte das produções poéticas nacionais.

Mas porque o génio da Raça — a par profundas teorias, cada qual pregoeira de certo *princípio elementar* do Mundo — manifestou vigorosamente, através a Obra dos poetas, o sentimento profundo do *Destino ineluctável*, mais poderoso do que os próprios Deuses *racionais*, isto é: o sentimento profundo das misteriosas imposições da Vida, cósmica e psíquica — essa Obra, podendo satisfazer, numas por outras das suas criações, as mais elevadas e nobres curiosidades de seguidas gerações

---

discípulos, contemporâneos ou posteriores dum Sócrates (469-399), dum Platão (428-347), dum Aristóteles (384-322 a. C.); isto é — para aqueles que não fôsem já dominados pelas doutrinas inspiradas nas noções do puro *conceito intelectual*.

<sup>1</sup> Emprega-se aqui a palavra *Raça*, não em rigoroso sentido antropológico, mas como designando o conjunto de povos de origem e civilização helénica, a ascendência histórica da gente grega.

gregas, valeu já daí, com efeito, como fonte de illustração copiosa, como alimento filosófico dos espiritos; não valeu menos, contudo, como fonte de educação individual e social e como sustento moral das almas; pois o contêm sempre, na essência, toda a doutrina ou concepção onde se reflecta a nossa suspensa e reservada attitude perante o *desconhecido* e o inexplicável.

E se na alma do Grego êste elemento moral, de si fecundo, não frutificou tanto, à sua parte, como aquelle natural e desenvolvido instinto da *euritmia*, que levava à delicada exigência de ritmo e de medida para toda a actividade interior e exterior do Homem; se, por outro lado, a moral corrente dos mais luminosos tempos da Grécia não pode satisfazer-nos, nem vai com os nossos costumes — o principio da *influência salutar da poesia* na educação dos novos, tão eloquentemente defendido pelo *Protágoras* de Platão, é para manter e aplicar em todos os tempos, quer sob o aspecto das emoções da Arte, quer sob o aspecto do interesse mental, quer sob o aspecto da iniciação edificante.

Devemos, além disto, reconhecer que êsse conceito da necessidade de beleza de ritmo e melodia em toda a vida do homem corresponde, nos especiais domínios da Ética, a uma das três modalidades aí dominantes; e não representa a de menor valor social.

Não poderá tal conceito, evidentemente, suportar comparação com o da pura *virtude*, que alumia e sustenta os mais puros espiritos cristãos.

Triunfará, porém, da terceira concepção — de algum modo representada, em certas linhas, pelo *estoicismo* antigo e, de sua maneira, nos tempos modernos, pela Ética individualista de Kant. Porque não hesitaremos entre a implacável, angulosa rigidez duma e a amável, curvilínea graça da outra, entre a abstrata e nua fórmula dum isolado, glacial *imperativo categórico* e a idea humana dessa exigência de beleza em todas as coisas da existência — idea que o mundo deveu à Grécia e que, se não pode erguer-nos à perfeição suprema, poderá trazer-nos, para bem nosso e alheio, o salutar equilibrio a esperar sempre de quem haja tomado por norma a obediência às inspirações da *elegância moral*.

## IX

Como no prefácio do presente estudo me refiro aos termos *clássico* e *classicismo* pareceu-me aceitável introduzir-lhe um pequeno capítulo onde ficasse indicada a origem daquele termo e se registassem, pelo menos, as suas mais antigas acepções.

Foi o que realmente tentei fazer neste capítulo.

Cabe a Aulo Gélio — gramático latino do 2.º século depois de Cristo (117-180)<sup>1</sup> — senão a paternidade do termo *clássico*, com aplicação no campo literário, pelo menos o mérito de o haver aí fixado.

Foi êle — lê-se nalguns autores e nas enciclopédias — o primeiro que realmente o firmou neste domínio, designando por *classicus scriptor*, em opposição a *proletarius scriptor*, um escritor *do mais elevado mérito* com relação a outro ou outros de *ínfima qualidade*, destituídos de *valor*.

Era, acrescentam, termo adoptado do vocabulário aplicado à organização e distribuição da população romana em *cinco* categorias, sôbre a base do *Censo*, na escala introduzida pela réforma lendaria-mente atribuída a Sérvio Túlio, mas que deve talvez datar do 4.º século a. C. Dessa escala eram excluídos os *proletários* por nada possuírem, por não existirem sob o ponto de vista *cenitário*.

Com efeito, naquela escala a palavra *classicus* (de *classis*) — que na acepção literal primitiva significava: *pertencente a uma classe*, isto é a uma das cinco categorias de proprietários (e, designava, portanto: opôsto a *proletarius*) — passara, contudo, por insensível desvio de sentido, a significar: *pertencente à mais alta* dessas categorias. E daí, segundo tais autores e enciclopédias, teria êsse adjectivo cômodo passado para o terreno da crítica e do comentário comparado, revestindo nova, especificada acepção encomiástica. Daí viera ou se

---

<sup>1</sup> Autor das *Noctes Atticae* («Noites Aticas») — obra preciosa pelas transcrições de autores gregos e romanos, e pelas numerosas notas sôbre a antiguidade.

Aulo Gélio nasceu no reinado de Adriano, talvez em Roma, de família nobre. Estudou primeiro a retórica e a gramática com Tito Castrício e Sulpício Apolinário. Aperfeiçoou depois os seus estudos em Atenas, como faziam os môços nobres de Roma. Foi longa a sua estada na artística cidade grega, onde recebeu lições do filósofo platónico Taurus e do filósofo cínico Peregrinus, travando também relações e mantendo assíduo comércio com o célebre retórico Herodes Atticus, o qual reunia freqüentemente, na sua opulenta casa de campo de Ceplúsia, os romanos de distinção que visitavam Atenas.

Fez por certo Aulo Gélio mais duma viagem a Atenas.

Quando escreveu as *Noites Aticas*, numa casa dos arredores da cidade, devia estar já de idade avançada, ou pelo menos amadurecida.

Notam alguns autores que Aulo Gélio não cite em parte alguma da obra nem Quintiliano, nem Plínio o môço, nem Tácito, Lucano ou Juvenal; e explicam o motivo: não é porque tivesse pela *pureza clássica* dos modelos uma preferência exclusiva de homem de gôsto requintado; mas, como *gramático* escrupuloso, só invocava autoridades consagradas pelo *tempo*. Era um *antiquário*, com tal paixão do *passado*, que quasi desprezava ou desdenhava de tudo quanto cheirasse ainda a *moderno*.

formara, assim, a concepção de escritor e de obra *clássica* no sentido de obra e de escritor superiores, *merecendo* ocupar o alto da série entre os demais. Daí, conseqüentemente, se teria formado o conceito de *classicismo* como correspondente a um conjunto de qualidades e caracteres, cujo concurso deva conquistar aos escritores e às obras *indisputada, geral e contínua admiração*<sup>1</sup>.

Se, todavia, é lícito continuar a atribuir ao autor das *Noites Áticas* a prioridade da fixação, no campo literário, do vocábulo *clássico* (destinado a tão largo e próspero futuro) não temos de registrar-lhe o mérito de, independentemente do termo, que vingou, nos haver êle legado a essencial idea ou noção correlativa.

Essa noção, pôsto não lhe correspondesse palavra precisa, expressão determinada e definitiva, formara-se e corria ou pairava muito antes que o curioso latino existisse. Correria em todos os países onde uma forma de civilização assente permitisse a transmissão seguida, primeiro oral e já escrita mais tarde, das produções poéticas e literárias; em todos os países com maior ou menor cultura tradicional. E é fora de dúvida que tinha vida de séculos dentro da idade que especialmente nos interessa e que chamamos antiguidade *clássica*, dentro dos anais do mundo grego e romano — não obstante na Grécia e nas regiões helenizadas datarem duma época a bem dizer já de decadência, sob o ponto de vista da energia inventora (segundo também sucederia em Roma, e era natural suceder), o frio estudo, a apreciação erudita, o comentário douto das *criações do passado*. Vinham estas com efeito mantidas e veneradas de há muito na tradição, reputadas

<sup>1</sup> Explica Aulo Gélio (Lib. vii, caput xiii) a definição da palavra *classicus* — tal qual a tirou do discurso de Catão em prol da *lei Vocônia* (lei testamentária) —: «Quem *classicum* dicat M. Cato, quem *infra classem*.

*Classici* dicebantur non omnes, qui in classibus erant, sed primae tantum classis homines, qui centum et vincti quinque millia aeris ampliusve censi erant. *Infra classem* autem appellabantur secundae classis ceterumque omnium classium, qui minore summa aeris quam supra dixi, censebantur.»

E mais adiante, no Lib. xix, cap. viii, refere como semelhante qualificativo, de originário significado social-político, foi — certamente pela primeira vez — transportado e aplicado à apreciação de escritores e de obras literárias. Reporta-se nesse capítulo a um diálogo, por êle ouvido, entre o retórico Cornélio Fronto — preceptor de Marco Aurélio — e um poeta qualquer, sobre a propriedade do emprego do singular ou do plural em certos vocábulos. Conta que Cornélio Fronto aconselhava o seu interlocutor a que escrevesse a palavra *quadriga* no plural, e a palavra *harena* no singular; e relembra que o retórico tinha terminado dizendo: «Ite ergo nunc; et, quando forte erit otium, quaerite; an *quadrigam*, et *harenas* dixerit e cohorte illa dumtaxat antiquiore, vel oratorum, aliquis, vel poetarum, id est, *classicus*, assiduus que aliquis scriptor, non *proletarius*».

excelentes pelo espírito público, embora só ficassem oficialmente consagradas — na qualidade de monumentos a conservar, a ter na conta de produtos inegaláveis, de obras-primas — quando como tais as houvessem assinalado e apontado os comentadores e os gramáticos, quando, assim, elas passassem a exercer mais directa influência, acção mais definida e fixa no ensino e na educação nacional. Não seria difícil provar a asserção de que na Grécia se traía e afirmava desde remotos tempos essa idea e noção a que mais tarde corresponderia o termo *clássico*, de que era multiseccular o culto prestado a certas criações — consideradas pelo instinto e pela intelligência da Raça como obras superiores, típicas, formais, como os primeiros elementos educativos do espírito e do gosto, como os melhores agentes de aperfeiçoamento e os melhores estímulos de heroismo dos individuos e da colectividade — como a mais segura base de civilização em frente dos bárbaros incultos <sup>1</sup>.

A partir, porém, do momento em que as obras ficaram consagradas como *clássicas* — no sentido de melhores, de preferíveis entre todas — era natural que, correspondendo a designação de *clássico* ao conceito de *excelência*, de *mérito superior*, se fixassem as condições de tal *superioridade*; era natural que se procurassem quais as quali-

<sup>1</sup> Coube à obra de Homero, como se viu, uma parte primacial na acção e influência da poesia entre os Gregos, do início até ao termo do que podemos chamar a civilização helénica. E tal é — por este facto e pelo intrínseco valor artístico — a importância dessa Obra na história da cultura literária da Europa, desde a idade ateniense, através as idades alexandrina, romana, bizantina, e da Renascença aos nossos dias, que se registou e regista sempre cuidadosamente tudo quanto prenda com o destino dos *poemas homericos*, a começar pelas informações relativas aos textos e códices. E assim se justificará a inserção, nesta altura, duma nova nota acerca dos manuscritos de Homero.

No seu conjunto, informa S. Reinach, os manuscritos existentes de Homero representam um texto antigo — *vulgata* —, que passou pelo exame crítico dos alexandrinos, e a que Aristarco de Samotracia (o mais notável desses críticos e escoliastas, c. 215 — c. 145 a. C.) fez importantes observações, em parte conservadas pelos escoliastas posteriores.

J. Sandys diz que a *vulgata*, donde se formou o texto existente de Homero, se compunha dos seguintes materiais: a) trechos tirados dos autores antigos; b) manuscrito A de Venesa (10.º século de C.); c) manuscrito B de Venesa (11.º século de C.); d) dados fornecidos pelos *escólios* ou notas do manuscrito A.

Conciliam-se as duas informações admitindo a existência duma antiga *vulgata* — aquella outrora examinada e criticada pelos alexandrinos e em especial por Aristarco (a par dos manuscritos eruditos que consultou) — e a duma *vulgata* medieval, cuja parte essencial, esse *Venetus A* da *Iliada*, seria identificada com o *Comentário de Aristarco sobre Homero* descoberto e trazido de Constantinopla para a Itália pelo siciliano G. Aurispa, entre os anos de 1417 e 1421.

dades de tal e tal obra considerada como recomendável no meio dos outras, quais os predicados a exigir-lhe para se dizer *clássica*.

Da noção de *valor* passou-se à de *ideal* artístico, técnico e social das obras, e registavam-se lhes certas *características* como constituindo, umas por outras, a concepção *média* donde se concluía no sentido de as classificar naquela categoria.

Desta derivada noção teria nascido o critério de *classicismo*, em face do qual se formaram as variadas acepções sob que poderá etiquetar-se de clássica esta ou aquela obra contemplada, lida, ouvida.

Não me seria possível, nem de especial utilidade, apontar aqui e definir essas diversas acepções. Limitar-me hei a consignar que todas elas prendem mais ou menos com aquela concepção de criação *média*, sintética, resultante; e que todas correspondem à idea duma íntima e harmónica ligação entre a substância e a forma das obras clássicas, duma estrutural interdependência interior e exterior — à qual devem o *subsistirem por si*. Diz Lowel: «A classic is properly a book which maintains itself by virtue of that happy coalescence of mater and style».

Neste sentido se diz que cada nação tem um *período clássico* na sua literatura, isto é: um período fértil no qual se dá uma larga produção de obras em que se aliam estreitamente qualidades de imaginação, de pensamento e de estilo.

Há comtudo a distinguir e a notar aqui o seguinte: pode considerar-se *clássico*, não o período em que certa nação produziu com mais vigor e originalidade — mas aquêle em que seguiu à risca, obedecendo à moda dominante, as *regras* e *modelos* legados pelos Gregos e pelos Romanos (ex. a época de Dryden e Pope na Literatura inglesa).

Além dêsse conceito, outro há de classicismo, que liga com a origem e destino das instituições de ensino. O termo *clássico* teria vindo da designação *classis*: da classe em que, nas escolas e collegios dos diversos países europeus, o estudo dos Gregos e Latinos era considerado parte essencial duma educação liberal <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Lê-se na «Grande Encyclopédie»: *Clássico* significa, *literalmente*, usado nas *classes*.

O termo *Classes*, antes da organização do ensino primário, recente, designava a *série dos estudos* (correspondentes aos secundários desde a organização do ensino primário), sobretudo latinos, estabelecidos pela Igreja para educação e preparação do seu pessoal a recrutar. Compreendendo os estudos latinos até à Renascença, as classes compreenderam também o grego a contar dessa época. Sob o influxo dos *Humanistas* e por iniciativa dos Jesuitas, o ensino dos collegios onde se pro-

Permitir-me hei transcrever, para fecho do meu trabalho, alguns períodos do artigo a que faço referência na nota do Prefácio, com relação às vantagens da *Educação clássica* sob o ponto de vista da preparação formal do espírito.

«Não pensamos — do universo, da realidade interior e exterior da existência, da vida em geral e do destino humano — o mesmo que pensaram os gregos. Não empregamos do mesmo modo, ao criarmos e expormos sciência, os delicados e completos instrumentos experimentados por êsses homens; não são hoje os mesmos em tudo a *disposição e o jôgo dos aparelhos e motores da nossa actividade consciente*, por eles apropriados, lubrificados e postos em movimento.

Nem tão pouco são os mesmos o número, graduação e interdependência das *categorias* ou condições formais dessa actividade. E estão longe de corresponder aos antigos, como é natural, os objectos e problemas por cujo estudo e solução se interessa actualmente o pensamento humano.

Compreende-se, porém, que a educação feita num sábio exercício daqueles motores e aparelhos e na habitual representação daquelas condições envolva a mais elatedora gymnástica intellectiva, e afeiçõe e molde o espírito poderosamente — tanto no sentido das delicadas operações analíticas como no da elevação da experiência aos harmónicos totais de ideas.

---

fessavam êsses estudos em classes, ampliou-se e, de gramatical e escolástico, tornou-se literário.

Os séculos xvii e xviii desenvolveram-no um pouco, cabendo aos Oratorianos introduzir-lhe o estudo do *francês* e depois o da *História*, nos seus colégios; mas estas inovações, tímidas, não se tinham generalizado até à Revolução francesa, podendo dizer-se que o ensino clássico, nesta data, estava quasi como no século xvi. Nos nossos dias, mesmo, o que rigorosamente se entende por *ensino clássico* são as *humanidades*, isto é — os estudos *greco-latinos*. São os estudos das línguas *grega* e *latina* que constituem para muitos o único *ensino clássico*, quando estas línguas sejam estudadas pelos métodos tradicionais.

No seu sentido literal *clássico* designa, pois, os produtos da *livraria* escolar — *secundária* e *primária* (desde que o ensino *primário* surgiu e deu origem à designação do *secundário*, para se distinguirem) — e até aí as obras estudadas nos colégios e escolas ecclesiásticas.

Mas êsse sentido *alargara-se*. De designação de *obra a estudar* tornou-se a palavra extensiva ás obras *dignas de serem* estudadas pelo seu valor e beleza; dignas de serem tomadas por *modelos*.

E assim a mesma palavra *clássico*, designativa dêsses modestos produtos escolares, significou as obras por excelência.

Foi, no entanto, por se considerarem excelentes que certas obras vieram a ser adoptadas nas classes.

E assim esta educação—seja qual for o terreno a estudar e a natureza dos problemas a esclarecer—representará sempre uma preciosa soma de meios, e um inegalável *treno* para o disciplinado e profícuo emprêgo deles. É de universal e omnimoda aplicação. Dará sempre aos que a tenham recebido, quando explorem qualquer domínio, a superioridade de quem possui mais seguros instrumentos de exploração e mais dextra habilidade para os utilizar; e, a coroar tudo, a notada faculdade de—segundo fórmulas compreensivas—poderem integrar as noções parciais em conclusivos conceitos de conjunto, e as linhas do definido particular em largas curvas de generalização.

São pois os processos especulativos dêles que continuam, a final, em considerável proporção, a auxiliar-nos no exercício e nas operações de apuramento da nossa clara actividade pensante.

O que para eles representou o último resultado, o *fim* duma elaboração prodigiosa, converteu-se para nós num *meio* de aquisição.

O que deixaram vale e valerá sempre para o nosso espírito—é de justiça repeti-lo—como a mais perfeita disposição e uso dos aparelhos de visão racional a empregar, e como o mais adequado jôgo de normas lógicas a observar na apreensão do existente inteligível.

Não falando nos admiráveis quadros mentais de fixação e exposição que essa educação fornece, e que oferecem tanta vantagem para o registo da experiência feita com a indicação e prevista ordenação dos dados a colher.

Porque então aqui não há negá-lo: é ao vivo sentimento das gradações e das correspondências—em alto grau possuído pelos gregos, revelado na sua língua e por ela comunicado—que directa ou indirectamente devemos quanto jámais se obteve de melhor como efeito dessa suscitada e educada aptidão distributiva do espírito.

Possuiram, na verdade, o génio da *classificação*; e do que nesse campo deixaram delineado nos servimos ainda, pelos grandes contornos, como de divisões e traçados eternos.

Não deverá, pois, estranhar-se, e é facto provado que, mesmo no terreno da própria laboração científica—e precisamente neste—contem reais vantagens sôbre os outros as pessoas dotadas dêsses recursos vindos do passado clássico.

¿E como obter semelhantes recursos e partilhar de tais vantagens se não conhecermos—pelo menos no essencial da sua letra e do seu espírito—as duas línguas em que a *educação clássica* se bebe da origem, em que o melhor do pensamento antigo ficou revelado, mas também *velado*, numa grande parte, a quem de todo lhes não penetre o sentido?

Nunca poderemos conseguir tão evidentes vantagens sem essa preparação das *humanidades*, vistas aqui, segundo logo ressalta, não pelo ângulo da Renascença — como um *fim* a atingir, como razão última do esforço empregado, num intuito de erudição e mesmo de consagração, por ela, de certo ideal; mas como *condição* para a maior precisão e ordem do nosso trabalho, em qualquer campo *intellectual*».

MANUEL DA SILVA GAIO.

## ERRATA

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Leia-se</i>
501	9	Os <i>poemas homéricos</i> eram recitados, com acompanhamento de cítara, pelo menos a partir dos inícios do 6.º século a. C., por numerosos <i>rapsodos</i>	Os <i>poemas homéricos</i> eram recitados, com acompanhamento de cítara, por numerosos <i>rapsodos</i>
539	36	do passado, enfraquecidos,	do passado, já enfraquecidos,
*	37	da mocidade já ainda,	da mocidade, ainda,

Nunca poderemos conseguir tão evidentes vantagens sem essa preparação das *humanidades*, vistas aqui, segundo logo ressalta, não pelo ângulo da Renascença — como um *fim* a atingir, como razão última do esforço empregado, num intuito de erudição e mesmo de consagração, por ela, de certo ideal; mas como *condição* para a maior precisão e ordem do nosso trabalho, em qualquer campo *intelectual*».

MANUEL DA SILVA GAIO.

# Notas de Briologia Portuguêsa

## 1. Bibliografia das Muscineas de Portugal

O estudo da Briologia em Portugal e, de uma maneira geral, o das plantas criptogâmicas celulares tem progredido muito lentamente. Agora porém que a flora das nossas plantas fanerogâmicas e criptogâmicas vasculares se pode considerar regularmente conhecida, devido ao notavel esforço de illustres professores das nossas Universidades, parece-me ter chegado o momento oportuno para dedicarmos toda a nossa atenção ao estudo das plantas celulares.

A todos aqueles que pretendam estudar as Muscineas de Portugal deve sem dúvida interessar o conhecimento de todos os trabalhos sôbre Briófitas publicados até hoje entre nós. Não será portanto ocioso dar aqui, em nota, uma resenha dêsses trabalhos.

O *Catálogo dos musgos de Portugal*, publicado em 1899 pelo sr. DR. JULIO HENRIQUES no *Boletim da Sociedade Broteriana* marca, pela sua alta importância, o início do estudo da nossa flora briológica. Êste catálogo, que conta 255 espécies, vem precedido das seguintes referências aos botânicos portugueses e estrangeiros que até então haviam contribuido com breves subsídios para o conhecimento das Muscineas do nosso país: — «O único catálogo geral dos musgos encontrados em Portugal é dado por BROTERO no segundo volume da *Flora lusitanica* publicada em 1804.

«A enumeração destas plantas na obra citada está bem longe de representar as espécies hoje conhecidas, pois que exploradores nacionais e estrangeiros teem feito trabalhos tendentes a tornar conhecidas as espécies, que vivem em diversas localidades de Portugal.

«BROTERO cita na *Flora* apenas 60 espécies.

«O DR. WELWITSCH durante as herborisações feitas desde 1842 até 1850, quer por conta própria, quer por determinação da Academia Rial das Sciências de Lisboa, não descurou êste ramo do reino vegetal. No pequeno folheto — *An enumeration of the Musci and Hepaticae collected in Portugal, 1842-50. By dr. F. Welwitsch with brief notes and observations by W. Mitten, A. L. S.* são enume-

radas 76 espécies. Além destas mais algumas são citadas na *Synopsis muscorum* de SCHIMPER.

«A exploração botânica feita pelo CONDE DE SOLMS no Algarve foi profícua em relação a estas plantas. No — *Tentamen Bryo-geographiae Algarviae regni lusitani provinciae* — publicado em 1868, o número de espécies mencionadas atinge o número de 106, sendo quatro consideradas como espécies novas e duas como novas variedades de espécies já descritas.

«Se o catálogo organizado pelo CONDE DE SOLMS é digno de menção, não o merece menos o estudo brio-geográfico, que o precede.

«Na mesma época (1867-1868) publicou o professor D. MIGUEL COLMEIRO a — *Enumeracion de les cryptogamas de España y Portugal*, na qual menciona 73 espécies de musgos em Portugal, compreendendo os que foram mencionados por BROTERO, por VANDELLI e pelo Dr. BAPTISTA e alguns em dúvida.

«O sr. ESTÁCIO DA VEIGA, a quem o estudo da História natural tem merecido especial atenção, publicou também em 1870 no *Jornal de sciencias matematicas, fisicas e naturais*, tomo II, um catálogo de plantas do Algarve, entre as quais enumerou 42 espécies de musgos.

«Na *Synopsis Muscorum europaeorum* de SCHIMPER encontram-se indicadas como existindo em Portugal 32 espécies.

«Em 1878 o sr. E. LEVIER, visitando Portugal em companhia do grande botânico suíço E. BOISSIER e do sr. L. LERESCHE, colheu alguns musgos (30 esp.) na serra da Estrela, que mencionou na narração de viagem — *Deux excursions bot. dans le nord de l'Espagne et Portugal en 1878 et 1880*, par L. LERESCHE et E. LEVIER, 1880.

«As herborisações por mim feitas e pelos empregados do Jardim Botânico, com especialidade pelo sr. A. MOLLER, deram-me elementos para publicar catálogos locais de musgos; sendo o primeiro o que se encontra na publicação da Sociedade de Geografia de Lisboa — *Expedição scientifica à serra da Estrela — Secção de Botânica* — publicada em 1883. Nêle enumerei 59 espécies. A outra publicação encontra-se no vol. III dêste *Boletim* sob o título — *A vegetação da serra do Gerez*. Aí mencionei 57 espécies.

«No herbário da Universidade existem hoje elementos para a confecção dum catálogo geral, não completo de certo, mas representando uma grande parte da vegetação briológica do país. A publicação dêle pode ter utilidade e por isso a faço.

«Todos os musgos, que existem no herbário, com excepção dum pequeno número de espécies colhidas por WELWITSCH, são devidos aos trabalhos de explorações botânicas feitas pelos empregados do